



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 516

Quinta-feira - 24 de Junho de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	1
Arroio Trinta.....	2
Biguaçu	2
Caçador.....	2
Campo Alegre	3
Campos Novos	9
Canoinhas.....	17
Chapadão do Lageado	17
Concórdia	17
Curitibanos	18
Erval Velho	22
Fraiburgo.....	23
Garopaba.....	55
Gaspar	56
Governador Celso Ramos	57
Herval do Oeste	57
Imbituba	57
Itapoá	59
Lauro Muller	59
Luzerna	60
Meleiro	61
Monte Carlo	61
Nova Trento	61
Paulo Lopes	64
Porto Belo.....	65
Porto União.....	65
Rio do Sul.....	68
Salto Veloso	69
São Lourenço do Oeste.....	69
São Pedro de Alcântara.....	89
Schroeder	98
Tunápolis.....	117
Videira.....	119

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº. 100

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PORTARIA nº. 100, de 23 de junho de 2010.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ACT; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra CLEI-DE MARIA NILSON BOURCKHARDT cargo de PROFESSORA, 20 HORAS; ENSINO FUNDAMENATAL, á partir de 30 de junho de 2010, em razão do retorno da servidora efetiva no cargo.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº. 024 de 17 de Fevereiro de 2010.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 23 de junho de 2010.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação - PL N° 76/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 76/2010; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: menor preço global; Objeto: aquisição de Peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas do Trator WALTRA 785 4x4, da frota de veículos e máquinas da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; Entrega dos envelopes e abertura: dia 07/07/2010 às 09:00 (nove) horas.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 23 de junho de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1287

DECRETO Nº 1287, de 23 de junho de 2010.

Nomeia os Membros do Conselho de Transporte Escolar do Município de Arroio Trinta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes confere o Artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho de Transporte Escolar do Município de Arroio Trinta, composto pelos seguintes membros:

1. WILLIAN GEMELLI
2. LÚCIA MARIA MANENTI
3. SANTO POSSATO
4. RAQUEL TEREZINHA CALDART GEMELI
5. ADRIANE BIAVA
6. PRIMO ANTÔNIO LOCATELLI
7. JURLENE APPI DE OLIVIERA

Art. 2º São atribuições do Conselho de Transporte Escolar, fiscalizar todas as atividades pertinentes ao Transporte Escolar do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 976/2008.

Arroio Trinta - SC, 23 de junho de 2010.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Licitação PP 009 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PP 009/2010-FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia hospitalar externa, com serviços de lava-

gem, desinfecção e higienização de roupas, sob situações higiênic-sanitárias adequadas.

Data da abertura da documentação e proposta de preços: 08/07/2010 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu, 22 de Junho de 2010.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso Chamada Publica Nº 02/2010 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2010

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para merenda Escolar dos alunos da rede Básica Pública conforme especificações e quantidades descritas no Edital.

Inscrições: Os interessados deverão apresentar envelopes de "PROPOSTA DE PREÇO" e "HABILITAÇÃO" até às 15:00 horas do dia 14 (quatorze) de julho de 2010, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na sede deste Município - Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador, SC, e a abertura será no mesmo dia às 15:05 horas no setor de Licitações e Contratos desta Prefeitura.

Maiores informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor. e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 22 de junho de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Aviso Licitação PR 51-2010 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 51/2010

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR E UMA MOTONIVELADORA NOVOS E DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA SECR. DE INFRA ESTRUTURA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 15:00 Horas do Dia 09/07/2010.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 15:05 Horas do Dia 09/07/2010.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor. e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 23 de junho de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal



CÂMARA DE VEREADORES**Decreto Legislativo Nº 140**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 140, de 22 de junho de 2010.
Homologa Termo de Convênio nº 18712/2009-7 celebrado entre o Município de Caçador e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 21 de junho de 2010, aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado Termo de Convênio nº 18712/2009-7 celebrado entre o Município de Caçador e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador, inscrita no CNPJ sob o nº 05.630.479/0001-63, com sede na Rua Carlos Coelho de Souza, nº 120, Bairro D.E.R, na cidade de Caçador, objetivando a transferência de recursos financeiros destinados a Construção de Ambulatório no Loteamento Santa Terezinha, conforme Termo de Convênio que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entre vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 2010.
DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Vice-Presidente.

ALCEDIR FERLIN,
1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,
2º Secretário.

Campo Alegre**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 6.142**

DECRETO Nº 6.142 DE 22 DE JUNHO DE 2010
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o Artigo 3º e Parágrafo Único da Lei Municipal nº 2.782 de 17 de setembro de 2003, alterada pela Lei Municipal 3.531 de 03 de dezembro de 2009; Decreta:

Art.1º) Nomear os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, do Município de Campo Alegre/SC, que fica assim constituído:

I - GOVERNAMENTAL:

* Dois Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras:

Titular: LAÉRCIO TELLES;
Suplente: SÉRGIO COSTA.

Titular: CINTIA APARECIDA SCHROEDER ZATOR;
Suplente: MANOEL VIEIRA PISKE.

* Dois Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: ODENILSON CONTRAT EHLKE;
Suplente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA.

Titular: GILSON OMAR BRUNNQUELL;
Suplente: ANDRÉ LUIZ NIEMEYER.

* Um Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE;
Suplente: JOCELI DE SOUZA.

* Um Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: AURIENE ROEPKE;
Suplente: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO.

* Dois Representantes da Câmara Municipal:

Titular: WOLFRAN BAHR;
Suplente: REGINA CÉLIA GROSSL.

Titular: JOSÉ ODORICO MUNHOZ;
Suplente: SEBASTIÃO KONS.

* Um Representante do Corpo de Bombeiros Militar:

Titular: ANTONIO ZAURI CORRÊA VILMIZ;
Suplente: ALAMIR JOSÉ PAULINO.

* Um Representante da COMDEC - Comissão Municipal de Defesa Civil:

Titular: MARIA DE LOURDES LACHOVSKI PADILHA;
Suplente: ROSANA EMÍLIA GREIPEL.

* Um Representante da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental:

Titular: ARTUR FERNANDO BASTOS;
Suplente: PEDRO IVONEI GORNIACK.

II - NÃO GOVERNAMENTAL:

* Representante da ACIACA - Associação Empresarial de Campo Alegre:

Titular: FERNANDO GROSSKOPF;
Suplente: IVO ROMEU PAULI.

* Representantes do Comércio através do CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas:

Titular: MARIA APARECIDA SANT' ANA MARGOTTO;
Suplente: JOÃO LEFFECK.

* Dois Representantes do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo um da Agricultura e outro do Meio Ambiente:

Titular: LEONIDES HOFF;
Suplente: RUFINO TELMA.



Titular: ALUÍSIO BIABOCK;
Suplente: BRÁULIO PRUCKNESKI.

* Representante da Cooperativa de Produtores de Erva-Mate:

Titular: HILDEBERTO BAHR;
Suplente: NILVALDO COLAÇO.

* Representante do Turismo através do COMTUR:

Titular: MARÍLIA CRISPI DE MORAES MACIEL;
Suplente: SAMILLE KESTERING.

* Seis Representantes das Associações de Moradores do Município:

Distrito de Fragosos

Titular: ROSELI RODACKI BAPTISTA;
Suplente: LAÉRCIO FRANCISCO FILHO.

Distrito de Bateias de Baixo

Titular: EGON HEIDEN;
Suplente: ADILSON LAUDI HEIDEN.

Associação de Moradores da Área Rural

Titular: GERALDO BINECK;
Suplente: VIVIANE LINZMEYER FUCKNER.

Titular: CELSO DZIEDZIC;
Suplente: MARILENE ENGLER.

Associação de Moradores da Área Urbana

Titular: ANDREA SCHMELER;
Suplente: CLAUDIA FERRAZ DOS SANTOS BAHR.

Titular: ROSANE DE FÁTIMA MELO;
Suplente: ROSANE KATZMANN.

* Dois Representantes dos Profissionais Liberais:

Titular: MARCELO MAURÍCIO FOITTE;
Suplente: VIVIAN WESTPHAL.

Titular: SUELEN MARGOT TRIBESS;
Suplente: VALDELÂNIA NEUMANN.

* Um representante dos Artesãos, através da Associação "Mãos do Campo":

Titular: VANI MARIA WIBBELT;
Suplente: HERMA SCHWARZ.

* Um representante dos Serviços Notariais e Registrais:

Titular: FABÍOLA SCHEFFER BRUNNQUELL;
Suplente: SANDRA BORGHEZAN BECKAUSER.

* Um representante do Conselho Municipal de Habitação:

Titular: CLODOALDO DA ROSA;
Suplente: IMELDA JULIA WATZKO.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 6.060 de 22 de junho de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.354

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.354 DE 22 DE JUNHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III - Motorista - JARBAS JORGE CATONI, matrícula nº 000182, referente ao período aquisitivo 20 de março de 2008 a 19 de março de 2009.

Parágrafo único: O Terço de Férias de que trata o caput deste Artigo foi pago juntamente com os vencimentos no mês de janeiro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 25 de junho de 2010 a 14 de julho de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.355

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.355 DE 22 DE JUNHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda cor-



rente oficial, a Agente Administrativo II - MARLI AUGUSTIN, matrícula nº 000379, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2005 á 13 de março de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.356

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.356 DE 22 DE JUNHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, à Agente Comunitário de Saúde - MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS, matrícula nº 000531, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.357

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.357 DE 22 DE JUNHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de se-

tembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, à Agente Comunitário de Saúde - JAQUELINE DOS SANTOS, matrícula nº 000534, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.358

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.358 DE 22 DE JUNHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, à Agente Comunitário de Saúde - DIRCÉLIA DOS SANTOS, matrícula nº 000533, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.359

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.359 DE 22 DE JUNHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.



O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Agente Operacional II - ALTEVIR FRANCISCO COTHOVISKI, matrícula nº 000375, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo 03 de março de 2005 à 03 de março de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.360

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.360 DE 22 DE JUNHO DE 2010
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 1º DA
PORTARIA Nº 5.385 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições do Artigo 1º da Portaria nº 5.385 de 26 de abril de 2007, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder Licença Prêmio ao Agente Operacional III - ALTEVIR FRANCISCO COTHOVISKI, matrícula nº 000375 lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 03 de março de 2000 a 03 de março de 2005".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de dezembro de 2009.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.361

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.361 DE 22 DE JUNHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Odontólogo II - CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO, matrícula nº 000573, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2009 à 31 de dezembro de 2009, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.362

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.362 DE 22 DE JUNHO DE 2010
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio ao Fiscal de Vigilância Sanitária - SANDRO BUENO FRANCO, matrícula nº 274, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2000 a 01 de agosto de 2005.

Art.2º) O servidor gozará sua Licença Prêmio no período de 28 de junho de 2010 à 27 de julho de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito



Portaria Nº 7.363

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.363 DE 22 DE JUNHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Auxiliar de Odontologia - MARIA OLIVIA PADILHA PEYERL, matrícula nº 0000552, referente aos períodos aquisitivos: 20 de maio de 2008 á 19 de maio de 2009; 20 de maio de 2009 á 19 de maio de 2010 e, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 20 de maio de 2009 á 19 de maio de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 28 de junho de 2010 á 17 de julho de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.364

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.364 DE 22 DE JUNHO DE 2010
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Odontóloga - JÉSSICA FISCHER, matrícula nº 000443, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 06 de junho de 2005 a 06 de junho de 2010.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 30 de junho de 2010 á 29 de julho de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.365

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.365 DE 22 DE JUNHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Motorista - JOSÉ ODENIR ALVES FRANCO, matrícula nº 000266, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, de Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo 20 de junho de 2005 á 20 de junho de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.366

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.366 DE 22 DE JUNHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE
FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autoriza o pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo ao Chefe de Gabinete - PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR, matrícula nº 0237, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2009 a 01 de março de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal



AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.367

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.367 DE 22 DE JUNHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autoriza o pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo ao médico II - RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, matrícula nº 000549, referente ao período aquisitivo 06 de maio de 2009 a 05 de maio de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.368

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.368 DE 22 DE JUNHO DE 2010
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 2.559 DE 01 DE OUTUBRO DE 2002, SERVIDORA ANAZILDA CORDEIRO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso IX, combinado com o Art. 91, Inciso II, Alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990 e com fundamento dos Artigos 324 e 325 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 de 19 de setembro de 2002, considerando o relatório da Comissão responsável pelo Processo e a Decisão exarada pela Secretária Municipal de Administração no Processo Administrativo nº 301/2010, Resolve:

Art.1º) Alterar o Art. 1º da Portaria Municipal n.º 2.559/02, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º) Reenquadrar a Servidora Pública Municipal: ANAZILDA CORDEIRO, matrícula nº 000004, por força dos Artigos 324 e 325 da Lei Complementar nº 006/2002, no cargo de Agente Operacional I, para exercer as funções definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, correspondente ao nível de Vencimento 1, subnível 13A, percebendo o valor de R\$ 399,21

(trezentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos), com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação".

Art.2º) O vencimento atualizado da servidora ANAZILDA CORDEIRO no cargo de Agente Operacional I, correspondente ao nível de Vencimento 1, subnível 13D, é de R\$ 837,24 (oitocentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos), em razão das revisões gerais anuais de 2003 à 2010 incidentes sobre o valor constante no artigo anterior e das Progressões Horizontais por desempenho no cargo.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração
Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão Presencial Nº 72/2010

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
RESUMO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2010

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO, zero quilômetro, para manutenção das atividades do grupamento de Bombeiros de Campo Alegre-SC, conforme descrição e preço máximo fixado abaixo:

Qtde	Unid	Descrição	VALOR MÁXIMO FIXADO (R\$)
01	Und.	Veículo utilitário, tipo pick up, zero quilômetro, ano/modelo 2010 ou 2011, 02 portas, cor vermelha, motor de no mínimo 1.8, flex, cabine dupla, com carroceria aberta, capacidade mínima da caçamba de 580 litros, 05 marchas a frente e 01 a ré, contendo direção hidráulica, vidros elétricos, protetor de caçamba, protetor de Carter, retrovisores externos com comandos internos, desembaçador com ar quente, tapetes de borracha, pneus novos, e demais equipamentos exigidos pelo CBT – Código Brasileiro de Trânsito. Garantia mínima 12 meses. Obs: Deverá ser considerando a redução de IPI conforme Lei Federal nº 8058 de 02/07/90 e redução de ICMS conforme Decreto Estadual nº 4909 de 27/11/2006.	38.000,00

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO, com valor máximo fixado (R\$ 38.000,00).

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 8 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 08/07/2010, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a res-



ponsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: DIA: 08/07/2010, ÀS 9 HORAS, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

O edital na íntegra está disponível no site do Município: www.campoalegre.sc.gov.br.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Campo Alegre, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 73/2010 - PREF

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

RESUMO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2010

Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS, zero quilômetro, para a Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, conforme descrição e preço máximo fixado abaixo:

Qtde	Unid	Descrição	VALOR MÁXIMO FIXADO (R\$)
01	Unid.	VEÍCULO UTILITÁRIO, tipo pick up, zero quilômetro, ano/modelo 2010 ou 2011, 02 portas, cor branco, motor de no mínimo 1.4, flex (gasolina e álcool), cabine simples, com carroceria aberta, capacidade mínima de carga de 670 kg, 05 velocidades, contendo desembaçador com ar quente, grade protetora do vidro traseiro e porta-escada, protetor do Carter, retrovisores externos com comando interno, tapetes de borracha, pneus novos e demais equipamentos exigidos pelo CBT – Código Brasileiro de Trânsito. Prazo mínimo de garantia: 12 meses	32.000,00
01	Unid.	VEÍCULO UTILITÁRIO, zero quilômetro, ano/modelo 2010 ou 2011, cor branco, motor 1.8, 8v, flex (gasolina e álcool), mínimo 04 cilindros, potência mínima 112 cv, direção hidráulica, ar condicionado (de série) + pára-brisa degradê, capacidade para 7 passageiros, 4 portas, largura mínima 1.600 mm, altura do veículo vazio de no mínimo 1.800mm, retrovisores externos elétricos, volante com regulagem de altura, rádio Cd/Mp3 (devidamente instalado com fiação, auto-falantes e antena), tapetes de borracha, pneus novos e demais equipamentos exigidos pelo CBT – Código Brasileiro de Trânsito. Prazo mínimo de garantia: 12 meses	59.000,00

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO, com fixação de valor máximo.

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 9 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 08/07/2010, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é

de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: DIA: 08/07/2010, ÀS 10 HORAS, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

O edital na íntegra está disponível no site do Município: www.campoalegre.sc.gov.br.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Campo Alegre, 22 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.535 18/06/2010

LEI Nº 3.535 18/06/2010

AUTORIZA CEDER EM COMODATO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO

Vilivaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder em forma de comodato para as Associações de Produtores Rurais relacionadas no Anexo I, os equipamentos e máquinas descritos no Anexo II desta Lei.

§ 1º. Os equipamentos e máquinas serão destinados as entidades conforme as necessidades das mesmas e por decisão do Poder Executivo.

§ 2º. O convênio terá vigência por 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º. Os equipamentos agrícolas mencionados no Art. 1º, foram adquiridos pelo município com recursos originários do contrato de repasse firmado com a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal.

Art. 3º. Os equipamentos agrícolas adquiridos com os recursos financeiros liberados pelo contrato nº 0310128-87/2009/MAPA/CAIXA, tem por objetivo Executar Ações e Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Programa PRODESA.

Art. 4º. São obrigações do Município/Comodante:

Fazer a entrega dos equipamentos agrícolas relacionados no Anexo II

Vistoriar periodicamente os equipamentos cedidos em comodato; Rescindir o contrato de comodato, se houver qualquer desvio das



finalidades a que se destinam.

Art. 5º. São obrigações e deveres do Comodatário:

Atender indistintamente os agricultores integrantes da Associação;
Zelar e fazer a manutenção e conservação dos equipamentos agrícolas recebidos em Comodato.
Suportar os custos e gastos com reparos e reforma dos equipamentos;
Devolver os equipamentos ao término do contrato em condições de uso e funcionamento;
Permitir a vistoria em qualquer tempo de controle interno e externo da Administração Pública Municipal e Federal.

Art. 6º. Integra esta Lei, independente de transcrição, a minuta do contrato de comodato

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 18 de junho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Lei nº 3.535/2010

ASSOCIAÇÕES

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SERRARIA PACHECO
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SÃO SIMÃO
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA ENTRADA DO PELOTAS
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA ENCRUZILHADA
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA BARRA DO LEÃO
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE DAL PAI
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA SERRARIA WEISS
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO ESPINILHO
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE APARECIDINHA
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SÃO FRANCISCO
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE POCINHOS
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE CRISTO REI
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE ESMERALDA
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE RIO PARDO
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE IBICUI
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE CAXAMBÚ
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE GUARANI
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SANTA BÁRBARA
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE PINHAL PRETO
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE BELA VISTA
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SÃO PEDRO SARANDI
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SANTA RITA SARANDI
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SANTO ANTÔNIO DA PALMEIRA

ANEXO II

Lei nº 3.535/2010

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

QUANTIDADE	EQUIPAMENTO / MÁQUINA
08	COLHEDORA DE FORRAGENS (ENSILADEIRA)
03	DISTRIBUIDOR DE ADUBOS, CALCÁRIO E OUTROS
01	GRADE ARADORA INTERMEDIÁRIA

04	DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO
09	DISTRIBUIDOR DE ADUBOS E SEMENTES.
06	PULVERIZADOR TRATORIZADO
10	CARRETA AGRÍCOLA
01	CONCHA DIANTEIRA AGRÍCOLA

Lei Nº 3.536

LEI Nº 3.536 DE 18/06/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional especial no orçamento geral do Município, consignado sob a rubrica:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 03 - Deptº de Modernização Administrativa e Informatização

PROJ./ATIV.:1.002 - Reequipamento da Administração Pública
104.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0.Aplicações Diretas
.....R\$ 130.000,00

Art. 2º. Para cobertura da abertura de crédito prevista no Art. 1º, ficam anuladas parcialmente do orçamento geral do Município as seguintes rubricas orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06 - Deptº de Pessoal

PROJ./ATIV.:0.001 - Manutenção do Pagamento de Inativos e Pensionistas - Prefeitura
96.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
.....R\$ 130.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 18 de junho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.036

DECRETO Nº 6.036 DE 16/06/2010

INSTITUI E REGULAMENTA O LIVRO ELETRÔNICO COMO DECLARAÇÃO MENSAL PARA LANÇAMENTO DAS BASES TRIBUTÁVEIS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS, PARA A APU-RAÇÃO DO ISSQN MENSAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os artigos 100, incisos VIII, da Lei Orgânica e as disposições contidas nas Leis Complementares 01/2002 de 27/02/2002 e 03/2003 de 12/12/2003,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 1º Fica criado o Livro Eletrônico informatizado e disponibilizado no sítio da página web desta municipalidade www.campos-novos.sc.gov.br para escrituração e declaração mensal do ISSQN decorrente de serviços prestados e tomados por empresas sediadas no Município de Campos Novos ou por tomadores de serviços executados neste município.

Art. 2º Os prestadores e tomadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, estão obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias previstas neste Decreto e na legislação tributária em vigor.

CAPÍTULO II

DA DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS E APURAÇÃO DE ISSQN

Art. 3º Ficam obrigados a declararem, mensalmente, na página da web, os serviços prestados e/ou contratados, os contribuintes e tomadores de serviços, a saber:

I - As pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as MICRO EMPRESAS, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, optantes do Simples Nacional ou não.

II - As pessoas jurídicas de direito público, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município de Campos Novos;

III - Os prestadores, tomadores ou intermediários de serviços, ainda que não cadastrados como contribuintes do ISSQN neste município, salvo os legalmente dispensados da retenção do ISSQN.

Parágrafo Único. Ficam dispensados da declaração previstas neste artigo os prestadores de serviços que recolhem o ISSQN na modalidade fixa.

Art. 4º A Declaração de ISSQN Próprio e a Declaração de ISSQN Retido, com a apuração deste imposto, é uma obrigação tributária acessória e serão geradas por programa de software específico, denominado Livro Eletrônico, disponibilizado no endereço eletrônico do Município de Campos Novos, www.camposnovos.sc.gov.br.

§ 1º O Livro Eletrônico conterá:

I - As informações cadastrais do responsável legal e contábil da Pessoa Jurídica declarante;

II - As informações cadastrais do responsável pelas declarações, contador ou pessoa por ele indicada;

III - Os dados de identificação do prestador e/ou tomador dos serviços;

IV - Todos os serviços prestados e tomados pelo declarante, baseados ou não em documentos fiscais ou gerenciais, emitidos ou recebidos em razão da prestação de serviços, sujeitos ou não a incidência do ISSQN, ainda que não devido ao município de Campos Novos (SC);

V - O item da lista de serviços, o valor e o mês de competência dos serviços tomados ou prestados;

VI - O registro das deduções na base de cálculo, quando admitidas pela legislação do ISSQN deste Município;

VII - O registro da inexistência de serviço prestado ou tomado,

no período de referência da Declaração Mensal de Serviços, se for o caso;

VIII - O registro do imposto devido, inclusive sobre regime de estimativa, e do imposto retido na fonte ou por substituição de responsabilidade tributária;

IX - Outras informações de interesse do Fisco Municipal.

§ 2º Ao processar a Declaração, automaticamente será gerado o imposto devido e disponibilizado na mesma ferramenta, o documento de arrecadação do ISSQN apurado conforme as informações prestadas na mesma declaração;

§ 3º A Declaração de ISSQN próprio e a Declaração de ISSQN Retido, de que trata o caput deste artigo, formaliza o lançamento e constitui confissão a obrigação tributária, tornando-se, também, instrumento hábil e suficiente para a exigência do ISSQN próprio e retido de terceiros resultante das informações nela prestadas que não tenha sido recolhido no prazo regulamentar.

Art. 5º Ficam substituídas as guias e os "carnês" de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN pela Guia de Pagamento do ISSQN, gerada e emitida através do programa Livro Eletrônico após o registro da Declaração Mensal, a partir de 16 de julho de 2010, competência junho de 2010, no endereço supramencionado, inclusive para as empresas prestadoras de serviços, não optantes do Simples Nacional e enquadradas no regime de recolhimento do ISSQN calculado pela receita bruta mensal.

Art. 6º O descumprimento ao disposto neste Decreto sujeita o infrator às sanções previstas na legislação tributária Municipal em vigor, sem prejuízo de outras cominações legais aplicáveis, em especial se:

I - deixar de remeter à Secretaria Municipal da Fazenda, no prazo previsto no caput do art. 7º, a Declaração de ISS e/ou Declaração de ISS Retido, independentemente do pagamento do imposto;

II - apresentar a Declaração de ISS próprio e/ou Declaração de ISS Retido de terceiros com omissões ou dados inexatos ou inverídicos.

Art. 7º A Declaração, que trata o artigo 4º deste Decreto, deverá ser feita e enviada até 15/07/2010 competência junho 2010 mensalmente, com ou sem movimento, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao fato gerador do tributo.

Art. 8º O contribuinte e/ou o substituto tributário, além de observar as obrigações constantes do artigo 4º, deverá entregar declaração retificadora, no caso de erro na elaboração de declaração já apresentada ou de apresentação da mesma de forma incompleta ou inexata.

Parágrafo Único - A retificação de dados ou informações constantes do Livro Eletrônico, e já apresentadas, somente está protegida da aplicação de penalidade se realizada e entregue até o último dia útil anterior ao início de qualquer medida de fiscalização relacionada à verificação ou apuração do imposto devido e declarado.

Art. 9º A retificação da declaração poderá ser efetuada por meio eletrônico mediante apresentação de nova declaração.

§ 1º A declaração retificadora mencionada no caput deste artigo terá a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, e conterá todas as informações, inclusive os itens não alterados, servindo para aumentar ou reduzir os valores de débitos do ISSQN já informados.



§ 2º Não será aceita a retificação que tenha por objeto alterar os débitos fiscais relativos ao ISSQN:

I - cujos saldos a pagar já tenham sido inscritos em Dívida Ativa, nos casos que importe alteração do valor;

II - cujos valores das diferenças apuradas em procedimentos de auditoria interna, relativos às informações inexatas ou incompletas das notas fiscais dos prestadores, intermediários e tomadores registrados no Livro Eletrônico, já tenham sido inscritos em Dívida Ativa;

III - em relação ao o sujeito passivo já tenha sido notificado do início de procedimento fiscal.

§ 3º A retificação de valores da declaração que resulte em alteração do montante do débito já inscrito em Dívida Ativa do Município, somente poderá ser efetuada pelas entidades competentes nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da declaração.

Art. 10 Os comprovantes de Pagamento do ISSQN ou de retenção feita pelo tomador do serviço, os documentos fiscais, emitidos ou não, ou recebidos em razão de serviços prestados, tomados ou vinculados, das deduções legais e demais comprovantes dos dados e informações contidas na declaração, deverão ficar em poder do responsável legal, para imediata exibição ao Fisco sempre que solicitados, pelo período de 05 (cinco) anos contados da data prevista para apresentação da declaração de cada competência à Secretaria Municipal da Fazenda.

CAPÍTULO III DOS LIVROS FISCAIS

Art. 11 O Livro de Registro de Serviços Prestados e o Livro de Registro de Serviços Tomados deverão, no final de cada exercício, ser processados eletronicamente com os dados fornecidos nas declarações mensais, constantes do endereço mencionado no art. 4º, pelos contribuintes prestadores e tomadores de serviços, sendo facultativa sua impressão.

Art. 12 Os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidos no Município de Campos Novos (SC), deverão apresentar mensalmente ao Fisco Municipal as informações fiscais sobre os serviços prestados, podendo estes cadastrar seu próprio plano de contas, vinculando as contas aos seus respectivos COSIFS.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não exclui a obrigação da apresentação ao Fisco Municipal, da declaração mensal dos serviços tomados prevista no artigo 3º deste Decreto.

Art. 13 Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários estão dispensados da emissão de notas fiscais de serviços e escrituração de livros fiscais, ficando, porém, obrigados, a manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 1º Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

§ 2º Como contratante de serviços, os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão escriturar, no mesmo endereço eletrônico, as notas fiscais de serviços tomados e os recibos de todos os serviços contratados, na forma dos artigos 3º e 4º deste Decreto.

Art. 14 O recolhimento do imposto, retido na fonte ou por substituição de responsabilidade Tributária, far-se-á em nome do responsável pela retenção ou do substituto da responsabilidade, através de documento de arrecadação emitido mediante a Declaração prevista no artigo 4º deste Decreto, observando-se o prazo de pagamento previsto no artigo 27 do inciso 4º da Lei Complementar nº 003/03.

§ 1º O não recolhimento do ISSQN retido, no prazo estabelecido, será considerado apropriação indébita, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas no parágrafo único do artigo 42 da Lei Complementar Municipal nº 003/03 sem prejuízo da responsabilidade cível e criminal.

§ 2º Consideram-se substituto da responsabilidade tributária, independente da retenção na fonte do ISSQN, todos os tomadores de serviços previstos na subseção II setor I da Lei 003/03.

§ 3º O pagamento do ISSQN, somente dar-se-á por meio do documento hábil, DAM previsto no artigo 5º deste Decreto, sendo vedado o pagamento por qualquer outro meio.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 A apuração do ISSQN a pagar será feita, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis em sua escrita fiscal e sua movimentação financeira e bancária, os quais estarão sujeitos a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1º O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, todas as receitas decorrentes da prestação de serviços, com seus respectivos valores do imposto que sofreu retenção na fonte ou que seja devido a outro município conforme artigo 3º da Lei Complementar 116/03, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISSQN para recolhimento do imposto devido.

§ 2º O responsável tomador dos serviços sujeitos ao imposto deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISSQN devidas, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISSQN para recolhimento do valor apurado com vencimento no dia 15 de mês subsequente à sua competência.

§ 3º Fica o tomador dispensado da retenção na fonte do Imposto sobre Serviços - ISSQN, comprovado através de Nota Fiscal Avulsa, emitida pela Prefeitura Municipal de Campos Novos.

Art. 16 Os contribuintes do ISSQN, que comprovadamente não prestaram serviços sujeitos ao ISSQN, deverão informar através do Livro Eletrônico, a ausência de movimentação econômica por não auferir receita decorrente da prestação de serviços naquele período.

§ 1º A falta de emissão de nota fiscal de prestação de serviços não comprova que não houve prestação de serviços prevista no caput deste artigo tampouco o desobriga do pagamento do ISSQN devido sobre a receita bruta mensal auferida com esta operação.

Art. 17 Aos prestadores de serviços fica vedado o recolhimento da Guia de Pagamento do ISSQN com valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais).

§ 1º Quando o valor do imposto resultar inferior a R\$ 20,00 (vinte reais), deverá ser acumulado com o imposto correspondente ao



período ou períodos subsequentes, até que o somatório seja igual ou superior a R\$ 20,00, (vinte reais), ocasião em que será pago ou recolhido, obedecido o prazo estabelecido na legislação para este último período de apuração, sem os acréscimos de mora.

Art. 18 Os responsáveis contábeis, de todas as pessoas jurídicas mencionadas no caput do artigo 3º deste Decreto, deverão efetuar os seus respectivos cadastros no site do Município www.caposnovos.sc.gov.br, no link LIVRO ELETRÔNICO, para obter permissão e liberação da senha e a chave de integridade para acesso ao sistema.

Art. 19 O suporte técnico desta ferramenta eletrônica, o cadastramento de cada usuário e a liberação da Chave de Fidelidade, bem como o manual de operações do módulo Declarante do Livro Eletrônico e o formato dos arquivos de importação de documentos, emitidos e recebidos, estarão à disposição dos contabilistas, dos contribuintes ou qualquer outro obrigado, no endereço eletrônico constante do artigo 4º deste regulamento e pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria da Fazenda do Município de Campos Novos.

Art. 20 A solicitação para "Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF", bem como sua homologação, poderão, a qualquer tempo, ser disponibilizadas e autorizadas pela Administração, por meio desta ferramenta eletrônica, no site do endereço eletrônico deste município www.camposnovos.sc.gov.br.

Parágrafo único - A liberação da AIDF de que trata do caput deste artigo somente será concedida após verificada a regularidade fiscal e cadastral do contribuinte requerente perante a Fazenda Pública do Município de Campos Novos.

Art. 21 As infrações cometidas a este regulamento serão punidas com as sanções previstas na legislação tributária municipal vigente.

Art. 22 Poderá, a qualquer tempo, ser liberado via livro eletrônico a nota fiscal avulsa apenas para prestador de serviços pessoa física.

Art. 23 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo plenos efeitos a partir de 16 de junho de 2010.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 16 de junho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 6.037

DECRETO Nº 6.037 DE 17/06/2010

INSTITUI O CONCURSO "CAMPOS NOVOS EM CORES E VERSOS" E SEU REGULAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a importância de estimular a participação dos alunos em atividades que valorizem a criatividade e estimulem a produção artística;

Considerando a possibilidade de divulgar os talentos que se destacam entre os alunos da Rede Municipal de Ensino;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituído o Concurso "Campos Novos em Cores e Versos", cujos trabalhos premiados serão impressos nas capas de cadernos do kit escolar de 2011.

Art. 2º. O Tema do Concurso será "EU AMO CAMPOS NOVOS!"

Art. 3º. Institui o Regulamento do Concurso, que integra o Anexo Único deste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de junho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 6.037/2010

R E G U L A M E N T O

CONCURSO "CAMPOS NOVOS EM CORES E VERSOS"

1. OBJETIVO

Dar visibilidade ao talento e criatividade dos estudantes da rede pública municipal, fortalecendo o papel da escola na construção de ações de caráter participativo e democrático, além de valorizar a realidade vivida pelo aluno em sua comunidade.

2. DO PÚBLICO ALVO:

Alunos das Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais, devidamente matriculados e frequentando.

3. DAS CATEGORIAS

- a) Ensino Fundamental: Séries Iniciais – Desenho
- b) Ensino Fundamental: Séries Finais – Poesia

4. DO TEMA PARA AS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E POÉTICAS

3.1 Ensino Fundamental: Séries Iniciais e Finais
Eu Amo Campos Novos

4. DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO E SELEÇÃO DAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E POÉTICAS

O aluno deve estar matriculado em escola pública municipal e frequentando;

Ter apenas uma produção escrita;

Coerência com o tema escolhido;

As produções artísticas e poéticas deverão estar dispostas conforme a regulamentação;

Originalidade na produção;

A produção deve ser encaminhada para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura dentro do prazo estabelecido no cronograma deste regulamento;

As ilustrações e poesias deverão estar acompanhadas de TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM, ÁUDIO E CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS e FICHA DE IDENTIFICAÇÃO (modelos anexos).

5. DA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Serão selecionados os melhores trabalhos artísticos e poéticos realizados com papel padronizado.

Categoria Séries Iniciais: em papel padrão, tamanho A4, formato "retrato" ou sentido vertical, utilizando-se lápis de cor, giz de cera, guache, aquarela ou lápis preto, sob a orientação do Professor Regente. É vedado o uso de recorte e colagem.

Categoria Séries Finais: em papel padrão, tamanho A4, formato "retrato" ou sentido vertical, utilizando-se caneta azul. As poesias deverão ser elaboradas em forma de soneto, sendo este composto



de 14 (quatorze) versos, sob a orientação do Professor Regente.

6. DA IDENTIFICAÇÃO DOS TRABALHOS

Cada trabalho deverá ter em anexo a Ficha de Identificação conforme modelo em anexo.

Observação: Não serão aceitos trabalhos sem identificação, fora do formato correspondente à categoria, realizados em papel não padronizado ou fora da sala de aula.

7. DAS ORIENTAÇÕES

Os professores orientadores poderão, além de ensinar as técnicas necessárias à realização dos trabalhos, discutir com os alunos aspectos ligados ao tema: "EU AMO CAMPOS NOVOS!"

O papel padrão será encaminhado para distribuição junto às Unidades Escolares no mês de junho de 2010.

Serão observadas, na seleção dos trabalhos, além da qualidade do desenho e da técnica escolhida pelo participante, a criatividade, originalidade e fidelidade ao tema.

8. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Os trabalhos serão selecionados conforme as normas contidas nos itens 5, 6 e 7 deste Regulamento.

9. DAS COMISSÕES JULGADORAS

1ª Fase: O Diretor da Unidade Escolar nomeará uma comissão que selecionará 5 (cinco) trabalhos por categoria e enviará para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com o TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM, ÁUDIO E CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS devidamente assinado e anexado, aos cuidados da Secretaria Municipal de Educação até às 11 horas do dia 25 de agosto de 2010.

2ª Fase: A Secretaria Municipal de Educação reunirá todos os trabalhos selecionados por Categoria e constituirá uma Comissão Especial que selecionará os 3 (três) melhores trabalhos de cada categoria, acompanhadas do TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM, ÁUDIO E CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS devidamente assinado e anexado, utilizando os mesmos critérios empregados nas Unidades Escolares.

Solicitamos às Unidades Escolares que enviem, juntamente com os trabalhos e o referido Termo, uma cópia do RG ou de Certidão de Nascimento da criança, para evitar problemas com os nomes das mesmas.

Somente os trabalhos que respeitarem os prazos do cronograma em anexo serão aceitos.

Os prazos serão seguidos rigorosamente.

10. DO RESULTADO

De acordo com o cronograma em anexo.

11. DA PREMIAÇÃO

Os trabalhos dos alunos selecionados serão estampados nos cadernos do kit escolar que será distribuído em 2011, respeitando a categoria de cada autor, sendo que cada um dos primeiros colocados de cada categoria receberá 1 (um) computador; os segundos colocados de cada categoria receberão 1 (um) livro compatível com a faixa etária e os terceiros colocados 1 (uma) bola.

12. DA CESSÃO DOS DIREITOS AUTORAIS DOS TRABALHOS, IMAGEM E ÁUDIO

A Unidade Escolar deverá entregar os trabalhos selecionados com o Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Áudio e Cessão de Direitos Autorais, conforme modelo em anexo.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

A Comissão formada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura não se responsabiliza pela devolução dos trabalhos sele-

cionados

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (ou terceiros por ela autorizados) reservam-se ao direito de reproduzir na totalidade os trabalhos produzidos nas escolas, bem como a imagem e áudio dos alunos(as), divulgando-os por meio de mídia impressa e televisionada, bem como, disseminando-os pela Internet ou qualquer outra mídia que venha a ser desenvolvida (sem fins lucrativos), sem que tenha a devida autorização e qualquer remuneração aos participantes e autores dos trabalhos.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Julgadora, em cada instância (Unidade Escolar e/ou Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

14. CRONOGRAMA

QUANDO?	O QUÊ?	QUEM?
22 de junho de 2010	Etapa de divulgação, discussão e aprofundamento da temática.	Secretária de Educação, Diretoras das Unidades Escolares e Professores
A partir de 23 de junho de 2010	Etapa de divulgação do projeto nas Unidades Escolares	Direção, Professores e Alunos
25 de junho a 24 de agosto de 2010	Etapa de criação dos trabalhos nas Unidades Escolares	Alunos
25 e 26 de agosto de 2010	Etapa de seleção de 10 (dez) trabalhos, 5 (cinco) por categoria, nas Unidades Escolares	Comissões das Unidades Escolares
27 de agosto de 2010	Entrega dos trabalhos selecionados junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Diretores das Unidades Escolares
30 de agosto de 2010	Seleção dos 6 (seis) trabalhos 3 (três) de cada categoria	Comissão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
01 de setembro de 2010	Divulgação das produções selecionadas	Escolas e Mídia
01 de setembro de 2010	Envio do material para publicação	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
01 de setembro de 2010	Entrega dos Prêmios nas Unidades Escolares	Prefeito Municipal, Secretária Municipal de Educação e Cultura, Diretor da Unidade

ANEXO DO REGULAMENTO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM, ÁUDIO E CESSÃO DOS DIREITOS AUTORAIS

Eu, _____, RG nº _____
 CPF nº _____, Nacionalidade _____
 Estado Civil _____, Residente à _____,
 Responsável por _____,
 Estudando no(a) _____,
 Por este instrumento:

1) Autorizo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Campos Novos a utilizar a imagem e áudio do meu tutelado, para fins de veiculação não comercial (sem fins lucrativos).

2) A referida autorização também se estende à cessão dos direitos autorais para qualquer publicação ou menção que venha a ser feita na mídia geral, escrita ou falada, a respeito do Concurso "Campos Novos em Cores e Poesia", tendo como Tema "Eu Amo Campos Novos!" promovido pela Prefeitura Municipal de Campos Novos, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.



Campos Novos, ____ de ____ de 2010.

(Assinatura do responsável)

Decreto Nº 6.038

DECRETO Nº 6.038 DE 18/06/2010

AUTORIZA LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de ampliar as instalações do Centro de Convivência do Idoso Padre Quintilio Costini;

Com amparo no Artigo 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 que institui o Plano Diretor;

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica autorizado o desmembramento de uma área de 48,93m² (quarenta e oito metros e noventa e três centímetros quadrados) de propriedade da Comissão Municipal do Idoso de Campos Novos, CNPJ 80.630.098/0001-08, matriculado no CRI da Comarca sob nº 2.336 na forma de Cessão de Uso e Transferência de Direitos.

Art. 2º. A área desmembrada possui forma triangular, e as seguintes confrontações:

Ao Norte: confronta com terrenos da Comissão Municipal do Idoso de Campos Novos, em 19,42m;
Ao Sul: confronta com terrenos de Caroline Aparecida Berlanda, em 19,90m;
Ao Leste: confronta com terrenos de Alzira Gonçalves de Souza, em 5,04m.

Art. 3º. Ficam os Cartórios de Tabelionato e do registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro do imóvel objeto deste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de maio de 2010.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.007 de 17 de maio de 2010.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 18 de junho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.040

DECRETO Nº 6.040 DE 18/06/2010

AUTORIZA LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de ampliar as instalações do Centro de Convivência do Idoso Padre Quintilio Costini;

Com amparo no Artigo 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 que institui o Plano Diretor;

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica autorizado o desmembramento de uma área de 48,93m² (quarenta e oito metros e noventa e três centímetros quadrados) de propriedade de Caroline Aparecida Berlanda, CPF 041.221.809-70, matriculado no CRI da Comarca sob nº 8.629 na forma de Cessão de Uso e Transferência de Direitos.

Art. 2º. A área desmembrada possui forma triangular, e as seguintes confrontações:

Ao Norte: confronta com terrenos da Comissão Municipal do Idoso de Campos Novos, em 19,38m;

Ao Sul: confronta com terrenos de Caroline Aparecida Berlanda, em 20,03m;

Ao Oeste: confronta com a Rua Cel. Ozório Fagundes, em 5,05m.

Art. 3º. Ficam os Cartórios de Tabelionato e do registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro do imóvel objeto deste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de maio de 2010.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 18 de junho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.041

DECRETO Nº 6.041 DE 21/06/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 07 - SECRET. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 21 - DEPTº DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 - Realização de Eventos e Geral
Elementos de despesa: 12-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0
Transferência a instituições privadas s/fins lucrativos
..... R\$ 18.000,00

Art. 2º - Por conta da abertura de crédito adicional suplementar a que se refere o Art. 1º, ficam anulados nos projetos e nas atividades abaixo, os seguintes elementos de despesa:

ÓRGÃO: 07 - SECRET. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 21 - DEPTº DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 - Realização de Eventos e Geral
Elementos de despesa: 11-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
Transferência a instituições privadas s/fins lucrativos
..... R\$ 18.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente



Decreto em, 21 de junho de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto N° 6.042

DECRETO N° 6.042 DE 22/06/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica extinta a Unidade Escolar denominada Jardim de Infância Tio Patinhas, que funcionava junto à Escola Básica Municipal Santa Júlia Billiard, em virtude da criação do Centro de Educação Infantil "A Caminho do Futuro", e em conformidade com o Decreto nº 2.861/92 de 14/10/92.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de junho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto N° 6.043 DE 22/06/2010

DECRETO N° 6.043 DE 22/06/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - Departamento de Planejamento Educacional

PROJETO/ATIVIDADE: 1.020 - Construções e Reformas no Ensino com Recursos do FUNDEB 40%

Elementos de despesa: 111-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0014.0-Aplicações DiretasR\$ 217.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais), parte do provável excesso de arrecadação do FUNDEB.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de junho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto N° 6.044

DECRETO N° 6.044 DE 22/06/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.027 - Obras, Reformas e Ampliações na Assistência Social do Mun. e CRAS

Elementos de despesa: 12-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....R\$ 53.330,00

Art. 2º - Por conta da abertura de crédito adicional suplementar a que se refere o Art. 1º, ficam anulados nos projetos e nas atividades abaixo, os seguintes elementos de despesa:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.027 - Obras, Reformas e Ampliações na Assistência Social do Mun. e CRAS

Elementos de despesa: 13-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0028.0-Aplicações Diretas.....R\$ 53.330,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de junho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto N° 6.045

DECRETO N° 6.045 DE 22/06/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DA MERENDA ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.012 - Manutenção da Gerência de Merenda Escolar

Elementos de despesa: 123-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0166.0-Aplicações Diretas.....R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), parte do provável excesso do recurso federal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de junho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Errata-Decreto Nº 6.039 DE 18/06/2010

ERRATA

DECRETO Nº 6.039 DE 18/06/2010

REGULAMENTA LEI Nº 3.536/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) na rubrica constante no Art. 1º da Lei nº 3.536/10.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação orçamentária constante do Art. 2º da referida Lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em 18 de junho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Alteração do edital de Carta Convite n.º 21/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ALTERAÇÃO DO CARTA CONVITE N.º 21/2010

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 57/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que foram transferidas as datas para protocolo e abertura dos envelopes de documentação e proposta, para o dia 06/07/2010, sendo o protocolo até às 10:00 horas e abertura às 10:15 horas. Informações (047) 3621-7705. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail informado abaixo, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. licitacao@pmc.sc.gov.br.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Edital de Tomada de Preços n.º 02/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 55/2010

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13 de julho de 2010, às 14:15 horas, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para execução de obras relativas a construção do MURO e PORTARIA do IFSC-Canoinhas/SC. Valor previsto R\$ 250.000,00. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Resultado Final Pregão Eletrônico n.º 06/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 36/2010

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2010

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas-SC, na Rua Felipe Schmidt n.º 10, Centro, através de sua Comissão de Licitação, torna público o RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, relativamente ao Processo acima. Empresa vencedora: EQUAGRIL - EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA (CNPJ 77.310.589/0011-20), com o preço global de R\$ 13.850,00 (treze mil oitocentos e cinquenta reais). A ata encontra-se apenas ao Processo Licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura.

Pregoeiro e Equipe de Apoio

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato n.º 056/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO n.º 056/2010 - PM

Número do contrato: 056/2010

Vigência: 24/06/2010 à 31/12/2010

Processo Licitatório n.º 048/2010 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: E.J.C. VEÍCULOS LTDA.

Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Objeto: O presente contrato de compra e venda tem por objeto a aquisição de um veículo 0 (zero) km para uso do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito.

DATA DA ASSINATURA: 24 de junho de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 19/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2010



A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da Senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para Contratação de empresa para o fornecimento de refeições, para os servidores que trabalham no Interior do Município de Concórdia SC, na Região de Santo Antônio., em favor da empresa: RESTAURANTE LOSANGO LTDA ME, no valor de R\$7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 22 de junho de 2010.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extratode Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 18/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2010

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da Senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para Contratação de empresa para o fornecimento de refeições para servidores que trabalham no Interior do Município na região do Contorno Norte, na cidade de Concórdia SC, em favor da empresa: TAIONARA SIMON MOCELLIN, no valor de R\$7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 22 de junho de 2010.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMA-SIGDBFG/BOLSAFAMÍLIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMA-SIGDBFG/BOLSAFAMÍLIA, no valor de R\$ 2.053,50 (dois mil e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) referente ao Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 22 de junho de 2010.
MAURO KICHEL
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação Salário Educação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 123.659,76 (cento e vinte e três mil seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos).

Concórdia SC, 23 de junho de 2010.
VILMA INEZ STRINGHINI
Secretária Municipal de Finanças

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 4.519/2010

LEI Nº 4.519/2010

ALTERA LEI Nº 4.477/2010

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei n. 4.477/2010 que autoriza o Poder Executivo a adquirir e alienar área de terras e que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, sob a modalidade de compra e venda, um área de terras com 12.198,94 (doze mil, cento e noventa e oito metros e noventa e quatro centímetros quadrados) não edificada, localizada a BR 470 S/N Bairro Getulio Vargas neste município de propriedade de TMC COMERCIO DE VEICULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob n. 03.210.685/0001-99, objeto parcial da matrícula imobiliária n. 19.470, com as descrições e confrontações constantes do memorial descritivo que faz parte integrante desta lei e que será destinado a instalações de novas indústrias.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de junho de 2010
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.923/2010

DECRETO Nº 3.923/2010

INSTITUI O DIARIO OFICIAL OS MUNICIPIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e com fundamento na Lei n. 4.502/2010

D E C R E T A

Art. 1º. Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Executivo do Município de Curitibanos.

Parágrafo único. A partir do dia 17 de maio de 2010, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitibanos, 13 de maio de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.914/2010

DECRETO Nº 3.914/2010

CONCEDE PERMISSAO DE USO DE BEM PUBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo §3º do artigo 105 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos :

D E C R E T A

Art. 1º. Concede à Associação dos Lutadores Conquista da Terra - ALCONTE, inscrita no CNPJ sob n. 05.597.114/0001-84, com sede na Antiga Fazenda do Rincão, Estrada via Guarda Mor direito a PERMISSAO de uso, de forma gratuita, dos bens moveis abaixo relacionados para seu uso exclusivo:

- Um botijão Criogênico série 2304, numero 053. modelo BN-20 Marca Nitrovet
- Uma caixa de luva de toque
- Um cortador de palhetas
- Uma caixa de isopor
- Um termômetro - select sires
- Uma régua medidora
- Um pacote de bainhas
- Uma caixa para materiais

Art. 2º . Os termos, condições e prazos da permissão estão perfeitamente descritos no termo de permissão em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 19 de abril de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

JOSÉ JAIRO DEMENECK
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO TERMO DE PERMISSÃO DE USO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS SC e ASSOCIAÇÃO DOS LUTADORES CONQUISTA DA TERRA - ALCONTE

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal, aqui denominado simplesmente MUNICÍPIO e de outro lado a Associação dos Lutadores Conquista da Terra - ALCONTE, inscrita no CNPJ sob n. 05.597.114/0001-84, com sede na Antiga Fazenda do Rincão, Estrada via Guarda Mor neste ato representada por seu presidente Altamir Antonio Bernardi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 1.515.894 residente e domiciliado em Curitibanos, doravante denominada PERMISSIONÁRIO celebram, de comum acordo, o presente Termo de Permissão de Uso, em conformidade com o disposto no Decreto n. 3.914/2010 e no § 3º do artigo 105 da Lei Orgânica do Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O MUNICÍPIO, através do presente instrumento, permite ao PERMISSIONÁRIO a utilização, de forma gratuita, dos seguintes bens: - Um botijão Criogênico série 2304, numero 053. modelo BN-20 Marca Nitrovet; Uma caixa de luva de toque; Um cortador de palhetas; Uma caixa de isopor; Um termômetro - select sires; Uma régua medidora; Um pacote de bainhas; Uma caixa para materiais

Parágrafo Único : O Objetivo da presente permissão é o incentivo à implantação pela associação do serviço de Inseminação Artificial de bovinos na comunidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES

2.1. São obrigações do Permissionário:

- a) desenvolver os trabalhos de instituição do projeto de implantação pela associação do serviço de Inseminação Artificial de bovinos na comunidade
- b) promover a manutenção do equipamento de propriedade do Município.
- c) restituir o equipamento permitido desimpedido e em perfeitas condições de uso, quando da extinção da permissão de uso;
- d) Zelar pela conservação do equipamento, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos por si, ou por seus equipamentos, causados na realização dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - USO E ATIVIDADE

3.1. A presente permissão destina-se ao uso exclusivo do Permissionário, vedada sua utilização, a qualquer título, bem como a sua cessão ou transferência, para pessoa ou entidade estranha a este Termo.

3.2. É vedado o uso do equipamento para a realização de serviços não ligados à associação.

3.4. O PERMISSIONÁRIO fica diretamente vinculado aos órgãos municipais, no que tange ao uso do imóvel objeto da presente Permissão

CLÁUSULA QUARTA -PRAZO

4.1. A presente permissão é concedida, a título precário, pelo período de 01 (um) ano, prorrogável, por igual prazo observados os critérios da oportunidade e conveniência, pela Secretaria Municipal de Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente desde que o pedido de prorrogação seja efetuado, por escrito e adequadamente justificado, ao Gabinete da Secretaria Municipal da Agricultura, com antecedência, mínima, de 30 (trinta) dias, anteriores ao termo final da Permissão de Uso;



4.1.2 Findo o prazo estipulado na subcláusula 4.1 o Permissionário fará a entrega do equipamento no estado que o recebeu, independente de notificação.

4.2. Havendo interesse do Permissionário em devolver o equipamento antes do término do prazo do presente Termo, fica obrigada a comunicar, por escrito, sua intenção, tendo um prazo de 30 (trinta) dias, contados daquela comunicação, para efetiva desocupação e entrega do imóvel.

CLÁUSULA QUINTA - PROIBIÇÕES

5.1. É proibido ao PERMISSIONÁRIO:

- a) transferir, ceder, emprestar, ou locar o equipamento objeto desta permissão;
- b) cobrar pelo uso do equipamento
- c) desenvolver, com o equipamento, atividades estranhas à permitida.

CLÁUSULA SEIS - SANÇÕES

6.1. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste Termo, confere ao MUNICÍPIO o direito de aplicar à PERMISSIONÁRIA as seguintes penalidades, além das já mencionadas expressamente neste instrumento:

- a) advertência;
 - b) multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais)
 - c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a PERMISSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".
 - e) revogação da Permissão de Uso;
- 6.2. As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, quando tal for viável, ou sucessivamente, a critério do MUNICÍPIO, facultada a prévia defesa do interessado em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo especialmente aberto para tal fim.

7. CLÁUSULA SETE DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Os eventuais consertos e manutenções do equipamento correrão à conta da permissionária

7.5. Havendo uso indevido do equipamento, o MUNICÍPIO poderá exigir a imediata paralisação das atividades do Permissionário bem como a devolução do equipamento, sem prejuízo das demais penalidades.

8. CLÁUSULA OITAVA - REVOGAÇÃO

8.1. Constituem motivos para a revogação da presente permissão de uso:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular das condições previstas no presente Termo, bem como o não cumprimento de legislação federal, estadual ou municipal aplicável à espécie;
- b) o atraso injustificado no cumprimento das condições previstas neste Termo ou de quaisquer outras expedidas pelo MUNICÍPIO;
- c) o cometimento reiterado de falta punida em virtude de descumprimento deste Termo;
- d) a dissolução do Permissionário;
- e) a alteração das finalidades institucionais do Permissionário sem prévia e expressa concordância do MUNICÍPIO;
- f) razões de interesse, necessidade ou utilidade públicas, devidamente justificadas a conveniência do ato;
- g) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, absolutamente impeditiva do prosseguimento da permissão de uso;

8.2. Os casos de revogação acima descritos serão formalmente motivados em processo administrativo especialmente aberto para

tal fim, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.3. Revogada a permissão de uso por qualquer dos motivos previstos neste Termo, será expedido aviso para desocupação do espaço permitido, onde será consignado um prazo máximo de 30 (trinta) dias para a desocupação completa e entrega do espaço.

9. CLÁUSULA NONA - FORO

9.1. Fica, desde já, eleito o foro desta Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da presente permissão de uso, abrindo-se mão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

9.2. Do que, para valer e constar, celebrou-se o presente Termo de Permissão de Uso que, depois de lido e achado conforme, foi assinado em três vias de igual teor, valor e eficácia.

Curitiba, 24/06/2010,
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ALTAMIRO ANTONIO BERNARDI
Alcote

Decreto Nº 3.919/2010

DECRETO Nº 3.919/2010

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.518/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma autorizada pela Lei n. 4.518/2010

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.518/2010, no montante de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais):

ANULAÇÃO:

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1008-	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENSINO FUND.
4490000000.00.001	APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 40.000,00

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1012	EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE ENSINO FUND.
4490000000.00.001	APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 28.000,00

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1013	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE C.E.I.S
4490000000.00.001	APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1014	EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE - ENSINO INFANTIL
4490000000.00.001	APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 112.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.518/2010, no montante de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais):



SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2048 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓ-
 PRIOS
 3390000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 112.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 112.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais).

Art. 4º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.518/2010, no montante de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais):

ANULAÇÃO:

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1012 EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE EN-
 SINO FUND.
 4490000000.00.103 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 58.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.1013 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE C.E.I.S
 4490000000.00.103 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 158.000,00

Art. 5º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.518/2010, no montante de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2064 MANUT. DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSI-
 NO FUND
 3390000000.00.103 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.2065 MANUT. DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSI-
 NO INFANTIL
 3390000000.00.103 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 58.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 158.000,00

Art. 6º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 5º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 4º, no valor de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais):

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 31 de maio de 2010.
 WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
 Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT
 Secretária da Educação, Cultura e Ação Social

Decreto Nº 3.931/2010

DECRETO Nº 3.931/2010

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos :

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2064 MANUTANÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO -
 ENS. FUND.
 3390000000.00.0103 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 170.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.2065 MANUTANÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO -
 ENS. INF.
 3390000000.00.0103 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 190.000,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do Salário Educação, no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais).

Art. 3º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2054 MANUTANÇÃO DO ENSINO FUNDAMEN-
 TAL - FUNDEB 40%
 3390000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 70.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.2061 MANUTANÇÃO DO ENSINO INFANTIL -
 FUNDEB 40%
 3390000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 100.000,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do FUNDEB, no valor de R\$ 100.000,00 (Cento mil reais).

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 10 de junho de 2010.
 WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e nove na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDI
 Secretário de Administração e Finanças



Erval Velho

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1422/2010

DECRETO 1422, de 10 de junho de 2010.

Abre crédito Especial no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WILMAR WILSON WILTGEN, Prefeito Municipal em exercício de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e Lei Municipal n. 1239, de 10 de junho de 2010, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, Entidade Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 83.951,26 (oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e um real e vinte e seis centavos) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE 1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Unidade de Saúde

Modalidade 44900000000000001.0000.0000 - Aplicações diretas R\$ 83.951,26

Total de Suplementações R\$ 83.951,26

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial da dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE 1.029 - Aquisição de Veículos - FMS

Modalidade 44900000000000001.0000.0000 - Aplicações diretas R\$ 76.659,14

PROJETO ATIVIDADE 1.031 - Construção de Sistema de Saneamento Básico

Modalidade 44900000000000001.0000.0000 - Aplicações diretas R\$ 7.292,12

Total de Anulações.....R\$ 83.951,26

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de junho de 2010.

WILMAR WILSON WILTGEN

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1423/2010

DECRETO 1423, de 10 de junho de 2010.

Abre crédito Especial no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WILMAR WILSON WILTGEN, Prefeito Municipal em exercício de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e Lei Municipal n. 1239, de 10 de junho de 2010, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, Entidade Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE 1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Unidade de Saúde

Modalidade 44900000000000001.0000.0000 - Aplicações diretas R\$ 90.000,00

Total de Suplementações R\$ 90.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na FONTE DE RECURSO - 01.0023-54 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - SAÚDE - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO no valor de R\$ 90.000,00, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de junho de 2010.

WILMAR WILSON WILTGEN

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1424/2010

DECRETO 1424, de 17 de junho de 2010.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WILMAR WILSON WILTGEN, Prefeito Municipal em exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1215, de 13 de novembro de 2009 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV. 1004 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS - ENS.FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0024.0055 - Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

Total de SuplementaçõesR\$ 52.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2009 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 17 de junho de 2010.

WILMAR WILSON WILTGEN

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e Publicado nesta data.



WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1424/2010, de 17 de junho de 2010

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Fonte de Recurso 0048/2009 Ou 24.55/2010

Exercício de 2009

Ativo Financeiro	317.337,87
(-) Passivo Financeiro.....	(52.000,00)
Superávit Financeiro.....	265.337,87

Deduções:

Decreto n.º 1388/2010 - 01/02/2010.....	213.337,87
Decreto n.º 1424/2010 - 17/06/2010.....	52.000,00

Saldo..... 0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2009- Anexo 14

Decreto 1425/2010

DECRETO 1425, de 17 de junho de 2010.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WILMAR WILSON WILTGEN, Prefeito Municipal em exercício de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e art. 6º da Lei Municipal n. 1215, de 13 de novembro de 2009, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, no valor de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
PROJ/ATIV. 1004 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS - ENS.FUNDAMENTAL	
4.4.90.00.00.00.00.0024.0055 - Aplicações Diretas	
..... R\$ 128.000,00	
Total de Suplementações	R\$ 128.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na FONTE DE RECURSO - 01.0024-55 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADO no valor de R\$ 128.000,00, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, e demonstrado nos Anexos do presente decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 17 de junho de 2010.

WILMAR WILSON WILTGEN
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria 2342/2010

PORTARIA 2342, de 22 de junho de 2010.

Exonera Estagiária que menciona e dá outras providências.

WILMAR WILSON WILTGEN, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 1125, de 16 de março de 2007 e demais legislações pertinentes.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir o contrato da estudante, KEZI DE OLIVEIRA, contratada por tempo determinado na forma de estagiária, pelo Programa Sentinela, conforme consta na Portaria n. 2078, de 06 de novembro de 2008.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 22 de junho de 2010.

WILMAR WILSON WILTGEN
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças.

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 1845/2010

PORTARIA Nº 1.845, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 028 de 28 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ALINE MAYARA DE MORAIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 062.063.299-25, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal



ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1846/2010

PORTARIA Nº 1.846, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 005 de 25 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ANDREIA GIRARDI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.651.289-73, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1847/2010

PORTARIA Nº 1.847, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ANTONIA FATIMA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 018.241.019-61, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1848/2010

PORTARIA Nº 1.848, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora CARINA CRISTINA ALEXANDRE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 017.252.529-29, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1849/2010

PORTARIA Nº 1.849, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 005 de 25 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora CRISTIANE DE ANDRADE RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 031.664.259-26, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1850/2010

PORTARIA Nº 1.850, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora DAIANE CRISTINA FURLAN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 056.930.529-23, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1851/2010

PORTARIA Nº 1.851, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora DENISE CARDOSO FREDERICK, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.322.469-50, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1852/2010

PORTARIA Nº 1.852, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora DERLI DE OLIVEIRA CORREA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 528.468.499-00, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1853/2010

PORTARIA Nº 1.853, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade



com o Edital de Contratação Temporária n.º 023 de 25 de novembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ELAINE DUARTE DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 078.758.019-82, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1854/2010

PORTARIA Nº 1.854, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 005 de 25 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ELENICE ANGELICA ZANELLA PERACHI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 040.250.139-08, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1855/2010

PORTARIA Nº 1.855, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 825.061.759-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1856/2010

PORTARIA Nº 1.856, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora FATIMA PAULINO IESBIK, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 824.512.573-34, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ



Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1857/2010

PORTARIA Nº 1.857, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora GENECI DE MORAES DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 056.246.409-35, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1858/2010

PORTARIA Nº 1.858, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 002 de 06 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor GERALDO FRANCISCO DE PROENÇA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 601.041.809-78, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

do.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1859/2010

PORTARIA Nº 1.859, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 005 de 25 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora GISLAINE DA SILVA CARACHO MACIEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.902.349-78, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1860/2010

PORTARIA Nº 1.860, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;



RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora HELENA CORREA MARSAROLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 014.411.579-48, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1861/2010

PORTARIA Nº 1.861, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora IARA DE FATIMA BIANEX MARQUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 649.723.219-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1862/2010

PORTARIA Nº 1.862, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse

público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora JACIRA MENDES DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.624.669-04, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1863/2010

PORTARIA Nº 1.863, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 005 de 25 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora JANETE APARECIDA BORGES TIBES FELISBINO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 701.332.399-34, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1864/2010

PORTARIA Nº 1.864, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de



04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora JOCELI PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.744.249-54, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1865/2010

PORTARIA Nº 1.865, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora LAURA BOTTCHER PORTELA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 684.401.709-04, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1866/2010

PORTARIA Nº 1.866, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 005 de 25 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora LENIR APARECIDA BLASIUS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.497.069-52, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1867/2010

PORTARIA Nº 1.867, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora LEONILDA ANTUNES PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 259.402.019-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal



ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1868/2010

PORTARIA Nº 1.868, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARCIA APARECIDA MOREIRA DE MELLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 543.447.789-87, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1869/2010

PORTARIA Nº 1.869, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARIA BERNANDETE CONTE GERLACH, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 511.873.459-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1870/2010

PORTARIA N.º 1.870 DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora CLAUDIA INES MASIARO CARDOSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 762.963.779-91, nomeada no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1871/2010

PORTARIA Nº 1.871, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARIA RITA DA CRUZ PRATES MARCONDES, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 016.883.829-09, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal



ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1872/2010

PORTARIA Nº 1.872, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARIANGELA BEONI AMARAL DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.495.448-71, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1873/2010

PORTARIA Nº 1.873, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ROSE MARIA DIAS SIQUEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 573.456.439-72, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1874/2010

PORTARIA Nº 1.874, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 005 de 25 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARILENE COSTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 018.580.029-74, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1875/2010

PORTARIA Nº 1.875, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARINES GOMES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 687.869.489-20, na



função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1876/2010

PORTARIA Nº 1.876, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARLENE DOMINGUES DA SILVA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 866.020.399-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1877/2010

PORTARIA Nº 1.877, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARLENE HAMMES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 411.402.909-59, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1878/2010

PORTARIA Nº 1.878, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 005 de 25 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MICHELLE LOUISE BEONI DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 076.619.799-93, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1879/2010

PORTARIA Nº 1.879, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 005 de 25 de janeiro de 2010;



Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MISCHELI FAGUNDES DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 010.058.099-84, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1880/2010

PORTARIA Nº 1.880, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora NATALIA IOLANDA ABRANGE CONSTANTINO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 538.233.899-04, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1881/2010

PORTARIA Nº 1.881, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora NATALINA MARIA COSMANN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 793.817.409-25, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1882/2010

PORTARIA Nº 1.882, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 017 de 05 de outubro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora NEIVA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 010.166.249-13, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento



Portaria nº 1883/2010

PORTARIA Nº 1.883, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora RITA PRATES RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.809.089-23, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1884/2010

PORTARIA Nº 1.884, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 002 de 06 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ROSEMILDA AP. STANIASKI MACIEL DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 918.662.439-34, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1885/2010

PORTARIA Nº 1.885, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 017 de 05 de outubro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ROSILENE CAMARGO COVRE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 161.771.358-97, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1886/2010

PORTARIA Nº 1.886, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SANDRA REGINA DE PAULA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 727.877.919-72, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1887/2010

PORTARIA Nº 1.887, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SIMONE SCHIESSL RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 751.393.919-53, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1888/2010

PORTARIA Nº 1.888, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SIRLEY APARECIDA

DUARTE DE OLIVEIRA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 942.144.929-00, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1889/2010

PORTARIA Nº 1.889, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 595.921.769-49, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1890/2010

PORTARIA Nº 1.890, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 010 de 22 de março de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;



Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor FRANCISCO DE ASSIS PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 437.085.609-49, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1891/2010

PORTARIA Nº 1.891, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 010 de 22 de março de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor LUIS ANTONIO CAVALHEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 059.612.289-67, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de julho de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1892/2010

PORTARIA Nº 1.892, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 010 de 22 de março

de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor MATEUS APARECIDO MACIEL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 069.225.719-59, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1893/2010

PORTARIA Nº 1.893, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 009 de 07 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor LURDES DE OLIVEIRA DE ABREU, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob o n.º 649.920.639-34, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Portaria nº 1894/2010

PORTARIA Nº 1.894, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas



atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 009 de 07 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço; Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARCIANE APARECIDA HUNING, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.312.979-29, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1895/2010

PORTARIA Nº 1.895, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 022 de 17 de novembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço; Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor MARCO ANTONIO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 737.642.569-15, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1896/2010

PORTARIA Nº 1.896, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 009 de 07 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço; Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SOLANGE TERESINHA DUARTE MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 674.447.259-34, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1897/2010

PORTARIA Nº 1.897, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 009 de 07 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Administração; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço; Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ZENIR DA APARECIDA GODOI DE ALMEIDA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 862.625.189-34, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.



NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1898/2010

PORTARIA Nº 1.898, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 016 de 03 de agosto de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DO PEAA, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ADRIANA APARECIDA DENARDI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 060.296.439-32, na função de AGENTE DO PEAA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1899/2010

PORTARIA Nº 1.899, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DO PEAA, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor REGINALDO JOSÉ MELLO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 064.445.529-23, na função de AGENTE DO PEAA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1900/2010

PORTARIA Nº 1.900, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de BIOQUIMICO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora CAROLINE ISRAEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.020.469-61, na função de BIOQUIMICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1901/2010

PORTARIA Nº 1.901, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de BIOQUÍMICO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARIANA DO VAL-



LE RANSOLIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 057.115.539-17, na função de BIOQUÍMICO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1902/2010

PORTARIA Nº 1.902, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora CLAUDINES BRUNETO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 004.945.929-58, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1903/2010

PORTARIA Nº 1.903, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora JADETE DALLAGNOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 642.439.829-53, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1904/2010

PORTARIA Nº 1.904, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora LICEIA RINALDI RAMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 029.431.399-04, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1905/2010

PORTARIA Nº 1.905, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;



Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora LIDIANI APARECIDA FANTIN DE MATIA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.305.339-71, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1906/2010

PORTARIA Nº 1.906, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor LUCAS RAFAEL RIBEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 041.654.339-18, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1907/2010

PORTARIA Nº 1.907, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constitui-

ção Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARIA MARTHA PELLISSARI ROSA LIMA MAINARDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 055.832.899-70, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1908/2010

PORTARIA Nº 1.908, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARIANE FRUET, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 008.766.259-01, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1909/2010

PORTARIA Nº 1.909, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SALETE PARIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 758.000.479-87, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1910/2010

PORTARIA Nº 1.910, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SILVANA CLAUDIA GIACOMELLI DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.236.989-76, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1911/2010

PORTARIA Nº 1.911, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SILVANA LOCATELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.237.329-02, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1912/2010

PORTARIA Nº 1.912, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora VIVIANE MARTINS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.818.539-97, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1913/2010

PORTARIA Nº 1.913, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de FARMACÊUTICO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor CRISTIANO BECKER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 026.247.269-42, na função de FARMACÊUTICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1914/2010

PORTARIA Nº 1.914, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 014 de 15 de dezembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MECÂNICO, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor LUIZ CARLOS MACHADO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 296.687.609-30, na função de MECÂNICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de

2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1915/2010

PORTARIA Nº 1.915, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 014 de 15 de dezembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MECÂNICO SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor CARLOS NOGUEIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 456.613.081-91, na função de MECÂNICO SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1916/2010

PORTARIA Nº 1.916, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 014 de 15 de dezembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MECÂNICO SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;



RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor JOAO CARLOS DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 065.718.169-20, na função de MECANICO SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1917/2010

PORTARIA Nº 1.917, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 004 de 13 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MÉDICO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor MARCEL CALIXTO MAINARDES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 035.974.059-67, na função de MÉDICO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1918/2010

PORTARIA Nº 1.918, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 004 de 13 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MÉDICO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor WALLACE XAVIER PONTES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 397.294.862-04, na função de MÉDICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1919/2010

PORTARIA Nº 1.919, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 020 de 13 de novembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MÉDICO PSF, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora CLAUDIA ADRIANI TRASEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 926.259.750-91, na função de MÉDICO PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1920/2010

PORTARIA Nº 1.920, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 13 de novembro de 2008;



Considerando a necessidade de contratação temporária de MÉDICO PSF, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor FLAVIO LEAL FERNANDES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 513.988.420-87, na função de MÉDICO PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1921/2010

PORTARIA Nº 1.921, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 011 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MÉDICO PSF, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora YARA MARIA GOMES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 671.661.569-53, na função de MÉDICO PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1922/2010

PORTARIA Nº 1.922, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constitui-

ção Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 008 de 17 de março de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor MARCELO KUKMARSKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 058.654.719-37, na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 01 de agosto de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1923/2010

PORTARIA Nº 1.923, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 008 de 17 de março de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor ITACIR DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 007.331.789-60, na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 17 de dezembro 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1924/2010

PORTARIA Nº 1.924, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 014 de 15 de dezembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA CLASSE 2, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor ADELMO RODRIGUES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 701.334.179-72, na função de MOTORISTA CLASSE 2, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1925/2010

PORTARIA Nº 1.925, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 001 de 06 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA CLASSE 2, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor AILSON PIRES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 019.882.999-00, na função de MOTORISTA CLASSE 2, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1926/2010

PORTARIA Nº 1.926, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 011 de 19 de março de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA CLASSE 2, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor ANTONIO LAMARTINE ANTUNES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 579.242.609-00, na função de MOTORISTA CLASSE 2, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1927/2010

PORTARIA Nº 1.927, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 014 de 15 de dezembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA CLASSE 2, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor EROLDO GERLACH, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 449.582.509-72, na função de MOTORISTA CLASSE 2, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1928/2010

PORTARIA Nº 1.928, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 011 de 19 de março de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA CLASSE 2, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor JULIO KUKMARSKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 385.206.729-49, na função de MOTORISTA CLASSE 2, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1929/2010

PORTARIA Nº 1.929, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 001 de 06 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA CLASSE 2, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor LUIZ CARLOS DE MELO CEZAR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 844.883.879-34, na função de MOTORISTA CLASSE 2, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de

dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1930/2010

PORTARIA Nº 1.930, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 011 de 19 de março de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA CLASSE 2, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARCIA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 027.916.749-00, na função de MOTORISTA CLASSE 2, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1931/2010

PORTARIA Nº 1.931, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 001 de 06 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA CLASSE 2, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;



RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor PEDRO FERRARI, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 468.866.489-34, na função de MOTORISTA CLASSE 2, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1932/2010

PORTARIA Nº 1.932, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 014 de 15 de dezembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA CLASSE 2, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor VALDECIR DE JESUS SANTANA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 848.019.059-00, na função de MOTORISTA CLASSE 2, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1933/2010

PORTARIA Nº 1.933, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 011 de 19 de março de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA CLASSE 2, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor VILMAR DIAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 422.385.609-04, na função de MOTORISTA CLASSE 2, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1934/2010

PORTARIA Nº 1.934, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 014 de 15 de dezembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA CLASSE 2, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor WANDERLEI RODRIGUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 480.120.849-53, na função de MOTORISTA CLASSE 2, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1935/2010

PORTARIA Nº 1.935, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 001 de 06 de janeiro



de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTO-RISTA CLASSE- 3, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor JOAO MARIA GOMES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 423.303.279-00, na função de MOTORISTA CLASSE- 3, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1936/2010

PORTARIA Nº 1.936, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 019 de 11 de novembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ODONTÓLOGO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ARIANE MYRAIA DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 041.220.969-10, na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1937/2010

PORTARIA N.º 1.937 DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 005 de 25 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, CRISTIANE FELIX RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.215.569-80, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 01 de julho de 2010 até 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1938/2010

PORTARIA Nº 1.938, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ODONTÓLOGO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ROSECLER FLORIANI GERLACH, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 729.746.729-49, na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento



Portaria nº 1939/2010

PORTARIA Nº 1.939, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ODONTÓLOGO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SARAH REICHMANN SASSI GUTIERREZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 022.088.799-37, na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1940/2010

PORTARIA Nº 1.940, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 019 de 11 de novembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ODONTÓLOGO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor TIAGO PELUSO VELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 007.628.159-06, na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1941/2010

PORTARIA Nº 1.941, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 014 de 15 de dezembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor JOAO ADELMIR BUENO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 400.703.449-49, na função de OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1942/2010

PORTARIA Nº 1.942, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 014 de 15 de dezembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor NICOLAU DE LARA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 400.701.909-68, na função de OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1943/2010

PORTARIA Nº 1.943, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 014 de 15 de dezembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço; Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor ADAIR ERASMO PASINI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 436.990.909-06, na função de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1944/2010

PORTARIA Nº 1.944, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 014 de 15 de dezembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço; Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor JORGE VIRISSIMO DA ROSA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 202.559.690-15, na função de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010

a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1945/2010

PORTARIA Nº 1.945, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 014 de 15 de dezembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço; Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor OLIVINO MORAIS DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 386.115.709-87, na função de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1946/2010

PORTARIA Nº 1.946, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PSICÓLOGO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço; Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;



RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SIBELE GODOY CAMINSKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 021.974.279-03, na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1947/2010

PORTARIA Nº 1.947, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ADRIANA APARECIDA MACHADO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 898.659.369-68, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1948/2010

PORTARIA Nº 1.948, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora CRISTINE PRUNER, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 938.396.349-20, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1949/2010

PORTARIA Nº 1.949, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora DANIELI DIAS RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.711.479-01, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1950/2010

PORTARIA Nº 1.950, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;



bro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora EDILES CARMEN MOZZER DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 022.540.679-90, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1951/2010

PORTARIA Nº 1.951, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ERICA MARIA FRANCIOSI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.279.159-90, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1952/2010

PORTARIA Nº 1.952, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora NILCEIA APARECIDA MANFIOLETTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 552.265.749-91, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1953/2010

PORTARIA Nº 1.953, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora LEONIR SOARES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 458.904.129-49, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento



Portaria nº 1954/2010

PORTARIA Nº 1.954, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARILDE ANTUNES MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 538.444.249-20, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1955/2010

PORTARIA Nº 1.955, DE 21 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 012 de 13 de novembro de 2008;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARITANI MARIZA MARGREITER KAHER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 800.372.249-72, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1956/2010

PORTARIA N.º 1.956 DE 23 DE JUNHO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor MATEUS APARECIDO MACIEL, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º. 069.225.719-59, contratado em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, em 18 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1957/2010

PORTARIA N.º 1.957 DE 23 DE JUNHO DE 2010.

Cessa Efeitos da Portaria 0062/2009

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o Processo Administrativo n.º 2.958, de 10 de junho de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º Cessar os efeitos da portaria n.º 0062 de 08 de janeiro de 2009, que concedeu Licença sem Remuneração ao servidor ARISTOTELES MALINVERNI WALTRICK, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º. 834.740.309-06, nomeado no cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, em 01 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1958/2010

PORTARIA N.º 1.958 DE 23 DE JUNHO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor MARCO ANTONIO DIAS DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º. 767.926.849-53, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de junho de 2010.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1959/2010

PORTARIA N.º 1.959 DE 23 DE JUNHO DE 2010.
Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora ADRIANA PERAZZOLI MOTTER SCHIZZI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 047.096.969-50, contratada em caráter temporário para a função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 20 horas semanais, em 22 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1960/2010

PORTARIA N.º 1.960 DE 23 DE JUNHO DE 2010.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 005 de 25 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JOSIANE DA SILVA PAIM, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 033.515.319-40, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 01 de julho de 2010 até 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1961/2010

PORTARIA N.º 1.961 DE 23 DE JUNHO DE 2010.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VIVIANE BIERHALS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 845.385.979-53, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 23 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria 0852 de 30 de março de 2010.

Fraiburgo, 23 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1962/2010

PORTARIA N.º 1.962 DE 23 DE JUNHO DE 2010.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 015 de 28 de maio de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA INGLESA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LUCIA ZENOIR DE-VALIERI CENDRON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 022.348.929-88, para desempenhar a função de PROFESSOR, com carga horária de 27 horas semanais, pelo período de 24 de junho de 2010 até 17 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1963/2010

PORTARIA N.º 1.963 DE 23 DE JUNHO DE 2010.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDRESSA PASQUALOTTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.795.289-89, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1964/2010

PORTARIA N.º 1.964 DE 23 DE JUNHO DE 2010.

Retifica e Ratifica a Portaria 1.518/2010

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 1.518 de 30 de abril de 2010, que prorrogou o contrato da servidora VIVIANE MARTINS, alterando a vigência da prorrogação para 02 de maio de 2010 a 30 de junho de 2010.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 1.518 de 30 de abril de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Concorrência Pública nº 0002/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0002/2010 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa para construção do Centro para Eventos Esportivos - BLOCO I, na cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, de acordo com os projetos arquitetônicos e complementares anexos ao PA, quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após julgados os RECURSOS ADMINISTRATIVOS interpostos, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante:

CONSTRUTORA VISEU LTDA com o valor global de R\$ 6.867.883,98 (seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e oiten-

ta e três reais e noventa e oito centavos).

Fraiburgo(SC), 23 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto N.º 075/2010**

DECRETO N.º 075, DE 22 DE JUNHO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO LIMITE DE R\$ 260.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.419, de 21 de junho de 2010 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial no limite de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 260.000,00

12364281.077 - Aquisição de Terreno para Constr. Instituto Federal 260.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 260.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 260.000,00

26782352.052 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura 260.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 260.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Junho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/06/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 076/2010

DECRETO N.º 076, DE 23 DE JUNHO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com as especificações abaixo:

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 10.000,00
23695512.029 - Funcionamento e Manut. do Setor Turismo
10.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instituições Priv. sem Fins Lucrativos 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão por conta da anulação parcial da seguintes dotações do orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 10.000,00
23695512.029 - Funcionamento e Manut. do Setor Turismo
10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Junho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/06/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução Nº 007

RESOLUÇÃO Nº 007 DE 16 DE JUNHO DE 2010
MAURO SANTOS DO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a seguinte Resolução na forma da Lei:

RESOLUÇÃO Nº 007/2010

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de maio de 2010 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Garopaba, em 16 de Junho de 2010.
MAURO SANTOS DO NASCIMENTO
Presidente
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e dez.

GIOVANA DA S. DEFREYN
Secretária
Câmara Municipal de Garopaba

Resolução Nº 008

RESOLUÇÃO Nº 008 DE 16 DE JUNHO DE 2010
"Concede Título de Cidadão Honorário do Município de Garopaba ao Senhor CARLOS CAETANO BREDORN VERRI "DUNGA",

MAURO SANTOS DO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a seguinte Resolução na forma da Lei:

RESOLUÇÃO Nº 008/2010

Art. 1º. É concedido o Título de Cidadão Honorário do Município de Garopaba ao Senhor Carlos Caetano Bredorn Verri "Dunga", natural de Ijuí Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do respectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Garopaba, em 16 de Junho de 2010.
MAURO SANTOS DO NASCIMENTO
Presidente
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e dez.

GIOVANA DA S. DEFREYN
Secretária
Câmara Municipal de Garopaba

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 3.952

DECRETO Nº. 3.952, DE 09 DE JUNHO DE 2010.
ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, INTERNO E EXTERNO, NOS ÓRGÃOS E REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e, no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o horário de expediente e funcionamento das repartições públicas municipais do Poder Executivo, seus órgãos e autarquia, estabelecendo o horário de expediente normal, que passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010.

Parágrafo único. O horário que compreenderá o expediente normal interno e de atendimento ao público, de que trata este artigo, será cumprido das 8h às 12h, e das 13h às 17h.

Art. 2º Ficam excluídos do horário normal estabelecido por este Decreto, os serviços considerados essenciais ao interesse público e aqueles que, por sua natureza, já obedecem a turno especial de trabalho, com as atividades finalísticas das Secretarias Municipais da Educação e da Saúde e dos demais órgãos que prestam serviços de caráter essencial.

Parágrafo único. Ficará excluída do cumprimento do presente decreto a Fundação Municipal de Esportes, vez que a mesma obedece ao horário especial de funcionamento estabelecido no Decreto



nº 3.800 de 10 de fevereiro de 2010.

Art. 3º Cabe a Secretaria Municipal de Administração e Finanças expedir os demais atos complementares necessários a plena execução deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de junho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Inexigibilidade de Licitação nº. 064/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 064/2010, cfe art. 25 e inciso II da Lei 8.666/93. Partes: O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS e EDITORA BRASIL 21 LTDA. Objeto: Assinatura da revista Isto é. Valor: R\$ 10.274,00 (Dez mil e duzentos e setenta e quatro reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Governador Celso Ramos, 22 de junho de 2010. ANÍSIO ANATÓLIO SOARES. PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de contrato nº. 090/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 090/2010. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: EDITORA BRASIL 21 LTDA. OBJETO: Assinatura da revista Isto é. PRAZO: Da assinatura do contrato até 21/06/2011. VALOR: R\$ 10.274,00 (Dez mil e duzentos e setenta e quatro reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Governador Celso Ramos, 22 de junho de 2010. ANÍSIO ANATÓLIO SOARES. PREFEITO MUNICIPAL.

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 608/2010

PORTARIA Nº. 608/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO (Matr. 3213), a partir de 17 de junho de 2010 até o término do ano letivo, para exercer a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, turno matutino, junto à E.B.M Cruz e Souza para atuar no PROAPA - Projeto de Apoio Pedagógico na Alfabetização, aprovada pelo Processo Seletivo 004/2009 - SMECE de 17 de dezembro de 2009, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste - (SC), em 17 de Junho de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria DGP/SEAGP N.º 218/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 218, de 22 de junho de 2010.

Dispõe sobre Contratação Temporária de Balseiro, e dá outras providências

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente, SALÉSIO CARDOSO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 432.444.839-68 e RG nº 1053109, para exercer o cargo/função de Balseiro, em caráter de urgência, por falta de candidatos aprovados nos concursos e processos seletivos que ainda encontram-se no prazo de validade, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de abril de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de junho de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 217/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 217, de 22 de junho de 2010.

Dispõe sobre a fixação de férias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar férias ao servidor LUIZ GONZAGA DA SILVA, Auxiliar de Serviços, matrícula nº 1708, inscrito no CPF sob o n.º 096.071.889-34, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 106/2007, referente ao período aquisitivo e com fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo
2003/2004

Fruição
1º/9/2010 a 30/9/2010



Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de junho de 2010.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 219/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 219, de 22 de junho de 2010.
Dispõe sobre pedido de demissão de Auxiliar de Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida através do Processo Seletivo Simplificado 01/2007, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego	Demissão
Zélia Lima Chaves	527.566.530-04	04/07/2008	Auxiliar de Enfermagem - 40h	17/06/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de junho de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de junho de 2010.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo N° 007

DECRETO LEGISLATIVO N° 007, DE 15 DE JUNHO DE 2010.
Estabelece o horário de expediente da Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, nos termos da legislação em vigor, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º O horário de expediente externo da Câmara Municipal de Imbituba, destinado ao atendimento ao público em geral, passa a ser das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, sendo mantidos os horários das Sessões Ordinárias e Extraordinárias previstos no Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Art. 2º O horário de expediente interno poderá funcionar tanto no período matutino, das 07h00min às 13h00min, quanto noturno, a partir das 19h00min até enquanto perdurarem as Sessões, de segunda a domingo, sendo que os servidores públicos poderão, mediante autorização expressa da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Imbituba e sempre que a necessidade e finalidade pública exigir, desempenhar suas funções em horário de expediente interno, compensando os horários não trabalhados no horário fixado no art.1º deste Decreto, no período matutino e/ou noturno, desde que compensadas as horas trabalhadas no mesmo dia de labor, de modo a respeitar a jornada diária.

Art. 3º Todos os servidores públicos de carreira deverão registrar no sistema de controle ponto digital as respectivas entradas e saídas de trabalho, sendo que qualquer falta ou saída no horário de trabalho somente será permitida através da apresentação de justificativa e de autorização expressa da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Imbituba.

Art. 4º Os servidores públicos comissionados, de livre nomeação e exoneração, não estão sujeitos a controle eletrônico de jornada de trabalho, através do sistema ponto digital, tendo em vista que os mesmos estão sob regime de dedicação exclusiva, definidos por lei como cargos de confiança, executando assessoria parlamentar permanente aos vereadores e à Câmara Municipal, inclusive, fora do recinto das dependências desta Casa Legislativa, representando os parlamentares em outros órgãos públicos e em quaisquer outras atividades externas vinculadas a função parlamentar e pública.

Parágrafo Único. Não se aplica o disposto deste artigo aos Assistentes Parlamentares que deverão registrar no sistema de controle ponto digital as respectivas entradas e saídas de trabalho, na forma do art. 3º deste Decreto.

Art. 5º Os casos, específicos e justificados, que impossibilitarem o servidor de desempenhar suas funções no horário de expediente externo, definidos no art.1º deste Decreto, deverão ser comunicados à Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Imbituba, que deverá se pronunciar por escrito sobre qual conduta a ser adotada pelo servidor.

Art. 6º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2010.
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se
Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 15/06/2010 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDRÉA MACHADO DE SOUZA
Secretária Administrativa

Portaria CMI n° 031/2010

PORTARIA CMI n° 31/2010
"Exonera Fernanda Bernardo do Cargo de Assessora Parlamentar."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:



Exonerar a Sra. Fernanda Bernardo, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade n. 4.882.339-2, SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 071.564.019-47, residente e domiciliada na Rua Nereu Ramos 893, bairro Centro, neste Município, do Cargo de Assessora Parlamentar, nomeada através da Portaria CMI nº 44/2009 de 12 de fevereiro de 2009.

Imbituba, 22 de junho de 2010.
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 22/06/2010.

ANDREA MACHADO DE SOUZA
Secretária Administrativa

Ato da Presidência nº 26/2010

Ato da Presidência nº 26/2010

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial ao que dispõe o art. 35, incisos II e XI, do Regimento Interno, transfere para o dia 28 de junho de 2010 (segunda-feira), às 18h30min, a 19ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, anteriormente agendada para o dia 22 de junho de 2010.

Gabinete da Presidência, 18 de junho de 2010.
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Resolução nº 04/2010 - Conselho Municipal de Assistência Social de Itapoá

Conselho Municipal de Assistência Social de Itapoá
Resolução nº 04/2010

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapoá, no uso de suas atribuições,

Resolve:
Convocar cadastramento do Bolsa família, para dia 26 de junho de 2010, das 8h00min às 17h00min, na sede do CRAS/Itapoá, Rua Leopoldo Sprenger, 87, Itapema do Norte.

Itapoá, 22 de junho de 2010.
Atenciosamente
ROSELI ITNER
Presidente do CMAS

Termo de Prorrogação do Edital - ILUMINAÇÃO PÚBLICA

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS - DATA: 28 de junho de 2010 - Horário de entrega de envelopes até: 08h:30m e abertura de sessão pública às 09h:30m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Tomada de Preço nº 08/2010 - Proc

nº 57/2010

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem alterar o edital de licitação com a finalidade de PRORROGAR a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS para o dia 07/07/2010 mantendo-se os mesmos horários.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 24 de junho de 2010.
ERVINO SPERANDIO
Município de Itapoá
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato 71/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2010
Processo Licitatório nº 81/2010 - Convite para Obras e Serv. de Eng. nº 81/2010

Objeto: SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO PARA OBRAS PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL NO ACESSO À AVÍCOLA CATARINENSE - BAIRRO KM 107, COM EXTENSÃO DE 556,31 M

Contratado: Pavimentadora Alfa Ltda
Prazo de Vigência: 20/05/2010 à 20/08/2010
Valor: R\$ 140.210,50 (cento e quarenta mil duzentos e dez reais e cinquenta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato 74/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2010
Processo Licitatório nº 83/2010 - Convite para Compras e Serviços nº 83/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

Contratado: Coopertran - Cooperativa de Transportes de Lauro Müller
Prazo de Vigência: 21/05/2010 à 31/12/2010
Valor: R\$ 74.250,00 (setenta e quatro mil duzentos e cinquenta reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato nº 33

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2010
Processo Licitatório nº 32/2010 - Convite para Compras e Serviços



nº 32/2010

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Contratado: Cristiano Pacheco Bussolo ME
Prazo de Vigência: 05/03/2010 à 31/12/2010
Valor: R\$ 40.896,00 (quarenta mil oitocentos e noventa e seis reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato nº 34/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2010
Processo Licitatório nº 32/2010 - Convite para Compras e Serviços nº 32/2010

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Contratado: Dukana comercial de peças automotivas Ltda
Prazo de Vigência: 05/03/2010 à 31/12/2010
Valor: R\$ 29.168,00 (vinte e nove mil cento e sessenta e oito reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato nº 36/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2010
Processo Licitatório nº 53/2010 - Dispensa para Compras e Serviços nº 53/2010

Objeto: MANUTENÇÃO DO SINAL DE TV
Contratado: TV Clube de Tubarão
Prazo de Vigência: 05/03/2010 à 31/12/2010
Valor: R\$ 6.532,30 (seis mil quinhentos e trinta e dois reais e trinta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato nº 66/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2010
Processo Licitatório nº 59/2010 - Tomada de Preços para Obras e Serv. de Eng. nº 59/2010

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL NO ACESSO À AVÍCOLA CATARINENSE - BAIRRO KM 107, COM EXTENSÃO DE 556,31 M
Contratado: Pavimentadora Alfa Ltda
Prazo de Vigência: 30/04/2010 à 30/08/2010
Valor: R\$ 288.496,15 (duzentos e oitenta e oito mil quatrocentos e noventa e seis reais e quinze centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1221

DECRETO Nº 1221 de 21 de junho de 2010.
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.19 da Lei nº 877, de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até 31 de maio de 2010, na Fonte 24 - Transferência de Convênios Outros (não relacionados a educação/saúde), Destinação dos Recursos - 000055 - Transferência de Convênios do Estado, originário do Termo de Convênio nº 7094/2010-7, Processo SR07 197/10-6, celebrado entre o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOAÇABA e o MUNICÍPIO DE LUZERNA, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Projeto - 07.0701.08.244.0025.1023 - Construção e Equipamentos do Centro de Multiuso
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 24 - Transferência de Convênios Outros (não relacionados a educação/saúde).....R\$ 50.000,00
Detalhamento dos Recursos - 000055 - Transferência de Convênios do Estado

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 50.000,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de junho de 2010.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato de Portaria 070

Portaria nº 070/10 de 21/06/10 - "Atribui carga horária suplementar a servidora que especifica" (Atribui carga horária suplementar de mais 20 horas semanais à servidora REJANE APARECIDA SEVERGNINI KREMER, Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, para suprir a necessidade de educadores do Espaço para a Primeira Infância, a fim de melhor atender as crianças no período do recesso escolar no mês de julho de 2010, sendo 32 horas semanais de trabalho com alunos e 08 horas semanais de trabalho em trabalho pedagógico, a partir de 01/07/2010, retornando posteriormente a 20 horas semanais.)



1º Ato de Apostilamento Ata de Registro de Preços PML.009.10

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0009/2010 de 20/05/2010

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS.0009/2010 de 20/05/2010, proveniente do Processo Licitatório nº 0034/2010, Pregão nº 0011/2010, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), e as empresas PAPELARIA DEMÁTICA LTDA, TÁRSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, e VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº pml.0009/2010 de 20/05/2010, proveniente do Processo Licitatório nº 0034/2010, Pregão nº 0011/2010, acrescendo a dotação orçamentária :

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade 06.0601.06.181.0010.2012 - Manutenção do Convênio FUNPOM

Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas - Investimentos

Elemento - 4.4.90.52.30 - Máquinas e Equipamentos Energéticos

Elemento - 4.4.90.52.35 - Equipamentos de Processamento de Dados

Elemento - 4.4.90.52.42 - Mobiliário em Geral

Reduzido: 029

Fonte: 054 - Convênio Trânsito Militar

Luzerna(SC), 18 de junho de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 154/2010

PORTARIA n.º 154/2010

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.165/2006, de 08 de novembro de 2006 e Lei nº 1293/2008, de 09 de Maio de 2008, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido a Senhora ELIZABETE MACHADO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde do Programa de Saúde da Família - PSF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Portaria de nomeação nº 089/2009 de 12 de março de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação Orçamentária 3.1.90.00.00.00.00 - Pessoal e encargos sociais do Orçamento vigente.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 089/2009.

Meleiro, 23 de junho de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Admin. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital do Pregão Presencial Nº 14/2010

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 33/2010

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2010

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 06/07/2010 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

Monte Carlo(SC), 22 de junho de 2010.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito

ALBERTINHO MANGOLT

Administrador

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 335-A/2010

PORTARIA Nº 335-A/2010

Designa Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 116/2010.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 116/2010, o senhor Valentin Camilo Casett, matrícula funcional nº 4275, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Transportes,



Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, cujo objeto do contrato é a contratação de prestação de serviço de escavadeira hidráulica e serviço de transporte de macadame, com veículo com capacidade mínima para transportar 12 m³ para atender necessidades da secretaria de transportes, obras, serviços urbanos e planejamento para o ano de 2010.

Art. 2º - Atribui ao senhor Valentin Camilo Casett anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 01 de junho de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de junho de 2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 350/2010

PORTARIA Nº 350/2010

Designa Servidor para acompanhar e fiscalizar execução do Contrato nº 098/2010.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos Contratos nº 118/2010 e 119/2010, o senhor Jaime Cadorin, matrícula funcional nº 928, ocupante do cargo de Diretor de Transporte Nível CC 16, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, para fiscalização dos serviços de mecânica e manutenção elétrica dos veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal e o senhor Otomaz Ferrari, matrícula funcional nº 4246, ocupante do cargo de Chefe de Serviços de Almoxarifado CC12, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário a fiscalização dos serviços de mecânica dos veículos que compõem o Fundo Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato é contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos automotores que compõem a frota do Município de Nova Trento.

Art. 2º - Atribui aos senhores Jaime Cadorin e Otomaz Ferrari anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação

de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 08 de junho de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de junho de 2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 355-A/2010

PORTARIA Nº 355-A/2010

Designa Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos

nº 121/2010 e 122/2010.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos Contratos nº 121/2010 e 122/2010, o senhor Valentin Camilo Casett, matrícula funcional nº 4275, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, cujo objeto do contrato é a execução de serviços, incluindo o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, para construção com Material e Mão-de-Obra, por empreitada global, de dois postos de Saúde, sendo um localizado no Bairro Trinta Réis e outro no Distrito de Claraíba neste município, com área total de 260 m² cada, conforme minuta contratual, memoriais descritivos, projetos e planilhas quantitativas e orçamentárias.

Art. 2º - Atribui ao senhor Valentin Camilo Casett anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 14 de junho de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de junho de 2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário de Administração e Finanças



Portaria N° 359-A/2010

PORTARIA N° 359-A/2010

Designa Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato n° 123/2010.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato n° 123/2010, o senhor Godofredo Luiz Tonini, matrícula funcional n° 3064, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, cujo objeto do contrato é a aquisição de 01 (um) Auto-Refrator com Ceratômetro Automático, conforme convênio firmado entre a Secretaria de Estado e do desenvolvimento Regional - SDR (Brusque/SC) e a Prefeitura Municipal de Nova Trento, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde na área Oftalmológica com as seguintes características:

M (mode) para selecionar curvatura de Raio / D dioptrias;

Escala de medição:

- a) Raio de curvatura de: 05 a 10 mm com intervalos de 0,01 mm;
- b) Refração Corneal: 33 a 67,5 D com intervalos selecionáveis de 0,12/0,25D;
- c) Astigmatismo Corneal: 0 a +/- 15 D com intervalos selecionáveis de 0,12/0,25D;
- d) Eixo: 1 a 180º com intervalos de 1º;
- e) Distancia pupilar: 10 a 85 mm;
- f) Tempo de medição: 0,15 segundos;
- g) Miopia de: 0 a -25D, Hipermetropia de: 0 a +25D e Astigmatismo de: 0 a +/- 15D, com intervalos de 0,12/0,25D selecionáveis;
- h) Modos de Medição: Refração (REF MODE) realiza apenas a refração;
- i) Ceratometria (KER MODE) realiza apenas a ceratometria;
- j) Monitor Colorido;
- k) Ceratometria periférica
- l) Combinação dos modos refração e ceratometria continuamente (K/R MODE) realiza a medição de forma combinada da refração e ceratometria;
- m) Verificação da curvatura base da lente de contato (CLBC), verifica a medição da distancia de trabalho;
- n) Distância de trabalho: Distância para exame 40 mm, ajuste horizontal 90 mm e vertical 30 mm;
- o) Registro das informações: através de impressora incorporada ao próprio aparelho;
- p) Alimentação AC 100 a 240 V - 50/60 Hz.

Art. 2º - Atribui ao senhor Godofredo Luiz Tonini anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 15 de junho de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de junho de

2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Cancelamento de Edital N° 061/2010

AVISO DE CANCELAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação comunica que o processo referente ao Edital n° 061/2010 - Pregão Presencial n° 027/2010, que tem por objeto a contratação de contratação de Empresa de Consultoria para elaborar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Nova Trento, o qual se constituirá em instrumento de planejamento do município para viabilizar o acesso à moradia digna e consequentemente a melhoria das condições ambientais locais e da qualidade de vida da população. O cancelamento foi definido tendo em vista a necessidade de se alterar o Edital em especial no que tange a documentação exigida. Novo edital será publicado oportunamente no Diário Oficial dos Municípios, no Jornal O Trentino, e no site www.novarento.sc.gov.br

KARLA FRANCIELI DALSASSO

Pregoeira

Aviso de Cancelamento de Edital N° 062/2010

AVISO DE CANCELAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação comunica o cancelamento de Edital referente ao Processo Licitatório n° 062/2010 - Pregão Presencial n° 028/2010, que tem por objeto a contratação de serviço especializado para tratamento e destino final de resíduos domésticos, para atender necessidade do município de Nova Trento durante o ano de 2010. O cancelamento foi definido visando alteração na modalidade de Licitação.

Novo edital será publicado oportunamente no Diário Oficial dos Municípios, no Jornal O Trentino, e no site www.novarento.sc.gov.br

KARLA FRANCIELI DALSASSO

Pregoeira

Aviso de Cancelamento de Edital N° 063/2010

AVISO DE CANCELAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação comunica o cancelamento de Edital referente ao Processo Licitatório n° 063/2010 - Pregão Presencial n° 029/2010, que tem por objeto a contratação de serviço especializado para tratamento e destino final de resíduos domésticos, para atender necessidade do município de Nova Trento durante o ano de 2010. O cancelamento foi definido visando alteração na modalidade de Licitação.

Novo edital será publicado oportunamente no Diário Oficial dos Municípios, no Jornal O Trentino, e no site www.novarento.sc.gov.br

KARLA FRANCIELI DALSASSO

Pregoeira

Aviso de Cancelamento de Edital N° 064/2010

AVISO DE CANCELAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação comunica o cancelamento de Edital referente ao Processo Licitatório n° 064/2010 - Pregão Presencial n° 030/2010, que tem por objeto a contratação de



serviço especializado para tratamento e destino final de resíduos domésticos, para atender necessidade do município de Nova Trento durante o ano de 2010. O cancelamento foi definido visando alteração na modalidade de Licitação.

Novo edital será publicado oportunamente no Diário Oficial dos Municípios, no Jornal O Trentino, e no site www.novatreto.sc.gov.br

KARLA FRANCIELI DALSAOSSO
Pregoeira

Pregão Presencial Nº 031/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 066/2010 - Pregão Presencial 031/2010
Objeto: Contratação de empresa de consultoria para elaborar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Nova Trento, o qual se constituirá em instrumento de planejamento do município para viabilizar o acesso à moradia digna e consequentemente a melhoria das condições ambientais locais e da qualidade de vida da população.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 08/07/2010 até as 10:00 horas. Abertura: 08/07/2010 - 10:05 Horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 - Fax: 48.32673213 - site: www.novatreto.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 032/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 067/2010 - Pregão Presencial 032/2010
Objeto: Aquisição parcelada de Fraldas Descartáveis Geriátricas para uso na distribuição gratuita a pessoas carentes, atendendo as necessidades do Fundo Municipal de Assistências Social e Habitação do Município de Nova Trento/SC.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 09/07/2010 até as 10:00 horas. Abertura: 09/07/2010 - 10:05 Horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 - Fax: 48.32673213 - site: www.novatreto.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1395

LEI Nº 1395 DE 23 DE JUNHO DE 2010

Institui a Função Gratificada de Coordenador do Projeto Saúde na Melhor Idade e dá outras Providencias.

Art. 1º - fica instituída na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social a função gratificada de Coordenador do Projeto Saúde na Melhor Idade, que deverá ser concedida exclusivamente

a servidor efetivo do referido órgão, sendo que competirá a este:

I - Coordenar o projeto Saúde na Melhor Idade no Município:

II - Coordenar as ações de saúde visando a melhoria da qualidade de vida do idoso;

II - Promover e coordenar ações para a integração do idoso, visando à prática de atividades físicas e sua inclusão social.

Art. 2º - A Função acima descrita poderá ser ocupada somente por servidor curso técnico ou superior na área de saúde.

Art. 3º - O ocupante da função receberá, com fulcro no Art. 144, I, da Lei Complementar nº 497/91, gratificação de função de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o vencimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 23 de junho de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de junho de 2010.

ZENON BERTO BORGES
Secretário M. de Administração

Lei Nº. 1396

LEI Nº. 1396 DE 23 DE JUNHO DE 2010

Autoriza Anulação e Suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica O Chefe do poder executivo autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 165.157,00 (Cento e sessenta e cinco mil e cento e cinquenta e sete reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SECRETARIA DE TRNSP, OBRAS E SERV. URBANOS
R\$ 165.157,00

17.511.0034.1.035 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água R\$ 165.157,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24 - Aplicações Diretas R\$ 165.157,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação da dotação abaixo identificadas, no valor de R\$ 83.750,00 (oitenta e três mil, setecentos e cinquenta reais) e por conta do excesso de arrecadação da fonte .01.24.1108 - Transf. De Convênios - Outros - no valor de R\$ 81.407,00 (oitenta e um mil, quatrocentos e sete reais):

0801 - SECRETARIA DE TRNSP, OBRAS E SERV. URBANOS
R\$ 50.000,00

17.511.0034.1.037 - Melhoramento do Saneamento Básicos
R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 33.750,00
16.482.0040.1.038 - Construção de Casas Populares
R\$ 33.750,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24 - Aplicações Diretas R\$ 33.750,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 23 de junho de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios em 24 de junho de 2010.



ZENON BERTO BORGES
Secretário M. de Administração

Decreto N° 38/2010

DECRETO N° 38/2010

Autoriza Anulação e Suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 165.157,00 (Cento e sessenta e cinco mil e cento e cinquenta e sete reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SECRETARIA DE TRNSP., OBRAS E SERV. URBANOS
R\$ 165.157,00

17.511.0034.1.035 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água R\$ 165.157,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.24 - Aplicações Diretas R\$ 165.157,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 83.750,00 (oitenta e três mil, setecentos e cinquenta reais) e por conta do excesso de arrecadação da fonte .01.24.1108 - Transf. De Convênios - Outros - no valor de R\$ 81.407,00 (oitenta e um mil, quatrocentos e sete reais):

0801 - SECRETARIA DE TRNSP., OBRAS E SERV. URBANOS
R\$ 50.000,00

17.511.0034.1.037 - Melhoramento do Saneamento Básicos
R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.24 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 33.750,00
16.482.0040.1.038 - Construção de Casas Populares
R\$ 33.750,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.24 - Aplicações Diretas R\$ 33.750,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 23 de junho de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 24 de junho de 2010.

ZENON BERTO BORGES
Secretário M. de Administração

Porto Belo**PREFEITURA MUNICIPAL****Aviso de Renovação para Cadastro de Fornecedores**

AVISO DE CHAMAMENTO PARA RENOVAÇÃO DE CADASTRO E INSCRIÇÕES DE NOVOS FORNECEDORES

O Município de Porto Belo/SC, torna público, que o Registro Cadastral está permanentemente aberto para o ingresso de novas empresas interessadas em fazer sua inscrição, e convoca as empresas já inscritas no Cadastro de Fornecedores, que estiverem com o Certificado de Registro Cadastral fora do prazo de vigência, a providenciarem sua renovação, considerando o disposto no §

1º do art.34 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. Ao requerer inscrição no Cadastro, ou renovação deste, a qualquer tempo, a empresa interessada deverá fornecer os documentos e elementos necessários à satisfação das exigências legais. Informações no Departamento de Compras, situado na Avenida Gov. Celso Ramos, 2500 - Centro - Porto Belo/SC, no horário de expediente em vigor, de segunda a sexta-feira, ou através do site: www.portobelo.sc.gov.br onde serão fornecidas as normas e demais instruções legais.

Porto Belo, 24 de Junho de 2010.

AOILTO MOTTA PORTO

Secretario de Administração

Porto União**PREFEITURA MUNICIPAL****Processo Licitatório 002/2010 FUNREBOM Revogação**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 002/2010 Bombeiros

Pregão Presencial 002/2010 Bombeiros

REVOGAÇÃO

Revoga-se o aludido processo licitatorio com base no art 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que a mesma deu-se deserta.

Porto União SC, 18 de junho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Processo Licitatório 039/2010 REVOGAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 039/2010

Concurso 001/2010

REVOGAÇÃO

Revoga-se o aludido processo licitatorio com base no art 49 da lei 8.666/93, e conforme a Comissão Julgadora do Projeto Paisagístico.

Porto União SC, 22 de junho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Processo Licitatório 050/2010 HOMOLOGAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 050/2010

Convite 002/2010

Termo de Homologação

Expirado o prazo recursal, torna publico a homologação do processo licitatorio em epigrafe e adjudica-se a empresa Carlos Kiyomitu Makyama Serviços Ltda.

Porto União SC, 22 de junho de 2010

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal



Processo Licitatório 052/2010 HOMOLOGAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 052/2010
Pregão Presencial 033/2010

Homologo o processo licitatorio e adjudico a empresa Algra Materiais Elétricos Ltda, Hidrowats Industria e Comercio de Reatores Ltda, João Carlos Correa ME, Paraná Business Materiais Elétricos Ltda, Valle Avelino & Cia Ltda.

Porto União SC 21 de junho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 053/2010 HOMOLOGAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 053/2010
Convite 004/2010
Termo de Homologação

Expirado o prazo recursal, torna publico a homologação do processo licitatorio em epigrafe e adjudica-se a empresa RM Retifica de Motores Ltda.

Porto União SC, 22 de junho de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 054/2010 HOMOLOGAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 054/2010
Convite 003/2010
Termo de Homologação

Expirado o prazo recursal, torna publico a homologação do processo licitatorio em epigrafe e adjudica-se a empresa RM Retifica de Motores Ltda.

Porto União SC, 22 de junho de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 057/2010 ERRATA

ERRATA
REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 057/2010
CONCORRENCIA 003/2010

No extrato, onde se lê 27 de julho de 2007, leia-se 27 de julho de 2010.

Porto União SC, 23 de junho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 092/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 092/2010
Partes: Município de Porto União e Juarez Allage Fuck
Primeiro Termo aditivo ao contrato 118/2009
Clausula Primeira: Da vigência
Prorroga-se o aludido contrato superior para mais 12 (doze)

meses, conforme clausula décima primeira do contrato superior. As demais clausulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 17 de junho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

JUAREZ ALLAGE FUCK
Contratado

Extrato de Contrato 093/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 093/2010
Partes: Município de Porto União e Bigger Caminhões Ltda
Quinto Termo aditivo ao contrato 278/2009
Clausula Primeira: Condições de entrega
Prorroga-se o prazo de entrega do equipamento até 20 de julho de 2010. As demais clausulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 18 de junho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

BIGGER CAMINHOES LTDA
Contratado

Extrato de Contrato 094/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 094/2010
Partes: Município de Porto União e Paraná Equipamentos SA
Quinto Termo aditivo ao contrato 279/2009
Clausula Primeira: Condições de entrega
Prorroga-se o prazo de entrega do equipamento até 20 de julho de 2010. As demais clausulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 18 de junho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

PARANÁ EQUIPAMENTOS SA
Contratado

Extrato de Contrato 095/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 095/2010

Partes: Hidrowats Industria e Comercio de Reatores Ltda.
Objeto: fornecimento de materiais para iluminação publica diversos
Valor total: R\$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais)
Vigência: 21 de outubro de 2010 ou a retirada total do material lícitado
Base legal Pregão presencial 033/2010 e lei 10.520/02

Porto União SC, 21 de junho de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

HIDROWATS INDUSTRIA E COMERCIO DE REATORES LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 096/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 096/2010

Partes: Algra Materiais Elétricos Ltda e Município de Porto União.
Objeto: fornecimento de materiais para iluminação pública diversos
Valor total: R\$ 6.160,00 (seis mil cento e sessenta reais)
Vigência: 21 de outubro de 2010 ou a retirada total do material licitado
Base legal Pregão presencial 033/2010 e lei 10.520/02

Porto União SC, 21 de junho de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ALIGRA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 097/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 097/2010

Partes: João Carlos Correa ME e o Município de Porto União .
Objeto: fornecimento de materiais para iluminação pública diversos
Valor total: R\$ 21.016,45 (vinte e um mil dezesseis reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência: 21 de outubro de 2010 ou a retirada total do material licitado
Base legal Pregão presencial 033/2010 e lei 10.520/02

Porto União SC, 21 de junho de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

JOÃO CARLOS CORREA ME
Contratada

Extrato de Contrato 098/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 098/2010

Partes: Parana Business Materiais Eletricos Ltda e o Município de Porto União
Objeto: fornecimento de materiais para iluminação pública diversos
Valor total: R\$ 9.106,00 (nove mil cento e seis reais)
Vigência: 21 de outubro de 2010 ou a retirada total do material licitado
Base legal Pregão presencial 033/2010 e lei 10.520/02

Porto União SC, 21 de junho de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

PARANÁ BUSINESS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 099/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 099/2010

Partes: Valle Avelino & Cia Ltda e o Município de Porto União
Objeto: fornecimento de materiais para iluminação pública diversos
Valor total: R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais)
Vigência: 21 de outubro de 2010 ou a retirada total do material licitado
Base legal Pregão presencial 033/2010 e lei 10.520/02

Porto União SC, 21 de junho de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

VALLE AVELINO & CIA LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 100/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 100/2010

Partes: Carlos Kiyomitu Makiyama Serviços PP e o Município de Porto União
Objeto: prestação de serviços de orientação e assistência técnica para realização de concurso publico, compreendendo também a elaboração de editais e de provas escritas e praticas, aplicação e correção de provas, atribuição de notas e classificação dos candidatos por função conforme cargos discriminados
Valor total: 25% (vinte e cinco) por cento sobre o valor total das inscrições.
Vigência: 90 (noventa) dias
Base legal convite 002/2010 e lei 8.666/93

Porto União SC, 22 de junho de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

CARLOS KIYOMITU MAKIYAMA SERVIÇOS PP
Contratada

Extrato de Contrato 101/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 101/2010

Partes: RM Retifica de Motores Ltda e o Município de Porto União
Objeto: peças e mão de obra para retifica do motor do Caminhão BWO 3084 deste município.
Valor total: R\$ 14.583,92 (quatorze mil, quinhentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos)
Vigência: 06 (seis) meses
Base legal cc 003/2010 e lei 8.666/93

Porto União SC, 22 de junho de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

RM RETIFICA DE MOTORES LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 102/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 102/2010

Partes: RM Retifica de Motores Ltda e o Município de Porto União
Objeto: peças e mão de obra para retifica do motor da Pa Car-



regadeira Michigan 55 C deste município.
Valor total: R\$ 8.386,20 (oito mil trezentos e oitenta e seis reais e vinte centavos)
Vigência: 06 (seis) meses
Base legal cc 004/2010 e lei 8.666/93

Porto União SC, 22 de junho de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

RM RETIFICA DE MOTORES LTDA
Contratada

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial 066/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 066/2010

OBJETO: Registro de preço para aquisição de equipamentos de proteção individual para o Corpo de bombeiros de Rio do Sul - FUNREBOM.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 09/07/2010, às 08:00h., .no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 09/07/2010, .no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 24 de junho de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Contrato 256 FMS

CONTRATO Nº 256/2010
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, tipo Pregão Presencial nº 06/2010 - FMS, para a aquisição de alimentos e dietas especiais para atender necessidade do Setor de Nutrição desta secretaria.

Aos dezoito dias do mês de junho de 2010, por este Termo Aditivo ao contrato de compra e venda de alimentos e dietas especiais, com origem no Edital de Pregão Presencial nº 06/2010 - FMS, com data de 22 de janeiro de 2010, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, doravante denominado de CONTRATANTE, e Armazém da Nutrição Comércio de Alimentos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 09.100.704/001-00, doravante denominada de CONTRATADA, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES
Acréscimo nos itens 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22

e 23 de acordo com o artigo 65 da Lei 8.666/93, perfazendo um total de R\$ 485,55.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Pregão Presencial e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 18 de junho de 2010.

LUIZ CARLOS ZANIS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

ARMAZÉM DA NUTRIÇÃO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução Nº 579

RESOLUÇÃO No 579 de 22 de junho de 2010

Autoriza pagamento de 4 (quatro) diárias, inscrição e indenização de transporte a Vereadores

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 4 (quatro) diárias aos Vereadores, Dionísio Maçaneiro e Almir Cecílio da Costa, no valor de R\$ 1.842, 72 (hum mil oitocentos e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos), para participar do Encontro " Construindo um Poder Legislativo mais Forte", organizado pela União dos Vereadores de Santa Catarina - UVESC, que acontecerá entre os dias 29 de junho e 01 de julho, tendo como local o St Paul Plaza Hotel, na cidade de Brasília -DF

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a cada participante.

Art. 3º A indenização de transporte em veículo coletivo, no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para cada vereador, fretado pela UCAVI, no trecho compreendido entre os municípios de Rio do Sul e Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 309/03.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive as passagens aéreas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 22 de junho de 2010.

DIONÍSIO MAÇANEIRO

Presidente da Mesa

MÁRIO MIGUEL

Vice Presidente da Mesa

ROBERTO SCHULZE

1º Secretário



CLÁUDIO CIMARDI
2º Secretário

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Ata SRP nº 0031/2010

Extrato de Ata SRP nº 0031/2010
PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC
Contratada: Concretos Cruzeiro LTDA
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Tubos de Concreto
Base Legal: Processo licitatório 0044/2010
Modalidade Licitatória: PP 0012/2010.
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 23 de Junho de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 118

LEI COMPLEMENTAR Nº 118, DE 23 DE JUNHO DE 2010.
Dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei nº 732, de 15 de abril de 1992 e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos da Administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, instituído pela Lei nº 732, de 15 de abril de 1992.

Art. 2º Para efeitos desta Lei Complementar, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º É proibido o exercício gratuito de cargo público, exceto o trabalho voluntário nos termos da Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 4º Cargo público é a unidade laborativa instituída por Lei Complementar, que implica no desempenho, pelo seu titular, de uma função pública sócio-organizacional, objetivando proporcionar produtos e serviços próprios do Município e pertinentes às atribuições que lhes sejam outorgadas.
Parágrafo único. As atribuições gerais e específicas de cada cargo ou emprego público serão fixados em Regulamento.

Art. 5º Os cargos públicos têm denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Parágrafo único. Os cargos públicos, segundo a sua natureza, podem ser:

I - de provimento efetivo, aqueles de recrutamento amplo, cujos titulares sejam selecionados, exclusivamente, mediante concurso público, de provas ou de provas e títulos, identificadores de funções de caráter técnico ou de apoio;

II - de provimento em comissão, declarados em Lei de livre nomeação e exoneração por ato do Chefe do Poder Executivo, identificadores de funções de direção, comando, gerência, chefia e assessoramento.

Art. 6º Função pública é a relação subordinativa e vinculante que se estabelece entre os agentes públicos e o Município, e que visa operacionalizar os resultados relativos aos interesses e demandas da sociedade.

Parágrafo único. As funções públicas, segundo a sua natureza, podem ser:

I - executivas de confiança, conforme disposição de lei específica;
II - técnicas, aquelas que se referem às ações de caráter instrumental, necessárias à habilitação do processo decisório;
III - de apoio, aquelas que se prestam à instrumentalização das demais funções do aparelho de serviços do Município.

TÍTULO II DO CONCURSO PÚBLICO, DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA, DA REDISTRIBUIÇÃO, DA REMOÇÃO, DA SUBSTITUIÇÃO E DA JORNADA DE TRABALHO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
II - pleno gozo de direitos políticos;
III - quitação das obrigações eleitorais e das militares quando for o caso;
IV - aptidão física e mental, atestada por perito oficial;
V - habilitação e escolaridade exigidas por Lei para exercício do cargo;
VI - idade mínima de 18 anos;
VII - não ter sofrido penalidade disciplinar no exercício de cargo, emprego ou função pública de quaisquer dos Poderes da União, Estados ou Municípios, nos cinco anos anteriores ao ingresso.
Parágrafo único. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos, os quais deverão estar estabelecidos em Lei.

CAPÍTULO II DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 8º O concurso respeitará a natureza e a complexidade do cargo, podendo ser realizado em etapas, conforme dispuser o respectivo Edital.

§ 1º A inscrição do candidato está condicionada ao pagamento do valor fixado pelo edital, ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, nos termos do edital do concurso.

§ 3º Nos casos em que couber, será de três por cento do total das vagas oferecidas em concurso, a reserva de vagas para as pessoas de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 9º O concurso público terá validade de até dois anos, poden-



do ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será amplamente divulgado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e, ao menos, em um jornal de circulação regional.

§ 2º Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos serão convocados com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo na carreira.

CAPÍTULO III

DO PROVIMENTO

Art. 10. O provimento do cargo público se formaliza por ato do Chefe do Poder Executivo, do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, do Presidente de Autarquia ou de Fundação Pública, quando for o caso.

Art. 11. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 12. São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - transferência;
- III - reintegração;
- IV - readaptação;
- V - recondução;
- VI - reversão;
- VII - aproveitamento.

Seção I

Da nomeação

Art. 13. A nomeação precederá a posse e far-se-á:

- I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de provimento efetivo;
- II - em comissão ou função de confiança, para cargos de livre nomeação e exoneração por parte do respectivo Chefe dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como do dirigente superior de Autarquia ou de Fundação Pública.

Art. 14. Os demais requisitos para o ingresso serão estabelecidos pela Lei que criar os respectivos cargos.

Subseção I

Da posse

Art. 15. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de quinze dias, contados da publicação do ato de nomeação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado e aquiescência da Administração Pública.

§ 2º Em se tratando de posse, em novo cargo, de servidor público efetivo municipal estadual e federal, admitir-se-á a ampliação do prazo de que trata o § 1º deste artigo, condicionada a requerimento e, contada:

I - do término das seguintes licenças:

- a) para tratamento da própria saúde;
- b) por motivo de doença em pessoa da família;
- c) em razão de gestação, adoção ou paternidade;
- d) incorporação às Forças Armadas para o serviço militar obrigatório ou, ainda, quando convocado pelas Forças Armadas;
- e) para o exercício de mandato eletivo.

II - do término dos seguintes afastamentos:

- a) para atender convocação da Justiça Eleitoral, durante período eletivo;
- b) para servir ao Tribunal do Júri.

III - do término da fruição das férias.

§ 3º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens

e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, bem como do recebimento de proventos de aposentadoria e sua origem.

§ 4º Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer nos prazos previstos neste artigo.

Art. 16. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica, realizada por perito oficial, à vista de exames complementares conforme exposto em Regulamento.

Parágrafo único. Somente poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Subseção II

Do exercício

Art. 17. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo e deve ter início no mesmo dia da posse do servidor.

Art. 18. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício o servidor deverá apresentar, à Gerência de Recursos Humanos, os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 19. O servidor em exercício em outro Município, em razão de haver sido cedido, terá o prazo estipulado pela Administração Pública, não podendo exceder a dez dias, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo ou da função de confiança, incluído, nesse prazo, o tempo necessário ao deslocamento para a nova sede.

§ 1º Na hipótese de o servidor encontrar-se em licença ou afastado legalmente, o prazo a que se refere este artigo, será contado a partir do término do impedimento.

§ 2º É facultado ao servidor declinar do prazo estabelecido no caput.

Art. 20. O exercício fora da lotação pode ocorrer quando o servidor:

- I - exercer cargo de provimento em comissão na administração federal, estadual e municipal, inclusive suas fundações e autarquias.
- II - atender convocação do serviço militar;
- III - exercer outras atividades do serviço público municipal devidamente regulamentada;
- IV - candidatar-se a mandato eletivo;
- V - realizar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento na área de atuação, atendendo necessidades da administração municipal;
- VI - atender imperativo de convênio;
- VII - representar o Município, o Estado ou o País em competições desportivas oficiais;
- VIII - participar de missão de estudo, quando atender necessidades da administração municipal;
- IX - nos casos de cedência.

Parágrafo único. O afastamento do exercício será por prazo determinado e sem perda de direitos do servidor, desde que ocupante de cargo de carreira.

Art. 21. O servidor deve ser afastado do exercício de seu cargo, sem vencimentos, até decisão final transitada em julgado, quando preso preventivamente, pronunciado por crime comum, denunciado por crime funcional ou condenado por crime inafiançável, em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 22. O exercício de cargo em comissão exige de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

Seção II

Da lotação



Art. 23. A lotação pessoal do servidor é identificada nos atos de nomeação, movimentação ou desenvolvimento funcional, reversão e reintegração, ou em ato posterior, baixado pela autoridade nomeante.

Parágrafo único. Todo o servidor terá uma lotação específica, correspondente ao cargo e ao local de trabalho, e seu afastamento ou mudança da lotação só ocorre mediante ato da autoridade competente, no interesse do serviço público.

Art. 24. O Chefe do Poder Executivo baixará as normas complementares necessárias à fixação da lotação e do local de trabalho nos órgãos da administração municipal.

Seção III

Do estágio probatório

Art. 25. Ao entrar em exercício, como condição essencial para a aquisição da estabilidade, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de três anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação especial de desempenho, por comissão instituída para essa finalidade, observando-se os seguintes fatores e critérios:

I - comportamento:

- a) assiduidade;
- b) pontualidade
- c) disciplina e zelo;
- d) responsabilidade;
- e) dedicação ao serviço público;
- f) idoneidade moral;

II - eficiência:

- a) capacidade de iniciativa;
- b) produtividade;
- c) atualização de conhecimentos através de cursos ou treinamentos.

III - eficácia.

§ 1º A avaliação de que trata o caput deste artigo, dar-se-á em etapas autônomas entre si, que ocorrerão a cada seis meses, até o fim do estágio probatório, por Comissão constituída especialmente para esta finalidade.

§ 2º O servidor que, atendidos os critérios da avaliação especial de desempenho, nos termos em que dispuser o regulamento, não obtiver média aritmética final igual ou superior a setenta por cento, será considerado reprovado e exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

§ 3º O servidor em estágio probatório poderá ocupar cargos de provimento em comissão ou exercer função de confiança em qualquer órgão ou unidade da Administração Pública.

§ 4º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas (os):

I - as licenças:

- a) para tratamento da própria saúde;
- b) por motivo de doença em pessoa da família;
- c) em razão de gestação, adoção ou paternidade;
- d) para incorporação às Forças Armadas para o serviço militar obrigatório ou, ainda, quando convocado pelas Forças Armadas;
- e) para concorrer a mandato eletivo.

II - os afastamentos para:

- a) exercício de cargo em comissão junto a entidades da administração pública municipal indireta ou junto a entidades da administração pública direta ou indireta estadual ou federal;
- b) o exercício de mandato eletivo de qualquer das Unidades da Federação;
- c) atender convocação da Justiça Eleitoral, durante período eletivo;
- d) servir ao Tribunal do Júri;
- e) participar em programa de treinamento regularmente instituído, mesmo que implique em estudo no exterior;

III - férias.

§ 5º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças previstas nas alíneas a, b, d e e do inciso I do § 4º deste artigo, sempre que o afastamento ultrapassar trinta dias e se der pela integralidade da jornada, sendo retomado a partir do término do impedimento.

Art. 26. A verificação das condições mencionados no artigo anterior será efetuada pelo Chefe imediato do servidor, que deverá encaminhá-la ao órgão de pessoal, sob pena de responsabilidade. Parágrafo único. De posse das informações, o órgão de pessoal deve emitir parecer conclusivo acerca da situação apresentada, encaminhando as informações pertinentes à Comissão Avaliadora.

Art. 27. O servidor público municipal, em estágio probatório, terá vistas das fichas de acompanhamento de desempenho, semestralmente e, em caso de conclusão pela demissão, terá vistas no local de trabalho para que se manifeste por escrito em 10 (dez) dias. Parágrafo único. O órgão de pessoal deve encaminhar o parecer e a defesa ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que decidirá sobre a exoneração ou permanência do servidor, esgotando-se as vias administrativas.

Art. 28. O servidor não aprovado em estágio probatório é exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observando-se as regras dispostas acerca da Recondução.

Art. 29. O Chefe do Poder Executivo baixará os atos necessários à regulamentação do estágio probatório.

Seção IV

Da estabilidade

Art. 30. Estabilidade é o direito que adquire o servidor municipal habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo, após cumprir o estágio probatório com êxito, de não ser demitido ou exonerado do serviço público municipal, senão em virtude de sentença judicial privativa de liberdade ou de resultado de processo administrativo disciplinar, no qual lhe tenha sido assegurado ampla defesa.

Parágrafo único. São estáveis no serviço público os servidores que se encontram na situação prescrita no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Seção V

Da readaptação

Art. 31. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

§ 1º Dá-se readaptação funcional quando, não sendo possível a transferência, ocorrer modificação no estado físico ou nas condições de saúde do servidor, que aconselhe o seu aproveitamento em atribuições diferentes, compatível com a sua condição funcional, física e mental, devidamente atestada por junta médica oficial.

§ 2º A readaptação não implica em mudança de cargo e sua duração depende de recomendações periódicas, de até 12 (doze) meses, do perito oficial.

§ 3º A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 32. A readaptação não acarreta decréscimo nem aumento de remuneração.

Seção VI

Da reversão



Art. 33. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por perícia médica do órgão competente pelo pagamento da aposentadoria, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria, bem como na cassação da aposentadoria em que não se verifique culpa do servidor.

§ 1º A reversão dá-se no mesmo cargo, no cargo resultante de sua transformação ou em outro de igual vencimento, respeitada a habilitação profissional.

§ 2º No caso de reversão compulsória, verificada a inexistência de vaga, o servidor será posto em disponibilidade.

§ 3º A reversão depende de prova da capacidade física e mental para o exercício das atribuições do cargo previamente à posse.

Art. 34. É cassada a aposentadoria do servidor reingressando que não tome posse em exercício no prazo legal.

Seção VII

Da reintegração

Art. 35. Reintegração é a reinvestidura do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º A decisão administrativa que determina a reintegração é sempre proferida em pedido de reconsideração, em recurso ou em revisão de processo.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante, se efetivo estável ou estabilizado, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos artigos 39 e 40.

Seção VIII

Da recondução

Art. 36. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo por ele anteriormente ocupado em decorrência de:

I - inabilidade em estágio probatório relativo a outro cargo, condicionada à concessão de vacância do cargo anteriormente ocupado;

II - reintegração do anterior ocupante;

III - constatação oficial de que a transferência ocorreu indevidamente.

§ 1º Na inexistência de vaga e até sua ocorrência, o servidor reconduzido fica na condição de excedente, sem perda de seus direitos.

§ 2º Extinto ou transformado o cargo anteriormente ocupado, dá-se a recondução a outro cargo, de vencimento e atribuições equivalentes.

Seção IX

Do aproveitamento

Art. 37. Extinto o cargo, ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo cuja exigência de requisitos e atribuições sejam compatíveis com a sua formação profissional.

§ 1º Atendidas as condições estabelecidas no caput, a Gerência de Recursos Humanos do Município determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade nas vagas que ocorrerem no âmbito dos respectivos Poderes.

§ 2º O servidor posto em disponibilidade ficará mantido sob responsabilidade dos órgãos centrais de pessoal dos respectivos Poderes do Município.

Art. 38. O aproveitamento de servidor em disponibilidade depende de prévia comprovação de sua capacidade física e mental por perito oficial.

§ 1º Se julgado apto, o servidor assumirá o exercício do cargo no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de aproveitamento.

§ 2º Verificada a incapacidade definitiva, o servidor será aposentado, conforme regras específicas do regime de previdência a que estiver filiado.

Art. 39. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por perito oficial.

§ 1º É obrigatório o aproveitamento do servidor em disponibilidade no período máximo de doze meses em vaga que vier ocorrer em órgãos da administração Municipal.

§ 2º A hipótese prevista no caput deste artigo configura abandono de cargo mediante inquérito na forma desta Lei Complementar.

Art. 40. Aplicam-se ao servidor em disponibilidade os preceitos sobre proibição de acumulação remunerada e respectivas exceções.

CAPÍTULO IV

DA JORNADA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 41. O horário de funcionamento de cada órgão, a forma de cumprimento da jornada e o regime de trabalho de cada servidor nele lotado, serão estabelecidos por atos do Poder Executivo, ou de quem por ele designado, deles constando os períodos reservados ao descanso semanal remunerado que recairão preferencialmente aos sábados e domingos quando as circunstâncias assim o permitirem, fixado de forma individual e nominal quando for o caso, compreendendo os seguintes Regimes:

I - Regime Normal de Trabalho: com duração do trabalho diário não superior a oito horas efetivamente trabalhadas, caracterizado por dois turnos diários, sendo de no máximo cinco horas e de no mínimo três horas cada um, respeitando-se entre eles um intervalo não inferior a uma hora e não superior a três horas;

II - Regime Especial de Trabalho: caracterizado por jornada única de seis horas ininterruptas, assegurado um intervalo de 15 (quinze) minutos;

III - Regime de Plantão: caracterizado pela realização de jornadas de trabalho e de repouso alternadas, em número variável de horas, assegurando-se repouso equivalente, no mínimo, ao dobro do número de horas trabalhadas no período imediatamente anterior, mediante escala prévia, a cargo do respectivo superior hierárquico, da qual o servidor terá ciência com antecedência mínima de uma semana;

IV - Regime Individual de Trabalho: mediante solicitação do servidor e havendo conveniência para a administração poderá haver a instituição do Regime Individual de Trabalho, permitindo que a carga horária seja cumprida de forma diversa daquelas citadas nos incisos I a III deste artigo, mediante registro próprio.

§ 1º Quando se tratar de órgão que necessite da adoção do Regime de Plantão, o Ato referido no caput deste artigo apenas mencionará seu horário de funcionamento, sendo que a forma de cumprimento da carga horária, pelos respectivos servidores, dar-se-á mediante a escala prévia referida no inciso III deste artigo.

§ 2º Aos servidores submetidos ao Regime de Plantão será assegurado um intervalo de quinze minutos a cada seis horas trabalhadas, cabendo ao Município disponibilizar instalações, móveis e utensílios necessários ao repouso, conservação e preparo de alimentos.

§ 3º Da escala prévia referida no § 1º deste artigo, constará, obrigatoriamente, o número total de horas a serem trabalhadas no mês, por cada servidor.

§ 4º No regime de Plantão, adotar-se-á o sistema de compensação de horas trabalhadas, computando-se eventuais excessos ou insuficiências de horas trabalhadas no período de trinta dias contados do 11º (décimo primeiro) dia de cada mês até o 10º



(décimo) dia do mês subsequente, assegurando-se o pagamento das horas extraordinárias ocorridas no período.

§ 5º Aos servidores submetidos ao regime de trabalho previsto no inciso III do caput deste artigo, será obrigatoriamente assegurado que uma vez por mês, no mínimo, o período reservado ao descanso semanal remunerado seja de dois dias e recaia em um sábado e em um domingo, bem como computar-se-á como serviço extraordinário o período de trabalho compreendido em data declarada como feriado ou ponto facultativo.

§ 6º Os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, terão seu regime e jornada de trabalho adaptados à natureza da sua função, por ato da autoridade competente, admitindo-se a compensação das horas trabalhadas quando a natureza do serviço exigir a execução de trabalho fora do horário normal de expediente da repartição, não se admitindo pagamento de adicionais por serviço extraordinário.

Art. 42. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, na forma do disposto no artigo anterior, sempre respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas.

§ 1º O controle da frequência e do horário de trabalho serão efetuados diariamente por processo manual, mecânico ou informatizado, segundo as normas regulamentares.

§ 2º Quando adotado o livro ponto, o servidor deve registrar sua assinatura e horário de entrada e saída do trabalho, independente do horário de trabalho.

Art. 43. Mensalmente, o servidor encarregado do controle da frequência relatará ao Chefe do Poder Executivo Municipal ou a quem delegada a competência, as ocorrências relativas à assiduidade e pontualidade dos servidores.

Art. 44. O servidor é obrigado a avisar, através de meios idôneos, à sua chefia imediata, no próprio dia em que, por doença, não possa comparecer ao serviço.

§ 1º As faltas ao serviço por motivo de doença serão justificadas para fins de anotação no assentamento individual e pagamento, desde que a impossibilidade do comparecimento seja abonada pela chefia imediata mediante atestado médico, o qual será aceito para afastamentos de até 3 (três) dias e, para período superior a este e inferior a dezesseis dias, caberá avaliação por Junta Médica Oficial do Município ou, na sua falta, por Médico Oficial do Município.

§ 2º Em qualquer dos casos mencionados no § 1º deste artigo o atestado médico ou o laudo da junta médica oficial, deverá ser apresentado ao Setor de Recursos Humanos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não ser aceito e as faltas tidas como injustificadas.

CAPÍTULO V DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 45. Haverá substituição para os cargos de provimento em comissão e de carreira, nos casos de impedimento ou afastamento legalmente concedido ao ocupante.

§ 1º A substituição depende do ato da autoridade competente.

§ 2º A substituição é remunerada pelo cargo substituído, na proporção de dias de efetiva substituição.

§ 3º Durante a substituição, o substituto pode optar pela remuneração do cargo de origem ou perceber somente a remuneração do cargo substituído, excluídas as vantagens pessoais, não gerando direito a incorporações.

§ 4º Excepcionalmente, atendida a conveniência da Administração, o titular de cargo de direção ou chefia poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, como substituto, para outro cargo da mesma natureza, até que se verifique a nomeação ou designação do titular, ou retorno deste, se afastado, com o substituto percebendo vencimentos e vantagens somente de um deles.

CAPÍTULO VI DA REMOÇÃO E DA REDISTRIBUIÇÃO

Seção I

Da remoção

Art. 46. Remoção é a realocação do servidor, de um para outro órgão do mesmo Poder, ou de uma para outra unidade do mesmo órgão.

§ 1º Dar-se-á a remoção, observada a respectiva ordem de precedência, nos seguintes casos:

- a) de ofício, por conveniência da Administração Pública;
- b) por motivos de saúde do servidor devidamente demonstrados e justificados perante o perito médico do Município;
- c) a requerimento, por interesse do servidor, observado o interesse público e a conveniência administrativa.

§ 2º Poderá haver remoção por permuta, igualmente a critério da Administração Pública, mediante pedido escrito de ambos os interessados.

§ 3º A nomeação de servidor titular de cargo de provimento efetivo, ou do estabilizado, para cargo de provimento em comissão ou função de confiança, para exercício em outro órgão ou unidade que não o de sua lotação, dentro de um mesmo Poder, caracteriza a remoção de que trata a alínea "a" do § 1º, independentemente de qualquer outro ato, até que se dê a respectiva vacância, caso em que o servidor retornará ao órgão de origem.

Art. 47. Na remoção por permuta não haverá pagamento de benefícios e vantagens para qualquer dos servidores interessados.

Seção II

Da redistribuição

Art. 48. Redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, para o quadro de pessoal de outro órgão com planos de cargos e vencimentos iguais ao de sua lotação, observado sempre o interesse da Administração.

§ 1º A redistribuição ocorrerá de ofício para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento, nos termos desta Lei Complementar.

§ 3º A efetivação da redistribuição será precedida de manifestação dos órgãos centrais de pessoal, no âmbito dos respectivos Poderes do Município.

CAPÍTULO VII DA VACÂNCIA

Art. 49. A vacância de cargo público decorre de:

I - demissão ou exoneração;

II - remoção;

III - redistribuição;

IV - recondução;

V - aposentadoria;

VI - falecimento;

VII - readaptação;

VIII - posse em outro cargo inacumulável.

Art. 50. Dá-se a exoneração de cargo de provimento efetivo a pedido do servidor ou por iniciativa da autoridade competente.

Parágrafo único. A exoneração por iniciativa da autoridade competente ocorre quando:

I - não são satisfeitas as condições de estágio probatório, salvo direito à recondução quando presente a situação prevista no inciso VIII do artigo 49 desta Lei Complementar;

II - o servidor não toma posse ou não entra em exercício no prazo legal;



III - o servidor toma posse em outro cargo público, emprego ou função, salvo as hipóteses de acumulação legal ou de deferimento do pedido de vacância do cargo, nos termos do inciso VIII do artigo 49 desta Lei Complementar;

IV - não satisfeitas as condições de permanência no cargo por insuficiência de desempenho, nos termos da legislação e de regulamentação.

Art. 51. A exoneração do cargo em comissão ou função de confiança dá-se:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio servidor.

Art. 52. A vaga ocorrerá na data:

I - da eficácia do ato que demitir exonerar, remover, transferir, reconduzir, aposentar ou conceder vacância do cargo para fins de posse em outro cargo público municipal;

II - do falecimento do ocupante do cargo;

III - da vigência da Lei que cria o cargo.

TÍTULO III

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DA CEDÊNCIA

CAPÍTULO I

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 53. Os cargos em comissão serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas na legislação específica.

§ 1º Somente serão providos em comissão os cargos com atribuições de Direção, Chefia e Assessoramento Superior.

§ 2º A investidura em cargo de provimento comissionado determina o afastamento do servidor do cargo de carreira de que for titular, assegurando-se a opção pela respectiva remuneração, não se interrompendo a contagem de tempo de serviço e as vantagens pessoais dela decorrentes, nem suspendendo a avaliação do estágio probatório.

§ 3º Nos casos de opção pela remuneração do cargo de carreira, o servidor perceberá adicional de representação, conforme previsto em lei específica.

Art. 54. Os ocupantes de cargos em comissão terão direito a 30 (trinta) dias de férias, após 12 (doze) meses de efetivo exercício no serviço público para o município.

Parágrafo único. Durante as férias o servidor tem direito à remuneração integral, acrescida de 1/3 (um terço).

Art. 55. Ao servidor ocupante do cargo em comissão, quando não pertencente ao quadro de carreira, serão igualmente concedidos os direitos relativos a diárias, licenças para tratamento de saúde e à gestante, gratificação natalina, contagem de tempo de serviço, aposentadoria, seguridade social e as disposições relativas aos deveres e responsabilidades e regime disciplinar, na forma da presente Lei Complementar.

Art. 56. Os servidores em cargo em comissão ficam dispensados do controle de frequência, sendo exigido de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

Art. 57. O servidor no exercício de cargo em comissão percebe, além dos vencimentos, adicional de representação.

§ 1º O adicional de representação poderá ser atribuído ao servidor no exercício de cargo em comissão, visando a retribuição de todo e qualquer ônus extraordinário acarretado em razão do desempenho das funções governamentais, mediante legislação específica.

§ 2º O ocupante de cargo em comissão, por ocasião da demissão, fará jus ao saldo da remuneração quanto ao mês incompleto de

trabalho, às férias e 13º vencimentos proporcionais, exceto nos casos de exoneração decorrente de processo disciplinar.

CAPÍTULO II

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 58. As Funções Gratificadas são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, a serem atribuídas exclusivamente a servidores de carreira designados para o exercício de funções de chefia ou comando de equipes, ou designado para o exercício de atividade para a qual seja exigida qualificação diferenciada, bem como àqueles que sejam designados para fazer parte, como membro, de Comissões Especiais ou Grupos de Trabalho, tudo conforme dispuser legislação específica.

§ 1º Pelo desempenho de Função Gratificada o servidor perceberá, além da remuneração, gratificação fixada em Lei específica.

§ 2º Fica vedado conceder Função Gratificada a servidor pelo exercício de chefia ou assessoramento quando esta atividade for inerente ao exercício de seu cargo.

CAPÍTULO III

DA CEDÊNCIA

Art. 59. Fica autorizada a cedência de servidores municipais a órgão ou entidades da Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou a outros Municípios, e ainda a pessoas jurídicas que prestam serviço à comunidade no âmbito municipal, na área da saúde, educação, cultura, esporte, economia, agricultura e turismo, salvo impedimento legal.

Parágrafo único. A cedência de que trata este artigo será efetuada em caráter gratuito ou oneroso para os cofres públicos municipais, levando-se em consideração a capacidade financeira da cessionária e os interesses da municipalidade, tendo prazo de duração e podendo ser renovado.

Art. 60. Aos servidores cedidos de outros órgãos, com ônus para o município, serão garantidas as gratificações instituídas para desempenho das atribuições do cargo lotado.

Parágrafo único. Em se tratando de cedência de servidor em estágio probatório, caberá ao órgão em que estiver cedido proceder à avaliação referida no artigo 25 desta Lei Complementar, seguindo-se os critérios ali previstos.

TÍTULO IV

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I

DO VENCIMENTO, SUBSÍDIO E REMUNERAÇÃO

Art. 61. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I - vencimento: a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em Lei;

II - vencimentos: a retribuição do cargo efetivo, acrescida das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei;

III - remuneração: a soma dos vencimentos com as vantagens financeiras pessoais e temporárias, estabelecidas em Lei.

IV - subsídio, a remuneração fixada, em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 62. Os acréscimos pecuniários, vantagens financeiras que acompanham os vencimentos, serão calculados sobre o vencimento base do cargo e não poderão ser computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Art. 63. Nenhum servidor da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes do Município, poderá perceber, mensalmente:

I - a título de remuneração ou provento, importância inferior ao salário mínimo, salvo se proporcional ao tempo de serviço e a carga horária;

II - importância superior ao subsídio mensal, em espécie, do Pre-



feito Municipal.

§ 1º Excetuam-se do limite fixado neste artigo os casos de acumulação lícita.

§ 2º Excluem-se, para efeitos do limite fixado neste artigo, as importâncias percebidas a título de:

I - décimo-terceiro vencimento;

II - complemento remuneratório de férias;

III - diárias;

IV - gratificação pela prestação de serviço extraordinário;

V - adicionais percebidos de forma permanente, a título de tempo de serviço.

Art. 64. A remuneração dos cargos do Poder Legislativo, não poderá ser superior a do Executivo.

Art. 65. Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis.

Art. 66. O servidor perde:

I - a remuneração do dia, quando faltar ao serviço sem motivo justificado;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos não justificados e saídas antecipadas;

III - o vencimento do cargo efetivo quando nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção, sem prejuízo de eventual gratificação.

Art. 67. As faltas justificadas, nos termos desta Lei Complementar não afetam a remuneração ou o subsídio do servidor.

Art. 68. As reposições e as indenizações à Fazenda Municipal devidas pelo servidor são descontadas em parcelas mensais não inferiores à décima parte de seu vencimento.

Art. 69. O servidor municipal, em débito com a Fazenda Municipal de que trata o artigo anterior, que venha a ser demitido, exonerado ou tenha sua disponibilidade cassada, deve quitá-lo no ato da rescisão.

§ 1º Quando o débito é originado de comprovada má fé o servidor deve quitá-lo em 30 (trinta) dias a contar do fato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§ 2º A não quitação do débito no prazo previsto implica em sua inscrição em dívida ativa.

Art. 70. A remuneração ou provento não será objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial, de reposição ou de indenização.

Art. 71. A consignação em Folha de Pagamento de compromissos pecuniários assumidos pelo servidor com associações de servidores, entidades beneficentes ou securitárias, é feita ou sustada quando por ele autorizada.

Parágrafo único. Não se incluem neste artigo, as contribuições para aposentadoria, previdência social e a contribuição sindical obrigatória.

CAPÍTULO II DAS VANTAGENS

Art. 72. São vantagens atribuíveis ao servidor:

I - adicionais;

II - gratificações;

III - diárias;

IV - décimo-terceiro vencimento;

V - indenizações;

VI - auxílios pecuniários.

§ 1º Os adicionais e as gratificações somente se incorporam ao vencimento ou provento, nos casos e condições expressamente previstas em Lei.

§ 2º As diárias e o décimo-terceiro vencimento não se incorporam

ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 3º As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 4º As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de outros acréscimos pecuniários ulteriores.

Seção I

Dos adicionais

Art. 73. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei Complementar, são atribuíveis aos servidores os seguintes adicionais:

I - por tempo de serviço;

II - pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas na forma desta Lei Complementar e de regulamentos específicos.

III - pela prestação de serviço extraordinário;

IV - de férias;

V - pela disponibilidade em regime de Sobreaviso.

Subseção I

Do adicional por tempo de serviço

Art. 74. O adicional por tempo de serviço é concedido por triênio de exercício no serviço público do Município, correspondente a 3% (três por cento) do vencimento do cargo efetivo, até o máximo de 12 (doze) triênios.

§ 1º O adicional é devido a partir do dia imediato àquele em que o servidor completar o tempo de serviço exigido, no cargo de provimento efetivo.

§ 2º O servidor que exercer, cumulativamente, mais de um cargo, terá direito ao adicional calculado sobre o de maior vencimento.

§ 3º O adicional por tempo de serviço é acrescido em caráter definitivo aos vencimentos, em rubrica específica.

§ 4º Em se tratando de servidor municipal efetivo, investido em cargo de provimento comissionado, o adicional por tempo de serviço será pago, durante o período do comissionamento, incidindo sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo.

§ 5º Para efeitos do disposto neste artigo, será computado unicamente o tempo de serviço prestado pelo servidor efetivo.

Subseção II

Adicional de insalubridade ou de periculosidade

Art. 75. Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas, ou com risco de vida, fazem jus a um adicional, limitado a quarenta por cento, calculado exclusivamente sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 1º O adicional de insalubridade ou de periculosidade somente será devido ao servidor enquanto na atividade e na presença das condições que ensejaram a sua concessão, apuradas por profissional habilitado.

§ 2º São devidos, conforme o caso, o adicional de insalubridade ou de periculosidade:

I - na fruição das seguintes licenças:

a) adoção ou paternidade;

b) abono-assiduidade;

II - na fruição dos seguintes afastamentos:

a) para atender convocação da Justiça Eleitoral durante período eletivo;

b) para servir o Tribunal do Júri;

c) para participar em programa de treinamento regularmente instituído;

d) para doação de sangue;

e) para casamento;

f) nos casos de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos;



§ 3º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§ 4º A gratificação de insalubridade em conformidade com o grau detectado, que será de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 40% (quarenta por cento), incidirá sobre o vencimento do servidor municipal.

§ 5º A gratificação de periculosidade será de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do servidor municipal.

§ 6º O direito à gratificação de insalubridade e periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

§ 7º Regulamentos baixados pelos Chefes dos Poderes do Município disporão a respeito da matéria, considerando, quando de sua elaboração, quadro de situações de incidência de insalubridade mediante laudo pericial que será aprovado por Decreto.

Art. 76. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados insalubres ou perigosos.

Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço salubre, não perigoso e que não haja risco de vida.

Art. 77. Na concessão do adicional de insalubridade ou de periculosidade, serão observadas as situações e percentuais estabelecidos em Regulamento.

Art. 78. Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios-X ou substâncias radioativas serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão submetidos a exames médicos a cada seis meses.

Subseção III

Do adicional por serviços extraordinários

Art. 79. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), em relação à hora normal de trabalho, exceto quando laboradas em domingos e feriados quando o adicional será de 100% (cem por cento), em relação à hora normal.

§ 1º Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de duas horas por jornada para servidores sujeitos ao regime normal de trabalho.

§ 2º O adicional de que trata este artigo será devido apenas aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, não se incorporando à remuneração.

Subseção IV

Do adicional de férias

Art. 80. Independentemente de solicitação será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a um terço de sua remuneração do mês da concessão.

Parágrafo único. Os valores relativos ao adicional de que trata este artigo serão creditados ao servidor juntamente com a remuneração do mês imediatamente anterior ao início do gozo.

Subseção V

Do adicional pela disponibilidade em regime de sobreaviso

Art. 81. Os servidores municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo poderão ser designados para cumprir o encargo da prestação do sobreaviso, destinado ao atendimento fora do horário normal de trabalho, conforme escalas elaboradas pelo respectivo Secretário Municipal.

§ 1º Considera-se sobreaviso a atribuição dada ao servidor para

que permaneça em seu domicílio ou em local por ele escolhido e previamente comunicado, a fim de prestar atendimento tão logo seja chamado.

§ 2º O sobreaviso será remunerado na proporção de 20% (vinte por cento) do valor da hora normal percebida pelo servidor.

§ 3º É vedado o pagamento de sobreaviso cumulativamente com adicional por serviço extraordinário, sendo que este tem lugar a partir do momento em que o servidor for convocado, momento em que cessa o sobreaviso e inicia a contagem do labor extraordinário.

§ 4º O adicional previsto neste artigo será regulamentado por Decreto.

Seção II

Das gratificações

Art. 82. Ficam asseguradas as seguintes gratificações aos servidores municipais:

I - por nova habilitação;

II - pela participação em Comissões Especiais ou Grupos de Trabalho, conforme definido em Lei específica.

Subseção Única

Da Gratificação por nova Habilitação

Art. 83. A gratificação por nova habilitação dar-se-á mediante apresentação da documentação comprobatória da conclusão de habilitação em grau imediatamente superior àquele exigido para a investidura no respectivo cargo, bem como da conquista de especialização, subdividindo-se em:

I - gratificação por grau de instrução: que será concedida quando o servidor conquistar grau de formação imediatamente superior ao exigido para sua investidura no cargo, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o respectivo vencimento do cargo efetivo ocupado.

II - gratificação de pós-graduação: que será concedida aos servidores ocupantes de cargo que exigem para o ingresso o ensino superior, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o respectivo vencimento do cargo efetivo ocupado.

§ 1º É vedada a acumulação de adicionais por grau de instrução e de pós-graduação, tanto no mesmo nível como de um nível para outro.

§ 2º Somente serão considerados, para efeitos das gratificações de que trata este artigo, os cursos que não sejam requisitos para investidura no cargo, independente de terem sido cursados antes ou depois da nomeação, posse e exercício.

§ 3º A concessão da gratificação dar-se-á a qualquer tempo, de forma simplificada, à vista do protocolo de requerimento junto à Gerência de Recursos Humanos, acompanhado da documentação comprobatória da nova habilitação ou pós-graduação, conforme disposto em Regulamento baixado por Decreto.

§ 4º O percentual relativo à gratificação será aplicado sobre o vencimento do servidor e pago em verba própria sob a denominação de Gratificação por Grau de Instrução, a partir do mês seguinte ao do protocolo e deferimento do pedido.

§ 5º Não terá direito ao adicional por nova habilitação o servidor:

I - que estiver cumprindo estágio probatório;

II - em licença sem vencimentos;

III - à disposição de outras esferas de governo;

IV - em cumprimento de pena resultante de decisão judicial;

V - o servidor pertencente ao magistério público municipal regido por Plano de Carreira específico.

Seção III

Das diárias

Art. 84. Ao servidor que se deslocar temporariamente do território municipal, a serviço do município, conceder-se-á o transporte, por meio oficial ou contratado, bem como o pagamento de diárias



a título de indenização das despesas de alimentação, pousada e deslocamento urbano para cada 24 (vinte e quatro) horas ou fração, contadas da partida do servidor, considerando-se como uma diária a fração superior a 12 (doze) horas e meia diária a fração de tempo superior a 06 (seis) horas e inferior a 12 (doze) horas.

Art. 85. A tabela de valores das diárias e o valor mínimo de cada uma serão fixados por Decreto.

Art. 86. Os valores relativos a diárias podem ser pagos integralmente, antes do início do deslocamento, ou em parcelas inicial ou final, calculadas até o limite presumível da duração do afastamento.

Art. 87. O servidor que receber diária e não se afastar da sede por qualquer motivo fica obrigado a restituí-la, integralmente, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, sujeito à punição disciplinar, salvo se comprovada a impossibilidade da devolução no prazo aqui estipulado.

Art. 88. Na hipótese do servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto restituirá as diárias recebidas em excesso, em 48 (quarenta e oito) horas após seu retorno.

Art. 89. Não cabe a concessão das diárias quando o deslocamento do servidor se constitui exigência do cargo ou função.

Seção IV

Do décimo-terceiro vencimento

Art. 90. O décimo-terceiro vencimento é concedido ao servidor municipal ativo e inativo, no mês de dezembro de cada ano, e corresponde ao pagamento de abono pecuniário equivalente à média das últimas doze remunerações apuradas até o dia 1º de dezembro do ano correspondente.

§ 1º O valor do décimo-terceiro vencimento será pago até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro.

§ 2º O décimo-terceiro vencimento é devido a servidor exonerado ou aposentado, na razão de 1/12 (um doze avos) de efetivo exercício no ano, calculado de acordo com o disposto no caput deste artigo.

§ 3º O décimo-terceiro vencimento não é considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

§ 4º Os adicionais a título de serviço extraordinário serão incorporados ao pagamento do décimo-terceiro vencimento pela média de horas extras efetivamente trabalhadas nos meses do ano.

§ 5º Não incidirão sobre o décimo terceiro vencimento, quaisquer contribuições, exceto tributos e encargos.

Seção V

Da indenização

Art. 91. Constitui indenização ao servidor ajuda a título de reembolso de despesas com transporte e alimentação quando o mesmo realizar despesas com a utilização de meios próprios, para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

Seção VI

Auxílio funeral

Art. 92. Será concedido à família do servidor, titular de cargo de provimento efetivo, auxílio-funeral.

Art. 93. O auxílio-funeral será devido à família do servidor ativo falecido, em valor equivalente ao menor vencimento pago pelo Município.

§ 1º O auxílio será devido, também, ao servidor, por morte do cônjuge, companheiro ou de filho menor ou inválido.

§ 2º O auxílio será pago no prazo de quarenta e oito horas, por meio de procedimento sumaríssimo, ao cônjuge supérstite ou filho que comprove ter custeado as despesas do funeral.

Art. 94. Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 95. Em caso de falecimento de servidor a serviço, fora do local de trabalho, as despesas de transporte do corpo correrão à conta dos recursos dos respectivos Poderes do Município.

CAPÍTULO III DAS FÉRIAS

Art. 96. Após cada período de 12 (doze) meses de efetivo exercício, o titular de cargo, emprego ou função faz jus a 30 (trinta) dias de férias remuneradas com base no valor da remuneração a que fizer jus no mês da concessão, a serem usufruídas nos 12 (doze) meses seguintes ao respectivo período aquisitivo.

§ 1º As férias são concedidas de acordo com a escala prévia organizada pela chefia imediata, em cuja elaboração obedecer-se-á a proporção de 1/12 avos do número total de servidores lotados no órgão, para cada período de usufruto.

§ 2º A Gerência de Recursos Humanos deverá ser comunicada pelo respectivo Secretário, com antecedência de trinta dias, o período de gozo das férias dos servidores da respectiva Secretaria.

§ 3º As férias serão reduzidas a 20 (vinte) dias, quando o servidor contar, no período aquisitivo, com mais de 9 (nove) faltas não justificadas ao trabalho.

§ 4º É vedada a conversão em férias de falta não justificada ou afastamentos não previstos neste Estatuto.

§ 5º Quando as circunstâncias o justificarem, poderão as férias, a critério da Administração, ser parceladas em dois períodos de no mínimo quinze dias cada um, hipótese em que, o adicional previsto no artigo 80 desta Lei Complementar, será creditado por ocasião do usufruto de cada parcela.

§ 6º Salvo as exceções previstas nesta Lei, é vedada a conversão em espécie, de qualquer período relativo às férias previstas neste artigo.

Art. 97. O servidor exonerado do cargo efetivo ou em comissão, que contar com férias vencidas ou incompletas, perceberá indenização correspondente ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias, desde que seja atestada, pelo superior hierárquico, a imperiosa necessidade do serviço que impediu o gozo quando se tratar de férias acumuladas.

§ 1º A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório, incluindo o valor adicional previsto no inciso XVII do artigo 7º da Constituição Federal.

§ 2º O disposto no caput deste artigo aplica-se na concessão da aposentadoria e na exoneração do cargo comissionado e alcança os servidores admitidos em caráter temporário, na forma da legislação específica.

Art. 98. As férias poderão ser interrompidas quando o interesse público justificar tal medida, mediante convocação escrita e motivada com antecedência mínima de cinco dias úteis para o retorno às atividades.

Art. 99. O período aquisitivo das férias será suspenso pelas seguintes licenças:

I - para tratamento de saúde, quando superior a quinze dias, intercalados ou não, no período aquisitivo;

II - por motivo de doença da pessoa da família;

III - para o serviço militar obrigatório;

IV - para tratar de interesses particulares.

§ 1º Continuará a contagem do período aquisitivo quando o servi-

dor, após o implemento de qualquer das condições previstas neste artigo, retornar ao serviço.

§ 2º Durante o gozo de férias o servidor não poderá prestar qualquer serviço ao Município.

CAPÍTULO IV DAS CONCESSÕES

Art. 100. O servidor pode ausentar-se do serviço sem prejuízo dos seus direitos:

I - por 5 (cinco) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;

II - por 02 (dois) dias no ano para legalização de adoção.

III - por 3 (três) dias úteis em virtude de casamento;

IV - por 3 (três) dias, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana, e de falecimento de irmão, sogro e sogra.

Art. 101. É assegurado à servidora lactente o direito de ausentar-se do serviço pelo espaço de até 2 (duas) horas por dia, a seu critério, até que o filho complete 6 (seis) meses de idade.

Art. 102. Para gozar do benefício previsto no artigo anterior, a interessada deve encaminhar requerimento à autoridade competente, instruído o pedido com a certidão de nascimento do filho e atestado médico bimestral.

CAPÍTULO V DAS LICENÇAS

Art. 103. Poderão ser concedidas ao servidor as seguintes licenças e abono:

I - para tratamento de saúde;

II - por motivo de doença da pessoa da família;

III - à gestante;

IV - para atender menor adotado;

V - para o serviço militar obrigatório;

VI - para concorrer a cargo eletivo político;

VII - para tratar de interesses particulares;

VIII - para desempenho de mandato classista.

IX - abono-assiduidade.

Seção I

Da licença para tratamento de saúde

Art. 104. A licença para tratamento da saúde será concedida ao servidor que ficar temporariamente incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual, cujos vencimentos serão pagos, na integralidade, pelo Município, até o 15º (décimo quinto) dia, após o que, o servidor será encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social, onde perceberá auxílio-doença na forma prevista na legislação federal específica.

§ 1º Fica expressamente proibido, durante o período de licença para tratamento de saúde, o pagamento de qualquer vantagem de natureza temporária, inclusive as decorrentes de gratificação de função, adicional de horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade e adicional noturno, quando for o caso.

§ 2º A apresentação de atestados médicos quanto à forma, prazo, aceitação para fins de justificação e abono remunerado ou não da falta ao serviço, será estabelecida em Decreto.

Art. 105. A licença para tratamento de saúde dependerá, para ser concedida, da conclusão do perito oficial do Município ou credenciado por este.

§ 1º Quando se tratar de ausência de até 03 (três) dias, esta será classificada como afastamento e poderá ser aceito atestado fornecido por médico clínico geral ou o especialista que identificou a moléstia que impede o servidor de executar plenamente suas atividades, desde que informe com precisão:

I - o nome do servidor;

II - o número do Cadastro de Pessoa Física;

III - o período de licença;

IV - a doença ou moléstia, que impede o servidor de executar plenamente suas atividades.

§ 2º Na hipótese de licença superior a 03 (três) dias será necessária avaliação médica por perito do Município ou credenciado por este para tal fim.

§ 3º Se a licença for por período superior a quinze dias, o servidor será encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social que disporá na forma da Lei Complementar Federal aplicável.

Art. 106. O servidor que contrair doença transmissível será compulsoriamente licenciado, até o médico perito oficial atestar que sua presença nos órgãos administrativos não coloca em risco a saúde dos demais servidores.

Parágrafo único. Caso a doença transmissível mereça avaliação por profissional especializado, este também deverá pronunciar-se sobre o retorno ou não do servidor as suas atividades.

Art. 107. O servidor em licença para tratamento de saúde não poderá recusar-se a prestar inspeções médicas ou a submeter-se a exames exigidos pela autoridade competente a que se subordina, sob pena de suspensão da licença.

Art. 108. A licença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho ou pela transformação em aposentadoria por invalidez.

Seção II

Da licença para tratamento em pessoas da família

Art. 109. Poderá ser concedida licença ao servidor efetivo por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente, desde que o doente viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação da necessidade por Laudo Médico.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até trinta dias, podendo ser prorrogada por igual período, mediante Laudo Médico e, excedendo estes prazos será sem remuneração, por até cento e vinte dias, exceto quando o doente for filho comprovadamente dependente, quando então, a licença será remunerada por todo o período.

§ 3º A licença dar-se-á, preferencialmente, para parte da jornada normal de trabalho, exceto quando houver recomendação médica em sentido contrário.

§ 4º A comprovação de que a pessoa da família doente depende economicamente do servidor licenciado, far-se-á pela análise da declaração de imposto de renda do ano-calendário imediatamente anterior ao pedido ou por estudo sócio-econômico quando se tratar de servidor isento daquela obrigação.

§ 5º A concessão da licença fica condicionada à regulamentação por Decreto do Poder Executivo.

Seção III

Da licença à gestante

Art. 110. À gestante é assegurada, mediante atestado médico, licença com remuneração pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos.

§ 1º A licença poderá ser concedida a partir do início do 8º (oitavo) mês de gestação, salvo no caso de parto prematuro ou de prescrição médica em contrário.

§ 2º No caso de nascimento prematuro a licença deverá ter início a partir do dia imediato ao do parto.

§ 3º No caso de natimorto, decorridos trinta dias do fato, a servidora deverá ser submetida a exame médico e, se julgada apta,



reassumirá o exercício.

§ 4º No caso de aborto, atestado por médico, a servidora terá direito a trinta dias de repouso remunerado.

Seção IV

Da licença para atender menor adotado

Art. 111. É assegurada licença remunerada à servidora municipal para atender a menor adotado, de zero a três anos.

§ 1º A licença de que trata este artigo terá os seguintes prazos de duração:

I - 120 (cento e vinte) dias, no caso do adotado possuir até 6 (seis) meses de idade;

II - 60 (sessenta) dias, se possuir idade entre seis meses e três anos.

§ 2º A licença será concedida mediante requerimento firmado pela interessada, instruído com comprovante oficial da adoção.

Seção V

Da licença para serviço militar obrigatório

Art. 112. Ao servidor convocado para o serviço militar obrigatório, em qualquer serviço ou dependência das Forças Armadas, será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

§ 1º Concluído o serviço militar o servidor terá até trinta dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

§ 2º A licença é concedida a vista de documento oficial que comprove a incorporação.

Art. 113. A licença será concedida exclusivamente a servidor efetivo ocupante de cargo de carreira, com a respectiva remuneração.

Seção VI

Da licença para concorrer a mandato eletivo

Art. 114. O servidor, titular de cargo efetivo, ou o estabilizado, terá direito à licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. A partir do registro da candidatura o servidor fará jus à licença conforme previsto na legislação federal eleitoral.

Seção VII

Da licença para tratamento de interesses particulares

Art. 115. Ao servidor estável no serviço público municipal poderá ser concedida licença sem remuneração para tratamento de interesses particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos, mediante requerimento.

§ 1º A licença não será concedida se o interessado estiver respondendo a processo disciplinar ou quando, a qualquer título, estiver obrigado a reposições ou indenizações à Fazenda Pública Municipal.

§ 2º O requerente deve aguardar em exercício a concessão da licença.

§ 3º A licença poderá ser negada quando o afastamento do servidor for inconveniente ao interesse do serviço e implique na contratação de substituto.

§ 4º Em caso de comprovado interesse público, a licença pode ser suspensão, devendo o servidor reassumir o exercício no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação, findos os quais a sua ausência é computada como falta ao serviço.

§ 5º A interrupção da licença, a pedido do servidor, deve ser submetida a apreciação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 116. No caso previsto no parágrafo 4º do artigo 115 desta Lei Complementar, a licença poderá ser renovada até a complemen-

tação da licença concedida.

Art. 117. Somente poderá ser concedida nova licença para tratamento de interesses particulares, após decorridos 3 (três) anos do término da licença anterior, ainda que esta não tenha sido gozada em sua plenitude.

Seção VIII

Da licença para desempenho de mandato classista

Art. 118. Será assegurado ao servidor efetivo, o direito à licença, sem remuneração, para o desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, conforme disposto em regulamento.

§ 1º Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, desde que constituídas legalmente.

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição e por uma vez.

Seção IX

Do abono-assiduidade

Art. 119. Fica instituído o abono-assiduidade a ser concedido ao servidor público municipal efetivo, que no período de um ano tiver comprovada 100% (cem por cento) de frequência ao trabalho.

§ 1º O abono-assiduidade é fixado em cinco (cinco) dias de folga, sem prejuízo da remuneração, para cada ano ininterrupto de serviço prestado com assiduidade integral, sem saída antecipada ou entrada atrasada.

§ 2º Para efeitos do disposto no caput deste artigo computar-se-á como ausência a falta ao trabalho, ainda que justificada ou decorrente de licença ou concessão de qualquer natureza, exceto as ausências em virtude de:

I - para atender convocação da Justiça Eleitoral durante o período eletivo;

II - para servir ao Tribunal do Júri;

III - em virtude das concessões previstas nos artigos 100 e 101 desta Lei Complementar;

IV - em licença para tratamento da própria saúde, desde que o afastamento não seja superior a cinco dias no período aquisitivo, intercalados ou não.

§ 3º O abono-assiduidade não se aplica aos servidores do magistério, sujeitos ao Plano de Carreira e Remuneração próprio.

Art. 120. Somente será computado para fins de concessão do benefício mencionado no artigo 122 o tempo de serviço prestado por servidor público municipal efetivo, assim considerado aquele admitido por concurso, ainda que em estágio probatório.

Art. 121. Respeitado o disposto no artigo 119, também não se concederá abono-assiduidade ao servidor que, no período aquisitivo sofrer penalidade disciplinar em qualquer de suas modalidades.

Art. 122. O número de servidores em gozo simultâneo do abono-assiduidade não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 123. O servidor deverá requerer o abono-assiduidade com antecedência de uma semana do início da fruição.

Parágrafo único. Na hipótese de o pedido ser indeferido, por razões de interesse público relevante, ocorrendo a superveniência da exoneração ou da aposentadoria, o abono-assiduidade será totalmente convertido em pecúnia.

Art. 124. O abono-assiduidade poderá ser usufruído em período contínuo ou não, ficando a critério do interessado a época da fruição, desde que se manifeste dentro dos prazos definidos no

artigo anterior.

Parágrafo único. O abono-assiduidade será regulamentado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO VI DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 125. Considera-se tempo de serviço municipal o tempo de exercício em cargo público da administração direta ou indireta do Município.

Art. 126. São consideradas, como de efetivo exercício, as ausências previstas nos artigos 100 e 144 desta Lei Complementar e os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - licenças remuneradas, exceto para aquisição de triênio, férias e abono-assiduidade;

III - exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgão da União, Estados, Município e Distrito Federal;

IV - participação em programa de treinamento regularmente instituído;

V - convocação para o serviço militar;

VI - júri e outros serviços obrigatórios por Lei Complementar;

VII - desempenho de mandato eletivo federal, estadual e municipal, exceto para concessão de abono-assiduidade e triênio, salvo se se tratar de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo.

Parágrafo único. Não será interrompida a contagem do tempo de serviço se o servidor for readmitido para a função ou nomeado para o cargo num interstício máximo de 30 dias.

Art. 127. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo, emprego ou função de órgão ou entidade da União, Estados, Municípios, Distrito Federal, autarquias, fundações públicas, sociedade de economia mista e empresas públicas ou em atividades privadas.

Art. 128. A comprovação do tempo de serviço para efeitos de averbação é procedida mediante certidão, conforme Lei Complementar específica.

Art. 129. A justificação judicial, como prova do tempo de serviço, é admitida tão somente nos casos de evidenciada impossibilidade de atendimento aos requisitos dispostos em regulamento.

Art. 130. A apuração do tempo de serviço público municipal é feita em dias que são convertidos em anos, considerando-se o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 131. A contagem e a comprovação do tempo de serviço poderão ser regulamentadas por Decreto.

CAPÍTULO VII DA APOSENTADORIA

Art. 132. As condições para concessão de aposentaria ao servidor público municipal e a fixação dos respectivos proventos, obedecerão à legislação aplicável ao Regime de Previdência a que estiver filiado.

CAPÍTULO VIII DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 133. É assegurado ao servidor público o direito de requerer ou representar, pedir reconsideração e recorrer a decisões, observado o seguinte:

I - o requerimento ou representação será dirigido à autoridade competente para decidi-lo, e terá solução no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ressalvado o caso que obrigue a realização de

diligência ou estudo especial, hipótese em que não poderá passar de 90 (noventa) dias;

II - o pedido de reconsideração só será cabível quando contiver novos argumentos e será sempre dirigido à autoridade que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, não podendo ser renovada, observados os mesmos prazos do item anterior;

III - a autoridade que receber o pedido de reconsideração deverá processá-lo como recurso, encaminhando-o à autoridade superior quando não preencher o requisito do item anterior.

Art. 134. Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração ou outro recurso indeferido;

II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos;

III - das decisões que aplicarem sanções disciplinares.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tenha expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, na escala ascendente, às demais autoridades, devendo ser decidido no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Nenhum recurso poderá ser dirigido mais de uma vez à mesma autoridade.

§ 3º Será indeferida de plano a petição, o pedido de reconsideração ou recurso que desatenda aos requisitos deste artigo.

§ 4º Os pedidos de reconsideração e os recursos poderão ser recebidos com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente; os que forem providos darão lugar às retificações necessárias, retroagindo os seus efeitos à data do ato impugnado.

Art. 135. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso será de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 136. O direito de requerer prescreve:

I - em cinco anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em Lei Complementar.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 137. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 138. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração Pública.

Art. 139. Para o exercício do direito de petição, será assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído.

Art. 140. A Administração Pública deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 141. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 142. As certidões sobre matéria de pessoal serão fornecidas com os elementos e registros existentes no assentamento individual do servidor.

Art. 143. Ao servidor interessado ou ao seu procurador legalmente constituído e habilitado, é assegurado o direito de vista do processo administrativo, no órgão competente, durante o horário de expediente.

CAPÍTULO IX DOS AFASTAMENTOS



Art. 144. O servidor poderá afastar-se:
I - para servir a outro órgão ou entidade;
II - para o exercício de mandato eletivo;
III - para atender convocação da Justiça Eleitoral durante o período eletivo;
IV - para servir ao Tribunal do Júri;
V - para representar o município em competições oficiais.
Parágrafo único. Os afastamentos para atender convocação da Justiça Eleitoral, durante o período eletivo e para servir ao Tribunal do Júri, dar-se-ão sem prejuízos ao servidor e nos termos da legislação.

Seção I

Do afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade

Art. 145. O servidor efetivo poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, fundações e empresas públicas, nas seguintes hipóteses:

I - para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
II - em casos previstos em Lei específica.

§ 1º O ato de cessão é de competência exclusiva dos Chefes dos respectivos Poderes do Município.

§ 2º Na hipótese do inciso I a cessão deverá ser com ônus para o requisitante e nas hipóteses previstas nos incisos II a onerosidade da cessão dar-se-á conforme dispuser a Lei ou o instrumento autorizativo, respectivamente.

§ 3º Cessada a investidura no cargo ou função de confiança, ou vencido o prazo pactuado, o servidor terá o prazo de cinco dias para retornar ao órgão ou entidade de origem.

Seção II

Do afastamento para exercício de mandato eletivo

Art. 146. Ao servidor titular de cargo de provimento efetivo ou ao estabilizado, investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo;

II - investido no mandato de Prefeito ou Vice-Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Seção III

Do Afastamento para representar o Município em competições oficiais

Art. 147. Por designação dos Chefes dos Poderes do Município o servidor atleta poderá ser afastado para representar o Município em competições oficiais, sem prejuízo da remuneração.

TÍTULO V

DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES

Art. 148. São princípios de conduta profissional dos servidores públicos, a dignidade, o decoro, a eficácia e a consciência dos princípios morais.

Art. 149. Constitui falta, na conduta do servidor público, punível com demissão, o desprezo pelo elemento ético, pela justiça, pela moralidade na Administração Pública, pelo bem comum, pela legalidade, pela verdade, pela celeridade, pela responsabilidade e pela eficácia de seus atos, pela cortesia e urbanidade, pela disciplina, pela boa vontade e pelo trabalho em harmonia com os demais servidores e com a estrutura organizacional do Município.

CAPÍTULO I DA ACUMULAÇÃO

Art. 150. Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, não será permitida a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções dos Poderes, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista do Município, do Estado, da União, do Distrito Federal e dos demais Estados.

§ 1º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários e de local.

§ 2º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em Lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 151. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, função de confiança ou ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 152. O servidor vinculado ao regime desta Lei Complementar, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

Art. 153. Verificada a acumulação proibida de cargos, bem como de percepção simultânea de proventos de aposentadoria e de vencimentos, será instaurado processo sumário, com o servidor sendo intimado pela autoridade competente para que prove, em 15 dias, sua boa-fé, sob pena de, não o fazendo, ser demitido de todos os cargos ou funções e ser condenado a restituir o que recebeu indevidamente.

§ 1º O processo sumário de que trata o presente dispositivo é instaurado por iniciativa da autoridade competente e dirigido ao Prefeito Municipal, que fixará o prazo de cinco dias para apresentação de defesa, a qual deverá conter os seguintes requisitos e procedimentos.

I - nome, endereço, situação funcional do servidor requerente;

II - os fatos e fundamentos do pedido;

III - as provas documentais, acostadas ao requerimento, inclusive podendo requerer a juntada de documentos em poder do Departamento de Pessoal;

IV - o rol de testemunhas, em número de 3 (três), bem como o dia e hora em que deverão ser ouvidas independente de notificação, prazo este que não poderá exceder a 3 (três) dias a contar do protocolo.

§ 2º O servidor deverá ser intimado de todos os atos do processo e daqueles que deva praticar, assegurado a ele o mais amplo direito de defesa.

§ 3º A instrução findar-se-á com a ouvida de testemunhas, sendo que o servidor poderá oferecer alegações finais dentro de 2 (dois) dias a contar da ouvida das testemunhas, pessoalmente ou através de procurador.

§ 4º O Prefeito Municipal terá o prazo de 5 (cinco) dias para proferir a decisão final, contado do prazo estabelecido no inciso anterior, podendo solicitar parecer de comissão ou da Assessoria Jurídica, para formar sua convicção.

Art. 154. Verificada acumulação proibida de cargo e provada a boa-fé o servidor este será obrigado a optar por um dos cargos no prazo de 15 (quinze) dias, independente da notificação ou ciência. Parágrafo único. Decorrido o prazo deste artigo sem que o servidor manifeste a sua opção, ficará este sujeito às sanções disciplinares cabíveis e restituirá o que houver percebido indevidamente, ainda que provada a sua boa-fé.

Art. 155. Não constitui acumulação proibida a percepção:
I - de pensões com vencimento, remuneração ou salários;
II - de pensão com proventos de disponibilidade, aposentadoria ou reforma;
III - de proventos com vencimentos, quando resultantes de cargo e funções legalmente acumuláveis;
IV - de gratificação pelo exercício do cargo comissionado ou função gratificada, com os vencimentos do cargo de carreira quando por este o servidor vier a optar.

CAPÍTULO II DOS DEVERES

Art. 156. São deveres do servidor público municipal:
I - respeitar a Legislação Municipal de regência;
II - preservar os princípios ideais e fins da administração;
III - comparecer ao local de trabalho, com assiduidade e pontualidade;
IV - cumprir as ordens superiores, representando quando ilegais;
V - comunicar ao chefe imediato todas as irregularidades de que tiver conhecimento, ocorridas no local de trabalho;
VI - manter com os colegas espírito de cooperação e solidariedade;
VII - guardar sigilo profissional;
VIII - estar em constante atualização e participação de cursos de aperfeiçoamento profissional;
IX - zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;
X - submeter-se à inspeção médica, quando determinada pela autoridade competente;
XI - fornecer ao setor de pessoal os dados necessários à manutenção e atualização de ficha cadastral;
XII - ser leal às instituições a que servir;
XIII - prestar informações, bem como depor em processos judiciais e administrativos quando intimado;
XIV - tratar com urbanidade as pessoas;
XV - respeitar as autoridades constituídas;
XVI - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;
XVII - referir-se ou reportar-se às autoridades constituídas com respeito aos princípios éticos e cortesia.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 157. O servidor responde administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, independente das cominações penais e civis que poderá sofrer.

Art. 158. O servidor é responsável por todos os prejuízos, que nessa condição causar ao patrimônio municipal, por dolo ou culpa, devidamente apurados.

Parágrafo único. Caracteriza-se especialmente a responsabilidade:
I - pela sonegação de valores e objetos confiados à sua guarda ou responsabilidade, por não apresentar contas, ou por não as tomar, na forma e no prazo estabelecido na Lei e regulamentos administrativos;

II - pelas faltas, danos, avarias e qualquer outro prejuízo que sofrerem os bens e materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização;

III - pela falta ou inexatidão das necessárias averbações nas notas de despacho ou guias e outros documentos da receita ou que tenham com eles relação;

IV - por qualquer erro de cálculo ou redução contra o Município;
V - pela depredação de patrimônio público municipal, especialmente quanto ao uso indevido de veículos oficiais e cometimento de infrações de trânsito apenadas com pena de multa.

Art. 159. O pagamento da indenização, a que ficar obrigado, não exime o servidor da pena disciplinar em que incorrer.

CAPÍTULO IV DAS PROIBIÇÕES

Art. 160. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - recusar fé a documentos públicos;

III - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

IV - promover manifestações de desrespeito, ofensivas, injuriosas ou caluniosas, no recinto da repartição ou fora dela, contra atos das autoridades constituídas, quando estes tenham sido praticados na conformidade da legislação vigente e com observância aos princípios norteadores da administração pública;

V - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos seus atos, mediante manifestação escrita ou oral, ressalvada a manifestação do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado;

VI - cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em Lei Complementar, o desempenho de atribuição que seja de sua competência ou de seu subordinado;

VII - compelir ou aliciar outro funcionário no sentido de filiação e associação profissional, sindical ou partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outros, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou de administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município, exceto se a transação for precedida de licitação;

XI - atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - praticar usuras sob qualquer de suas formas;

XIV - proceder de forma desidiosa;

XV - utilizar pessoal, equipamentos, recursos, materiais ou bens de qualquer natureza, pertencentes ao patrimônio público, em serviços ou atividades particulares;

XVI - cometer a outro funcionário atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;

XVII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XVIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

TÍTULO VI DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 161. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das suas atribuições, bem assim pelas informações incorretas que prestar, por culpa ou dolo.

Art. 162. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo financeiro ou moral para a Fazenda Pública ou a terceiros.

Parágrafo único. A indenização de prejuízo causado ao erário dar-se-á na forma desta Lei Complementar e tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em processo administrativo ou ação regressiva.

Art. 163. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança



recebida.

Art. 164. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 165. A responsabilidade administrativa resulta de atos omissivos ou comissivos praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 166. As sanções civis, penais e disciplinares poderão acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa.

Art. 167. A absolvição criminal somente afasta a responsabilidade civil ou administrativa se negar a existência do fato ou afastar do acusado a respectiva autoria.

Art. 168. Assegurar-se-ão transporte e diárias:

I - ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede da sua repartição, na condição de testemunha, no interesse do Município;

II - aos membros de comissão e ou de corregedoria permanente, quando obrigados a se deslocar da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 169. Constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor público que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou cargos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração.

Parágrafo único. A infração disciplinar será punida conforme os antecedentes do infrator, bem como os motivos, as circunstâncias e as conseqüências do ilícito.

Art. 170. São penas disciplinares:

I - advertência;

II - demissão;

III - cassação de aposentadoria e disponibilidade.

Parágrafo único. As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo Chefe do Poder ao qual se encontrar subordinado o servidor.

Art. 171. Será punido com advertência o servidor que, além dos casos descritos nos incisos I a VIII do art. 160:

I - deixar de atender convocação da direção e/ou outro órgão da escola para atividades pedagógicas, ou em se tratando de servidor não pertencente ao magistério, deixar de atender convocação do superior hierárquico para atividades especiais, além da jornada normal de trabalho;

II - desrespeitar verbalmente ou por atos, pessoas do seu relacionamento profissional.

III - apresentar-se ao serviço sem estar decentemente trajado e em condições satisfatórias de higiene pessoal;

IV - deixar de atender prontamente:

a) as requisições para defesa da Fazenda Pública;

b) os pedidos de certidões para defesa de direitos,

c) a convocação pelo Poder Judiciário;

V - faltar com os princípios de urbanidade;

VI - retirar, sem autorização superior, qualquer documento ou objeto da repartição ou facilitar a sua retirada por terceiros ou servidores;

VII - deixar de concluir no prazo legal, sem justo motivo, sindicância ou processo disciplinar ou negligenciar no cumprimento das obrigações concernentes aos mesmos e no exercício das atribuições do cargo;

VIII - deixar de cumprir ou fazer cumprir as normas legais;

IX - faltar com a verdade como testemunha ou perito em processo

disciplinar;

X - impontualidade.

§ 1º A reincidência às infrações de que trata o "caput" e incisos deste artigo, importará na aplicação de pena de demissão.

§ 2º A advertência será levada ao conhecimento do servidor de forma escrita e transcrita nos assentos funcionais.

Art. 172. São infrações puníveis com pena de demissão por falta grave caracterizadora de justa causa, além das previstas nos incisos IX a XVIII do art. 160 as seguintes:

I - ato de improbidade;

II - incontinência de conduta ou mau procedimento;

III - negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão, ou quando prejudicial ao serviço;

IV - condenação criminal passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena ou, em havendo, seja incompatível com o serviço público;

V - desídia no desempenho das respectivas funções;

VI - incontinência pública e conduta escandalosa, embriaguez habitual ou em serviço e prática de usura;

VII - violação de segredo conhecido em razão do cargo;

VIII - ato de indisciplina ou insubordinação;

IX - abandono de cargo ou inassiduidade;

X - ato lesivo da honra ou boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa ou autoridades institucionais, ou ofensas físicas nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa própria ou de outrem;

XI - prática constante de jogo de azar;

XII - prática de atos atentatórios à segurança nacional, comprovada em inquérito administrativo;

XIII - acumular ou permitir acumulação ilegal de cargos ou empregos públicos;

XIV - praticar qualquer ato que importe em crime contra a Administração Pública, não previsto nos incisos anteriores;

XV - negar ou recusar visto em documentos que sirvam para instruir processos ou inquéritos administrativos contra ele instaurados;

XVI - lesão aos cofres públicos e dilapidação do Patrimônio Municipal;

XVII - aplicação irregular de dinheiro público, por si próprio ou mediante contribuição para que terceiro alcance tal desiderato;

XVIII - forjar registros relativos às entradas e saídas do local de trabalho, com o intuito de receber adicional por serviços extraordinários não realizados, bem como auxiliar para que o servidor sob sua chefia atinja tal desiderato;

XIX - a prática de ato contrário à norma de regência, do qual resulte prejuízo ao Município ou a terceiros, cujo conhecimento lhe era exigível para o exercício do cargo;

XX - a reincidência na prática de ato punível com advertência.

XXI - manifestar-se perante órgãos de imprensa, em qualquer de suas modalidades, com informações não oficiais, a respeito de projetos, execução ou andamento de obras, serviços, aquisições, contratações e ações em planejamento e discussão, realizados pelo Município.

Art. 173. Considera-se inassiduidade a ausência ao serviço, sem justa causa, por mais de 10 (dez) dias consecutivos, ou 30 (trinta) intercalados no período de 12 (doze) meses.

Art. 174. São circunstâncias agravantes da pena:

I - a premeditação;

II - a reincidência;

III - o conluio;

IV - a continuação;

V - o cometimento de ilícito:

a) mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte a ação disciplinar;

b) com abuso de autoridade

c) durante o cumprimento da pena;



d) em público.

Art. 175. São circunstâncias atenuantes da pena:

I - haver sido mínima a cooperação no cometimento da infração;
II - ter o agente:

- a) procurado, espontaneamente e com eficácia, logo após a prática da infração, evitar ou minorar as conseqüências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano civil;
- b) cometido a infração sob coação de superior hierárquico a que não pôde resistir, ou sob a influência de violenta emoção provocada por ato injusto de terceiros;
- c) confessado, espontaneamente, a autoria de infração ignorada ou imputada a outrem;
- d) prestado mais de 5 (cinco) anos de serviço público no município, com bom comportamento, antes da infração.

Art. 176. Na graduação da pena levar-se-ão em conta as disposições do artigo anterior.

Art. 177. A competência para a imposição das penalidades aos servidores do Poder Executivo é do Prefeito Municipal.

Art. 178. O ato punitivo mencionará sempre os fundamentos da penalidade, sendo que para a aplicação das penalidades de demissão e cassação de aposentadoria e disponibilidade o processo administrativo disciplinar seguirá o rito ordinário estabelecido nos artigos 190 e seguintes, enquanto que a aplicação das demais penalidades observará o rito sumário dos artigos 213 e 214 desta Lei Complementar.

Art. 179. As comissões civis, penais e disciplinares podem acumular-se e são independentes entre si.

CAPÍTULO III DA PRESCRIÇÃO

Art. 180. Prescreve a ação disciplinar:

I - em 2 (dois) anos, quanto aos fatos punidos com repreensão, suspensão ou destituição de cargos de confiança;
II - em 5 (cinco) anos, quanto aos fatos punidos com pena de demissão ou de cassação de disponibilidade e aposentadoria.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr:

I - do dia em que o ilícito se tornou conhecido de autoridade competente para agir.

II - nos ilícitos permanentes ou continuados, do dia em que cessar a permanência ou continuação.

§ 2º O curso da prescrição interrompe-se:

I - com a instauração do processo administrativo disciplinar;

II - com o julgamento do processo administrativo disciplinar.

§ 3º Interrompida a prescrição, todo o prazo começa a correr novamente do dia da interrupção.

Art. 181. Se o fato configurar também ilícito penal, a prescrição será a mesma da ação penal, caso esta prescreva em mais de 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 182. A autoridade que, de qualquer modo, tiver conhecimento de irregularidade ocorrida em sua jurisdição, é obrigada a promover-lhe a apuração imediata, em processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. Quando a denúncia apresentar dúvida quanto à autoria, a autoridade deverá, primeiramente, promover sindicância sigilosa, por um ou mais servidores.

Art. 183. Será assegurada ampla defesa ao acusado, que poderá acompanhar o processo e constituir procurador.

Art. 184. Compete ao Chefe do Poder Executivo instaurar o processo disciplinar.

Art. 185. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 1º O presidente poderá designar um servidor estranho à comissão para exercer a função de secretário.

§ 2º A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo ao processo disciplinar, ficando seus membros e secretários, em tais casos, dispensados, pelo menos meio período de expediente, do serviço de repartição.

§ 3º A Presidência da Comissão recairá, obrigatoriamente, sobre servidor estável e com grau hierárquico igual ou superior ao do indiciado.

Art. 186. A comissão disciplinar pode ser constituída em caráter permanente ou temporário, por interesse da Administração Pública.

Art. 187. A comissão disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Art. 188. O processo disciplinar será instaurado mediante a expedição de portaria de constituição da comissão disciplinar em que constará, além da identificação funcional de seus membros, o resumo circunstanciado dos fatos da denúncia e a indicação dos prováveis servidores responsáveis e a capitulação legal do fato investigado.

§ 1º Havendo comissão disciplinar permanente, a autoridade a ela enviará um relatório com os dados necessários à instauração do processo disciplinar.

§ 2º Iniciar-se-á a instância com a publicação da portaria no Paço Municipal e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por motivo de força maior, por prazo determinado a critério da autoridade competente, não excedente a 30 (trinta) dias, hipótese em que não pode ser renovado.

Art. 189. O servidor que estiver respondendo a processo disciplinar não poderá, antes do término, ser exonerado a pedido, exceto se ainda não tiver sido citado para os termos do processo, nem se afastar do serviço, a não ser em virtude de licença por doença, suspensão preventiva ou prisão em flagrante; contudo, o afastamento não suspende o curso do processo administrativo disciplinar.

Art. 190. O processo disciplinar, pelo Rito Ordinário, será desenvolvido nas seguintes fases processuais:

I - instauração, com a publicação da portaria de que trata o artigo anterior;

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;

III - julgamento.

Art. 191. O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 192. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 193. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e

reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

Art. 194. O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Parágrafo único. Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

Art. 195. Constituída a comissão, o acusado será citado, pelo respectivo presidente, para apresentação da defesa prévia no prazo de cinco dias.

Art. 196. Na defesa prévia o acusado deverá especificar as provas que efetivamente pretende produzir; constando pedido de prova testemunhal, deverá a petição estar instruída com o rol de testemunhas.

Art. 197. Recebida a defesa prévia, será interrogado o indiciado. § 1º Concluído o interrogatório, a comissão procederá à inquirição das testemunhas de acusação que deverão ser arroladas pela Comissão, após o que, serão inquiridas as testemunhas de defesa arroladas na defesa prévia, observado o procedimento previsto no artigo 199.

§ 2º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 3º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se, porém, reinquirilas, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 198. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 199. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 200. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, e assim alegado pela defesa, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra. Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 201. A instrução processual findará com a oitiva das testemunhas de defesa e juntada dos documentos comprobatórios pertinentes.

§ 1º Respeitado o disposto no caput deste artigo, o indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa final, no prazo de 05 (cinco) dias, assegurando-lhe vista do processo na repartição.

§ 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 10 (dez) dias.

§ 3º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa final contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de (2) duas testemunhas.

Art. 202. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 203. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial do Município e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa final.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 204. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa prévia no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa prévia.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

Art. 205. Apreciada a defesa final ou decorrido in albis o prazo para este fim estabelecido, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 206. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Art. 207. O julgamento é a fase em que a autoridade competente proferirá a decisão e deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do Relatório.

Art. 208. A ouvida de testemunhas, quando servidores municipais, independe de intimação, salvo requerimento expresso de parte interessada, ou a juízo da comissão processante.

Art. 209. Ao indiciado é assegurado o direito de permanecer calado no interrogatório, incorrendo, porém, nos deveres e responsabilidades, estabelecidos no Título V.

Art. 210. Em caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa passa a contar da data declarada em termo próprio pelo membro da comissão que fez a citação.

Art. 211. Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetido o processo à autoridade competente ficando o traslado na repartição.

Parágrafo único. Antes de remetido o processo à autoridade judiciária, se for o caso, serão extraídos os traslados e certidões necessários ao ajuizamento da ação civil eventualmente cabível.

Seção I

Do afastamento preventivo

Art. 212. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade que instaurar o processo administrativo disciplinar, sempre que julgar necessário poderá ordenar o seu afastamento do cargo, pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

§ 2º Tratando-se de alcance ou malversação de dinheiro público o

afastamento será obrigatório durante todo o período do processo administrativo disciplinar.

§ 3º O afastamento preventivo, como medida acauteladora, não constitui pena e dá direito:

I - a contagem de tempo de serviço, relativo ao período em que tenha estado suspenso, quando do processo não resultar pena disciplinar ou esta se limitar a advertência;

II - a contagem do período de afastamento que exceder do prazo de suspensão aplicada;

III - o pagamento da remuneração e de todas as vantagens do cargo, desde que reconhecida a sua inocência.

Seção II

Do rito sumário

Art. 213. Verificado desde logo que a infração cometida está sujeita à aplicação de penalidade diversa da demissão, o processo administrativo disciplinar observará o rito sumário previsto nesta Seção.

Art. 214. O processo será instaurado por iniciativa da autoridade competente e dirigido ao Prefeito Municipal que, recebendo a denúncia, fixará o prazo de cinco dias para apresentação de defesa escrita e produção de todas as provas que pretende o acusado, devendo conter na indicição os seguintes requisitos e procedimentos:

I - nome, endereço, situação funcional do servidor processado;

II - os fatos e fundamentos da denúncia;

III - as provas documentais em que se fundamenta a denúncia;

IV - o rol de testemunhas, em número de 3 (três), bem como o dia e hora em que deverão ser ouvidas independentemente de notificação, prazo este que não poderá exceder a 3 (três) dias a contar do protocolo.

§ 1º O servidor deverá ser intimado de todos os atos do processo e daqueles que deva praticar, assegurado a ele o direito de defesa.

§ 2º A instrução findar-se-á com a ouvida de testemunhas, sendo que o servidor poderá oferecer alegações finais dentro de 2 (dois) dias a contar da ouvida das testemunhas, pessoalmente ou através de procurador.

§ 3º O Prefeito Municipal terá o prazo de 5 (cinco) dias para proferir a decisão final, contado do prazo estabelecido no inciso anterior, podendo solicitar parecer de comissão ou da Procuradoria para formar sua convicção.

§ 4º Aplicam-se ao disposto nesta Seção, os artigos 183 a 188, 194 a 195, 199 a 201, 203 a 205, 210 e 211 desta Lei Complementar.

Seção III

Das unidades permanentes de corregedoria administrativa

Art. 215. Os Chefes dos Poderes do Município poderão criar, nos respectivos âmbitos de atuação, unidade permanente de corregedoria administrativa, ou comissão processante permanente, cuja competência e atribuições serão definidas em regulamento próprio.

CAPÍTULO V

DA REVISÃO

Art. 216. Poderá ser requerida a revisão do processo de que resultou pena disciplinar, quando se aleguem fatos ou circunstâncias novas capazes de justificar a inocência ou a atenuação da pena.

§ 1º Tratando-se de servidor falecido ou desaparecido, a revisão poderá ser requerida por qualquer das pessoas constantes do assentamento individual.

§ 2º Prescreve o direito à revisão em 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem conhecidos os fatos ou circunstâncias que deram motivo ao processo revisional.

§ 3º Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação

da injustiça da penalidade, sendo exigida a identificação de circunstâncias ou fatos não apreciados no processo originário.

§ 4º O pedido de revisão será sempre dirigido à autoridade que aplicou a pena.

Art. 217. Julgada procedente a revisão, tornar-se-á sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ela atingidos.

Parágrafo único. Julgada parcialmente procedente a revisão, substituir-se-á a pena imposta pela que couber.

TÍTULO VII

DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Art. 218. Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, pode-se contratar pessoal por tempo determinado.

Art. 219. Consideram-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações que visem a:

I - combater surtos epidêmicos;

II - fazer recenseamento;

III - atender a situações de emergência de calamidade pública;

IV - ocupar vaga não preenchida em concurso público realizado no ano imediatamente anterior, bem como ocupar vaga relativa a cargo criado nos últimos seis meses;

V - substituir servidor legalmente afastado.

§ 1º As contratações de que trata este artigo devem ter dotação específica e terão vigência adstrita à vigência das situações que lhes deram causa, exceto no caso do inciso IV que não poderão ultrapassar de um ano.

§ 2º O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação em jornal local ou rádio local, observados os critérios definidos em regulamento, exceto na hipótese prevista no inciso III deste artigo.

§ 3º Quando o preenchimento da vaga se der por motivo de férias ou de doença, com licença não superior a 30 (trinta) dias, se não for possível remanejamento interno e se torne impossível a realização do processo seletivo pela imperiosa necessidade do serviço, poderá ser dispensado o teste seletivo mediante justificativa expressa do Secretário onde o servidor será lotado, recaiando a escolha dentre interessados que preencham a habilitação necessária ao exercício das atribuições do cargo.

Art. 220. Nas contratações por prazo determinado, serão observados os níveis de vencimento previsto para o respectivo cargo, desde que satisfeitos os requisitos referentes à habilitação e escolaridade exigidas para o cargo, salvo normas específicas previstas em leis especiais.

Parágrafo único. O servidor admitido em caráter temporário submete-se ao regime especial e transitório definido neste Título, com direito a férias e décimo-terceiro vencidos ou proporcionais, licença para tratamento de saúde e licença gestante ou paternidade.

Art. 221. É vedado o desvio de pessoa contratada na forma deste título, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAS E TRANSITÓRIAS

Art. 222. Consideram-se autoridades competentes, para fins deste Estatuto, o Chefe do Poder Executivo e o Presidente da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Respeitados os limites previstos na Lei Complementar, é facultada a delegação de competência quanto a atos previstos neste Estatuto.

Art. 223. Contam-se por dias corridos os prazos previstos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Não se computará na contagem do prazo o dia inicial, incluindo-se o do vencimento, prorrogando-se para o primeiro dia útil o vencimento que incidir em sábado, domingo ou feriado.

Art. 224. Ficam assegurados ao servidor público os direitos de associação sindical ou profissional e o de greve.

Parágrafo único. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em Lei Complementar Federal, assegurada a continuidade dos serviços públicos de transporte coletivo, coleta de lixo, abastecimento d'água, serviços funerários e de pronto atendimento na área da saúde, considerados essenciais à população do Município.

Art. 225. Considera-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, qualquer pessoa que viva as suas expensas, quando devidamente comprovado.

Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge, a companheira ou companheiro que comprove união estável como entidade familiar.

Art. 226. Os instrumentos de procuração utilizados para recebimento de direitos ou vantagens do servidor municipal terão validade por 12 (doze) meses, devendo ser renovados após findo esse prazo.

Art. 227. Os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados ou concedidos por médicos credenciados pelo Município, nos termos de regulamento.

Art. 228. O Prefeito Municipal expedirá os atos administrativos necessários à plena execução das disposições da presente Lei Complementar.

Parágrafo único. Até que sejam expedidos os atos de que trata este artigo, continua em vigor a regulamentação existente, excluídas as disposições que conflitem com as da presente Lei Complementar, modifiquem-na ou, de qualquer modo, impeçam seu integral cumprimento.

Art. 229. Ficam submetidos ao regime jurídico desta Lei Complementar, os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, das Autarquias e Fundações Públicas.

Art. 230. A contagem de tempo de serviço para efeitos de concessão do adicional trienal será feita a partir da data do último adicional concedido pela legislação anterior.

Art. 231. O início da contagem do tempo de serviço efetivo, para efeitos da concessão da do abono-assiduidade, será a partir da entrada em vigor desta Lei Complementar, sendo vedada a contagem do tempo de serviço prestado anteriormente a referida data.

Art. 232. Mediante requerimento do interessado e à vista de interesse público poderá ser concedida redução ou acréscimo, sempre definitivo, da carga horária do servidor público efetivo, com a conseqüente redução ou acréscimo dos vencimentos, conforme disposto em regulamento.

Art. 233. Para cobrir as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 234. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 235. Ficam revogadas as disposições em contrário e as seguintes Leis:

I - Lei Ordinária nº 732, de 15/04/92;

II - Lei Complementar nº 04, de 26/04/93;

III - Lei Complementar nº 12, de 17/03/95;

IV - Lei Ordinária nº 869, de 21/09/94;

V - Lei Complementar nº 18, de 16/04/1996.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de junho de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.880

LEI Nº 1.880, DE 23 JUNHO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo a realizar a abertura de crédito suplementar – anulação de dotações no orçamento programa de 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842, de 27 de novembro de 2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso III, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar no orçamento programa, adicionando-se o valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO – SDU		
09.01	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO – SDU		
09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.	34	Aplicação Direta	200.000,00
00.00.0.1.0000			

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das dotações a seguir descritas, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.842, de 27 de novembro de 2009:

06.00	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP		
06.01	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – SAP		
06.01.04.122.4503.2.022.4.4.90.00.00.0.	03	Aplicação Direta	50.000,00
0.00.00.0.1.0000			

09.00	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO – SDU		
09.01	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO – SDU		
09.01.15.451.4511.1.045.4.4.	38	Aplicação Direta	50.000,00
.90.00.00.00.00.00.0.1.0000			
09.01.15.451.4511.2.039.4.4.	36	Aplicação Direta	50.000,00
.90.00.00.00.00.00.0.1.0000			
09.01.15.451.4511.1.042.4.4.	40	Aplicação Direta	50.000,00
.90.00.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de junho de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.881

LEI Nº 1.881, DE 23 JUNHO DE 2010.

Aprova o projeto do Loteamento Rural Condomínio Portal do Sol, com área total de 169.069,34m² e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do



Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto do "Loteamento Rural Condomínio Portal do Sol", de propriedade de Frozza e Etges LTDA ME, sociedade empresária de direito privado, devidamente registrada na JUCESC sob o nº 42204167986 em 22/08/2008, inscrita no CNPJ sob o nº 10.287.404/0001-61, com área total de 169.069,34m² (cento e sessenta e nove mil, sessenta e nove metros e trinta e quatro centímetros quadrados), consistente em partes dos lotes rurais nº 58 e 59, matrícula sob o nº 14.637 do Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis desta Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, possuindo as seguintes características:

I - Áreas de lotes: 105.287,08 m² (cento e cinco mil, duzentos e oitenta e sete metros e oito centímetros quadrados) - correspondendo a 62,274% da área total;

II - Área total de ruas: 10.728,40 m² (dez mil, setecentos e vinte e oito metros e quarenta centímetros quadrados) - correspondendo a 6,346% da área total;

III - Estrada Municipal: 1.565,42 m² (um mil, quinhentos e sessenta e cinco metros e quarenta e dois centímetros quadrados) - correspondendo a 0,926% da área total;

IV - Área da Reserva Legal: 33.813,87 m² (trinta e três mil, oitocentos e treze metros e oitenta e sete centímetros quadrados) - correspondendo a 20,000% da área total;

V - Área Remanescente: 17.674,73 m² (dezessete mil, seiscentos e setenta e quatro metros e setenta e três centímetros quadrados) - correspondendo a 10,454% da área total.

Art. 2º Fazem parte desta Lei: requerimento, declaração do INCRA - SC, termos de compromisso de toda a infra-estrutura necessária ao loteamento rural, título de propriedade do imóvel, certidões de antecedentes criminais para fins civis, certidões municipais, termo de averbação de reserva legal, memoriais descritivos, ART's, levantamento planimétrico das áreas de preservação das árvores nativas, pavimentação com pedras irregulares na pista de rolamento bem como a execução de calçada no passeio, drenagem pluvial completa, abastecimento de água potável via poço tubular profundo e suas respectivas redes de distribuição, rede de distribuição, rede de energia elétrica e iluminação pública com braços de 3m, luminária fechada para lâmpada de vapor de sódio 150/250W e, lâmpadas de vapor de sódio 150W, aprovado pela CELESC.

Art. 3º O loteamento ora aprovado deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste em consonância com o disposto na legislação em vigor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de junho de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.061

DECRETO Nº 4.061, DE 17 DE JUNHO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação, no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009 e art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº

4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, criando-se as modalidades de aplicação necessárias e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 120.789,47 (cento e vinte mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.1.033.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0031

157 Aplicação Direta 20.789,47

09.01.15.451.1.033.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0010

184 Aplicação Direta 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do excesso ou provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009 e art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de junho de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.062

DECRETO Nº 4.062, DE 23 DE JUNHO DE 2010.

Decreta desapropriação por utilidade pública, de bem imóvel, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, incisos VI e VII da Lei Orgânica Municipal, nas condições do Decreto nº 3.535, de 10 de outubro de 2007, combinado com o artigo 5º, alínea "m" do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a nova redação que lhe deu a Lei nº 6.602, de 07 de dezembro de 1978; mais o previsto no § 3º do artigo 1.228, combinado com o inciso V do artigo 1275, estes da Lei nº 10.406, de 10.01.2002; ainda o disciplinado no inciso I, item 34, do artigo 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Ficam considerados desapropriados, por utilidade pública, por via amigável, os seguintes bens imóveis:

I - LOTE URBANO NÚMERO UM (01), da quadra nº 31, Série "C", com área superficial de 569,130 m² (quinhentos e sessenta e nove vírgula cento e trinta metros quadrados), sem benfeitorias, situado no Loteamento Menegatti II, nesta Cidade, confrontando: ao NORTE com o lote urbano nº 02, na extensão de 30,31 metros; ao SUL com a Rua Dom Pedro II, na extensão de 30,41 metros; ao LESTE com área remanescente, na extensão de 18,74 metros; e ao OESTE com a Rua Frei Barnabé, na extensão de 18,75 metros, matrícula nº 13.745, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste - SC, constante do Anexo Único deste Decreto.

II - LOTE URBANO NÚMERO DOIS (02), da quadra nº 31, Série "C", com área superficial de 567,31 m² (quinhentos e sessenta e sete vírgula trinta e um metros quadrados), sem benfeitorias, situado no Loteamento Menegatti II, nesta cidade, confrontando: ao NORTE com o lote urbano nº 03, na extensão de 30,21 metros; ao SUL com o lote urbano nº 01, na extensão de 30,31 metros; ao LESTE com a área remanescente, na extensão de 18,76 metros; e ao OESTE com a Rua Frei Barnabé, na extensão de 18,76 metros, matrícula nº 13.746, do Cartório de Registro de Imóveis de São



Lourenço do Oeste - SC, constante do Anexo Único deste Decreto. § 1º Os imóveis mencionados no caput são de propriedade da empresa Imóveis e Loteamentos Menegatti Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 09.327.691/0001-07, com sede a Rua Sete de Setembro, nº 483, Sala 01, Centro, neste Município, representada por seu administrador José Ercolino Menegatti, por seu procurador Ivo Zilli.

§ 2º Em decorrência da desapropriação, o Município pagará aos Expropriados, como indenização, R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) referente ao imóvel descrito no art. 1º, inc. I, e R\$ 53.900,00 (cinquenta e três mil e novecentos reais) referente ao imóvel descrito no art. 1º, inc. II, totalizando o valor de R\$ 107.900,00 (cento e sete mil e novecentos reais), conforme Laudo Técnico de Avaliação e Termo de Acordo firmado entre as partes, constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Os imóveis, objeto desta desapropriação, serão utilizados para fins de edificação de prédio destinado ao funcionamento de Unidade de Saúde do Bairro Cruzeiro.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão utilizados recursos constantes do orçamento municipal em execução, Código da Dotação: 13.01.10.3 01.4506.1.010.4.4.90.00.00.00.00.00.00. Projeto/Atividade: 1.010 - Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de junho de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(Decreto nº 4.062, de 23 de junho de 2010)
Matrículas e Avaliação

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de junho de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N. 135/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2010, de 23/06/2010.

Origem: Processo Licitatório n. 061/2010, Modalidade Tomada de Preços n. 007/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS ABEL ROTA, JOSÉ PANDINI, PEDRO SPRICIGO E BASTIÃO MURARO, COM ÁREA TOTAL DE 4.923,27m²

Valor: R\$ 200.562,65 (Duzentos mil, quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010

Dotação orçamentária: Contrato de Repasse nº 0282165-30/2008-Ministério Das Cidades e Município de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 23/06/2010.

Vigência: 150 (cento e cinquenta) dias, a contar a partir da data de recebimento da ordem de serviço

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

Extrato do Contrato n. 136/2010 PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2010, de 23/06/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 69/2010 - Convite p/ Obras e Serv.

Engenharia nº 13/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA CORONEL BERTASO, ESQUINA COM A RUA TIRADENTES, COM ÁREA TOTAL DE 1.671,51 M².

Valor: R\$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais)

Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010

Dotação orçamentária: Convênio 4431/2010-8 Estado de Santa Catarina, através da Secretaria do Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste e Contrapartida do Município, exercício financeiro de 2010.

Data de Assinatura: 23/06/2010.

Vigência: 90 (noventa) dias, contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Sr. Ivo D'Agostini - pela contratada.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato 04.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-202

CONTRATO n.º 04/2010

Contrato que entre si celebram de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA,, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.971.900/0001-98, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Ernei José Stähelin, doravante denominada simplesmente de PRE-FEITURA, e de outro lado a empresa TECNOPONTO ELETRODOMÉSTICOS E ELETRO-NICOS LTDA EPP, com sede na RUA GENERAL OSÓRIO, n.º1108,Bairro;VELHA; Município de BLUMENAL/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.897.750/0001-08, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação nº 10/2010 - Modalidade: Pregão Presencial, homologado em 20/05/2010, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8.666/93, ao Edital licitatório e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1- O objeto do presente contrato é aquele descrito no edital do processo licitatório n.º 10/2010, qual seja,

1.1.1.2 - Aquisições de 02 Aparelhos de Ar Condicionados Split 7.500 btus, Frio, com controles remotos e instalados.

1.1.1.3 - Aquisição de 01 Aparelho de Ar Condicionado Split 9.500 btus, Frio, com controle remoto e instalado.

1.1.1.4 - Aquisições de 02 Aparelhos de Ar Condicionados Split 12.000 btus, Quente e Frio, com controles remotos e instalados.

1.1.1.5 - Aquisições de 04 Aparelhos de Ar Condicionados Split 12.000 btus, Frio, com controles remotos e instalados.

1.1.1.6 - Aquisições de 02 Aparelhos de Ar Condicionados Split 18.000 btus, Quente e Frio, com controles remotos e instalados.

1.1.1.7 - Aquisições de 05 Aparelhos de Ar Condicionados Split 24.000 btus, Quente e Frio, com controles remotos e instalados

1.1.1.8 - Aquisições de 08 Aparelhos de Ar Condicionados Split 30.000 btus, Frio, com controles remotos e instalados.

1.1.1.9 - Aquisição de 01 Aparelho de Ar Condicionado Split



36.000 btus, Frio, com controle remo-to e instalado.
1.1.1.10 - Aquisição de 01 Aparelho de Ar Condicionado Split
48.000 btus, Frio, com controle re-moto e instalado.

1.2- A CONTRATADA declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste contrato dentre das normas técnicas com qualidade e segurança.

1.3- O objeto deste contrato será fornecido pela CONTRATADA à PREFEITURA, pelo regime de Menor Preço por global conforme disposição do edital n.º 010/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o edital de licitação 10/2010, o termo de homologação e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:

3.1- O preço é aquele constante na proposta apresentada pela empresa no processo licitatório n.º 10/2010, ou seja, R\$ 79.050,00 (setenta e nove mil e cinqüenta reais), não podendo sofrer reajuste de forma alguma.

3.2- O pagamento dar-se-á em 05 (cinco) dias úteis após a entrega da nota fiscal do objeto deste contrato.

3.3- A CONTRATADA e emitirá nota fiscal no valor declarado no item 3.1 supra, para apresentação e cobrança.

3.4- Para o reajustamento dos preços deste contrato, quando se reputar necessário, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a PREFEITURA, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO CONTRATUAL:

5.1- O termo final deste contrato é o dia 31/12/2010.

5.2- O prazo de entrega definitiva do objeto deste contrato é de 05 (cinco) dias, a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E RECURSOS:

6.1- A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da PREFEITURA, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 103.04.01.2008.4.4.90.00.00.0005; 109.04.01.2.006.4.4.90.00.00.0005; 108.04.01.2.006.4.4.90.00.00.0000..

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da PREFEITURA.

7.2- A manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/1993 e apresentadas de conformidade com o edital n.º 01/2010.

7.3- Obriga-se também a CONTRATADA, quando do cumprimento do objeto deste contrato, de que é de sua obrigação a relação de trabalho havida com seus prepostos, mesmo aos que diretamente ligados a efetivação do objeto deste contrato, não se constituindo, assim, qualquer vínculo com a contratante, seja de ordem trabalhista, cível, administrativa, tributária e/ou penal.

7.4- É obrigação da CONTRATADA, também, a garantia do objeto em, no mínimo, dois anos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a

CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto ou, após seu início, paralisação imotivada, inferior a 30 (trinta) dias, de multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto ou, após seu início, paralisação imotivada, superior a 30 (trinta) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato e permitir a sua rescisão;

8.1.3- Pela infração a quaisquer disposições contidas neste contrato e nos dispositivos legais pertinentes, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a PREFEITURA pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a PREFEITURA rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PREFEITURA, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, será-lhe conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA - DAS PRERROGATIVAS DA PREFEITURA:

9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, à PREFEITURA, em relação a este contrato, são conferidos os direitos de:

9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.1.2- Rescindir-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1.1- Por acordo das partes:

10.1.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

10.1.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

10.1.2- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

10.2- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item



supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Adm-nistração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1- O presente contrato poderá ser rescindindo:

11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com an-tecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da PREFEITURA, desde que na ocorrência, independen-temente, de qualquer das seguintes condicionantes:

11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contra-to, por parte da CONTRATADA;

11.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por auto-rização expressa da PREFEITURA, após regular consulta.

11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela PREFEITURA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela PREFEITURA, de caso fortuito ou de forma maior, regu-larmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a PREFEITURA, após regular processo adminis-trativo:

11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

11.1.4.2- Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste contrato.

11.1.4.3- Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Prefeito Municipal, por prazo supe-rior a 60 (sessenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal.

11.1.4.4- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as par-celas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municip-al, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

11.1.4.5- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que im-peçam a execução deste contrato.

11.1.4.6- Fundamentada a rescisão em qualquer dos itens 11.1.4.1 à 11.1.4.5 acima, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.1.5- A não liberação, por parte da PREFEITURA, do veículo Escavadeira Hidráulica para exe-cução do objeto deste contrato, nos prazos contratuais, gera à CONTRATADA o direito de reque-rer a abertura de processo administrativo visando a rescisão contratual.

11.1.6- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimen-

to, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.7- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegu-rado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativa-mente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a PREFEITURA do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à PREFEITURA promover a res-ponsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela PREFEITURA ou pela CONTRATA-DA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital n.º 10/2010.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este ins-trumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de maio de 2010.

Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

TECNO Ponto ELETRODOMÉSTICOS E ELETRONICOS LTDA EPP
CNPJ: 00.897.750/0001-08

Testemunhas:

Contrato nº05.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-202

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO n.º05 /2010

Contrato que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/ MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato repre-sentado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Ernei José Stähelin, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e de outro lado o con-



tratado FIDÊNCIO HUNTEMANN, com sede Rua Major Soares do Nascimento, n.º 70 Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC inscrito no CPF sob o n.º 643.390.769-53, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação n.º 12/2010 - Modalidade: Carta Convite, homologado em 28/05/2010, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei 8.666/1993, ao Edital e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1- O objeto do presente contrato é aquele descrito no Edital do processo licitatório n.º 12/2010, qual seja, a presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa e/ou Entidade especializada para prestação de serviço de arbitragem do Campeonato Inter-municipal de Voleibol em São Pedro de Alcântara/SC.

1.2- A CONTRATADA declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste contrato dentre das normas técnicas com qualidade e segurança.

1.3- O objeto deste contrato será fornecido pela CONTRATADA à PREFEITURA pelo regime de Menor Preço Global, conforme disposição do edital n.º 12/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o edital de licitação n.º 12/2010, o Termo de Homologação e a proposta apresentada pela CONTRATADA na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:

3.1- O preço do presente contrato é aquele constante do termo de homologação do processo licitatório n.º 12/2010, ou seja, R\$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais), não podendo sofrer reajuste de forma alguma.

3.2- Para o pagamento, deverá a CONTRATADA apresentar a nota fiscal de realização do objeto deste contrato, no setor de contabilidade da Prefeitura de São Pedro de Alcântara/SC.

3.3- O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega do objeto, conta-dos da apresentação da nota fiscal;

3.4- Para o reajustamento dos preços deste contrato, quando se reputar necessário, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a PREFEITURA, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO CONTRATUAL:

5.1- O termo deste contrato é o dia 31/07/2010; o prazo para entrega do seu objeto é de imediato (conforme Campeonato) a contar da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E RECURSOS:

6.1- A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da PREFEITURA, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 96.04.01.2.2010.3.3.90.0 0.00.00.0000

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da PREFEITURA.

7.2- Obriga-se também a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/1993 e apresentadas de conformidade com o

edital n.º 12/2010.

7.3- Fica ciente ainda, a CONTRATADA, que é de sua obrigação a relação de trabalho havidas com seus prepostos, mesmo aos que diretamente ligados a efetivação do objeto deste contrato, não se constituindo, assim, qualquer vínculo com a contratante, seja de ordem trabalhista, civil, administrativa, tributária ou penal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto ou, após seu início, paralisação imotivada, inferior a 10 (dez) dias, de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto ou, após seu início, paralisação imotivada, superior a 10 (dez) dias, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato e permitir a sua rescisão;

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a PREFEITURA pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a PREFEITURA rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PREFEITURA, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qual-quer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA - DAS PRERROGATIVAS DA PREFEITURA:

9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/1993, à PREFEITURA, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.1.2- Rescindir-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo das partes:

10.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

10.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

10.1.3- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais,



quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

10.1.3.1- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

10.2- Fica assegurado à PREFEITURA, independentemente de acordo com a CONTRATADA, a imposição das alterações unilaterais previstas na Lei n.º 8.666/1993 e nas demais leis que regem os contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1- O presente contrato poderá ser rescindido:

11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da PREFEITURA, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias no cumprimento do prazo de entrega do objeto deste contrato por parte da CONTRATADA;

11.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da PREFEITURA, após regular consulta.

11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela PREFEITURA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela PREFEITURA, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a PREFEITURA, após regular processo administrativo:

11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

11.1.4.2- Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste contrato.

11.1.4.3- Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Prefeito Municipal, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal.

11.1.4.4- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

11.1.4.5- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

11.1.4.6- Fundamentada a rescisão em qualquer dos itens 11.1.4.1

à 11.1.4.5 acima, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.1.5- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a PREFEITURA do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à PREFEITURA promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela PREFEITURA ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital n.º 12/2010.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei n.º 8.666/1993, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de maio de 2010.

Prefeitura de São Pedro de Alcântara

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

FIDÊNCIO HUNTEMANN

CPF 643.390.769-53

Contrato nº06.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R. 202

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO n.º 06/2010

Contrato que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representada pelo



seu Prefeito Municipal, Sr. Ernei José Stähelin, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e de outro lado a empresa AUTO POSTO SÃO PEDRO LTDA, com sede Rua Vereador Paulino Clasen, n.º185 - Centro, Município de São Pedro de Alcântara/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 80.107.030/0001-30, neste ato representada por seu Diretor/Sócio, Sr. Kiliano Hames Filho, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação n.º 13/2010 - Modalidade: Pregão Presencial, homologado em 09/06/2010, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002, ao edital e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1- O objeto do presente contrato é aquele descrito no edital do processo licitatório n.º 13/2010, qual seja, aquisição parcelada de combustíveis, para abastecimento de veículos e máquinas municipais, com fornecimento diário quando estiverem na sede municipal, sendo obrigação da CONTRATADA o fornecimento do objeto deste contrato dentro do Município de São Pedro de Alcântara, para os veículos elencados no anexo I do edital 13/2010, além dos que a PREFEITURA adquirir durante a vigência deste instrumento.

1.2- A CONTRATADA declara possuir condições de fornecer o objeto deste contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

1.3- O objeto deste contrato será fornecido pela CONTRATADA à PREFEITURA, conforme disposição do edital n.º 13/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o edital de licitação 13/2010, seu anexo I, o termo de homologação da licitação e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:

3.1- Os preços são aqueles constantes na proposta apresentada pela CONTRATADA no processo licitatório n. 13/2010, ou seja, R\$ 271.750,00 (duzentos e setenta e um mil setecentos e cinquenta reais), não podendo sofrer reajuste de forma alguma.

3.1.1- O preço global acima indicado refere-se à seguinte composição unitária:

3.1.1.1- R\$ 2,59 (dois reais e cinquenta e nove centavos) por litro de gasolina;

3.1.1.2- R\$ 2,07 (dois reais e sete centavos) por litro de óleo diesel;

3.2- O pagamento será efetuado no dia 14 de cada mês, ou no próximo dia útil consecutivo, e no último dia útil de cada mês, até o final do contrato.

3.2.1- O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal ou fatura, que deverá ser emitida em nome da PREFEITURA, devendo constar o CNPJ, o número da licitação e da autorização de fornecimento ou contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a PREFEITURA, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO CONTRATUAL:

5.1- A execução completa do objeto desta licitação deverá ocorrer dentro do exercício com termino em 31/12/2010, a contar da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E RECURSOS:

6.1- A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da PREFEITURA, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 86.01.01.2.001.3.3.90.00.

00.0000; 81.02.01.2.002.3.3.90.00.00.0000; 77.03.01.2.003.3.3.90.00.00.0000; 64.04.01.2.005.3.3.90.00.00.000019; 96.04.01.2.010.3.3.90.00.00.0000; 27.05.02.2.011.3.3.90.00.00.0000; 16.06.01.2.014.3.3.90.00.00.0000; 50.07.01.2.016.3.3.90.00.00.0000; 30.07.01.2.017.3.3.90.00.00.0000; 32.10.01.2.023.3.3.90.00.00.0000.

6.2- A fim de otimizar os procedimentos administrativos e garantir um menor custo à Administração Pública, o presente contrato contará com recursos da "Prefeitura Municipal" e do "Fundo Municipal de Saúde", sendo a dotação orçamentária e os pagamentos das notas feitos de acordo com o consumo dos veículos de cada ente

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- Obriga-se a CONTRATADA pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da PREFEITURA.

7.2- Obriga-se também a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/1993 e apresentadas de conformidade com o edital n.º 13/2010.

7.3- É obrigação da CONTRATADA o abastecimento dos veículos elencados no anexo I do edital n.º 13/2010, devendo disponibilizar profissional habilitado para o procedimento desse abastecimento, sempre que necessário.

7.4- É obrigação da CONTRATADA disponibilizar local seguro para o abastecimento dos veículos da PREFEITURA, devendo cumprir todas as normas de segurança e salubridade exigidas e regulamentadas para essa atividade.

7.5- Fica ciente ainda, a CONTRATADA, que é de sua obrigação a relação de trabalho havida com seus prepostos, mesmo aos que diretamente ligados a efetivação do objeto deste contrato, não se constituindo, assim, qualquer vínculo com a PREFEITURA, seja de ordem trabalhista, civil, administrativa, tributária ou penal. 7.6- É obrigação da CONTRATADA, também, a garantia pela tradição do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado no início do fornecimento do objeto, ou após seu início, paralisação imotivada, inferior a 30 (trinta) dias, de multa de 1,00% (um por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado no início do fornecimento do objeto, ou após seu início, paralisação imotivada, superior a 30 (trinta) dias, multa de 10,00% (dez por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato e permitir a sua rescisão;

8.1.3- Pela infração a quaisquer disposições legais pertinentes ao objeto, multa de 2,00% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a PREFEITURA pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da



CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a PREFEITURA rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PREFEITURA, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA - DAS PRERROGATIVAS DA PREFEITURA:

9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/1993, à PREFEITURA, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.1.2- Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1.1- Por acordo das partes:

10.1.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

10.1.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

10.1.1.3- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

10.1.2- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1- O presente contrato poderá ser rescindindo:

11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da PREFEITURA, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

11.1.2.3- A sub-contratação total ou parcial do objeto deste contrato.

11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da PREFEITURA, após regular consulta.

11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da es-

trutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela PREFEITURA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela PREFEITURA, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a PREFEITURA, após regular processo administrativo:

11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

11.1.4.2- Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25,00% (vinte e cinco por cento) do valor total deste contrato.

11.1.4.3- Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Prefeito Municipal, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal.

11.1.4.4- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

11.1.4.5- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

11.1.4.6- Fundamentada a rescisão em qualquer dos itens 11.1.4.1 à 11.1.4.5 acima, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.1.5 - Também incidirá na rescisão contratual o cumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso, do art. 27, da lei n.º 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a PREFEITURA do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à PREFEITURA promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela PREFEITURA ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital n.º 13/2010.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei n.º 8.666/1993, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de junho de 2010.

Município de São Pedro de Alcântara

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

AUTO POSTO SÃO PEDRO LTDA

CNPJ: 80.107.030/0001-30

Kiliano Hames Filho

Sócio Proprietário

Testemunhas:

Contrato n°07.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R-202

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO n.º 07/2010

Contrato que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Ernei José Stähelin, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e de outro lado a empresa RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 86.183.381/0001-07, localizada na Rod.BR-101 Km 200, Serraria, São José/SC doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação n.º 15/2010 - Modalidade: inexigibilidade de licitação - homologado em 26/05/2010, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei 8.666/1993, ao Edital e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1- O objeto do presente contrato é aquele descrito no edital do processo licitatório n.º 15/2010, qual seja: a aquisição de Vale Transporte para os servidores da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o edital de licitação n.º 15/2010, o Termo de Homologação e a proposta apresentada pela CONTRATADA na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:

3.1- A PREFEITURA pagará à CONTRATADA pela prestação de serviços definidos na cláusula supra, o valor global de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

3.2- Para o pagamento, deverá a CONTRATADA apresentar nota fiscal de realização do objeto até o último dia útil de cada mês, no valor da parcela correspondente, no setor de contabilidade da Prefeitura.

3.3- Para o reajustamento dos preços deste contrato, quando se

reputar necessário, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

3.4- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a PREFEITURA, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a PREFEITURA, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO CONTRATUAL:

5.1- O termo final deste contrato é o dia 31/12/2010, sendo seu início a data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E RECURSOS:

6.1- A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da PREFEITURA, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 03.01.4.122.3.2003.3.3.9 0.00.00.00.00.0000; 04.01.12.361.4.2006.3.3.90.00.00.00.0000; 04.01.12.365.2.2008.3.3.90.00.00.00.0000; 07.01.26.782.22.201 6.3.3.90.00.00.00.0000; 07.01.15.452.22.2017.3.3.90.00.00.00.0000; 10.10.20.606.16.2023.3.3.90.00.00.00.0000

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da PREFEITURA.

7.2- Obriga-se também a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/1993 e apresentadas de conformidade com o edital n.º 15/2010.

7.3- Fica ciente ainda, a CONTRATADA, que é de sua obrigação a relação de trabalho havida com seus prepostos, mesmo aos que diretamente ligados a efetivação do objeto deste contrato, não se constituindo, assim, qualquer vínculo com a contratante, seja de ordem trabalhista, civil, administrativa, tributária ou penal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto ou, após seu início, paralisação imotivada, inferior a 10 (dez) dias, de multa de 1,00% (um por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto ou, após seu início, paralisação imotivada, superior a 10 (dez) dias, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato e permitir a sua rescisão;

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a PREFEITURA pelos prejuízos resultantes da infração e



após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a PREFEITURA rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PREFEITURA, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, será-lhe conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA - DAS PRERROGATIVAS DA PREFEITURA:

9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/1993, à PREFEITURA, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.1.2- Rescindir-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1.1- Por acordo das partes, quando conveniente à substituição da garantia de execução.

10.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

10.1.3- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

10.1.3.1- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1- O presente contrato poderá ser rescindido:

11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da PREFEITURA, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, por culpa da CONTRATADA, na entrega do objeto, conforme prazos estabelecidos neste instrumento;

11.1.2.3- A sub-contratação total ou parcial do objeto deste contrato.

11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da PREFEITURA, após regular consulta.

11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da es-

trutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela PREFEITURA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela PREFEITURA, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

11.1.4- A não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto, gera à CONTRATADA o direito de requerer a abertura de processo administrativo visando a rescisão contratual.

11.1.5- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a PREFEITURA do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à PREFEITURA promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela PREFEITURA ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital n.º 15/2010.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei n.º 8.666/1993, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de junho de 2010.

Município de São Pedro de Alcântara

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA

CNPJ: 86.183.381/0001-07

Testemunhas:



Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei No 1.799/2010

LEI No 1.799/2010

cria o Programa Municipal de Apoio à Agricultura e Pecuária do Município de Schroeder - PROAGRO-SCHROEDER, e dá outras providências.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Apoio à Agricultura e Pecuária do Município de Schroeder - PROAGRO-SCHROEDER, nos termos da presente Lei Municipal.

Art. 2º O PROAGRO-SCHROEDER constitui-se em ações de promoção do desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias no Município de Schroeder, por meio dos seguintes subprogramas:

- I - Patrulha Agrícola Mecanizada;
- II - Serviço de Inseminação Artificial em Bovinos - SIAB;
- III - Serviço de Apoio Veterinário aos produtores rurais - SIAV;
- IV - Serviço de Apoio Agrônômico aos produtores rurais - SIAA.

CAPITULO I

Da Patrulha Agrícola Mecanizada

Art. 3º A Patrulha Agrícola Mecanizada é composta de equipamentos pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, registrados na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria Comércio e Turismo, que vierem a ser utilizados nos serviços agrícolas, bem como por equipamentos de terceiros que tiverem que ser contratados pela necessidade e volume do serviço a ser executado.

Parágrafo único - Dentre as ações a serem desenvolvidas pela Patrulha Agrícola Mecanizada, enquadram-se serviços de terraplenagem para edificação de instalações para animais e agroindústrias, em favor da expansão da produção de leite, carnes e da produção de manufaturas, e a abertura de valas para instalação de bioesterqueiras e para o armazenamento de silagem, e ainda, abertura de valas para instalação de equipamentos para o controle de esgoto doméstico, dentre outras afetas à atividade rural.

Art. 4º Terão direito à prestação dos serviços da patrulha agrícola os proprietários, possuidores ou arrendatários de imóveis cuja destinação final seja agropecuária, de acordo com o cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal de Schroeder, ou que possuam o registro de Produtor Rural.

Art. 5º O planejamento e administração do serviço de Patrulha Agrícola Mecanizada serão efetuados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, em consonância com outros órgãos ligados às questões agrícolas.

Art. 6º O agricultor ou pecuarista beneficiado com os serviços da Patrulha Agrícola Mecanizada pagará por hora trabalhada, ao município, os seguintes valores:

I - para os serviços de aração, gradagem, ensilagem e distribuição de esterco líquido, valor correspondente a 0,2 UFM (dois décimos da Unidade Fiscal do Município) por hora efetivamente trabalhada

na propriedade agrícola;

II - para o serviço de rotavação, valor correspondente a 0,3 UFM (três décimos da Unidade Fiscal do Município) por hora efetivamente trabalhada na propriedade agrícola;

III - para o serviço de pulverização de bananais, valor correspondente a 0,5 UFM (cinco décimos da Unidade Fiscal do Município) por hora efetivamente trabalhada na propriedade agrícola;

IV - para os serviços terceirizados pela Prefeitura Municipal de Schroeder, o agricultor ou pecuarista pagará o equivalente à metade do valor devido à empresa terceirizada pelas horas efetivamente trabalhadas na propriedade agrícola.

Parágrafo único - Nos casos previstos no Art. 6º, IV da presente Lei, restringe-se a disponibilização do maquinário para o agricultor ou pecuarista nos limites abaixo:

- a. Máquina esteira: 8 horas/bimestre;
- b. Escavadeira hidráulica: 7 horas/bimestre;
- c. Máquina retro-escavadeira: 7 horas/bimestre.

Art. 7º Os produtores que possuem equipamento similar ao da Patrulha Agrícola Mecanizada somente serão atendidos quando não houver outras solicitações de serviços pendentes.

Art. 8º A manutenção da Patrulha Agrícola Mecanizada será de responsabilidade da Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo.

CAPITULO II

Do Serviço de Inseminação Artificial em Bovinos

Art. 9º O Serviço de Inseminação Artificial em Bovinos - SIAB está disponível aos pecuaristas cadastrados como produtores rurais junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, ou aos munícipes que se utilizem da criação para subsistência, desde que também cadastrados, e se destina ao aprimoramento do rebanho bovino do Município, com o conseqüente aumento da produtividade do gado bovino leiteiro e de corte.

Art. 10. O pecuarista que solicitar do Município a inseminação de seu rebanho bovino terá disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Schroeder a mão-de-obra para a inseminação e os materiais necessários para tal, incluindo-se o sêmen.

Art. 11. A taxa de inseminação a ser paga à Prefeitura Municipal de Schroeder corresponde a 0,15 UFM (quinze centésimos da Unidade Fiscal do Município) por animal inseminado.

CAPITULO III

Do Serviço de Apoio Veterinário aos produtores rurais

Art. 12. O SIAV está disponível aos agricultores cadastrados como produtores rurais junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, e se destina a promover o atendimento emergencial, por profissional técnico-especializado, aos animais destinados à criação comercial ou de subsistência.

Art. 13. O agricultor que solicitar o atendimento do SIAV terá à sua disponibilidade o profissional médico-veterinário para atendimento das demandas emergenciais da criação, cujo deslocamento para clínica especializada possa acarretar qualquer tipo de dano ao animal.

Parágrafo único - O SIAV não se destina ao atendimento de pequenos animais que não se prestem à criação comercial, nem a atendimentos rotineiros a animais destinados a tal fim, devendo



o agricultor, nesse caso, buscar o atendimento da rede particular de clínicas veterinárias.

Art. 14. Não haverá custo para o atendimento emergencial no âmbito do SIAV, tanto da prestação do serviço quanto do material utilizado.

Parágrafo único - Os materiais necessários à efetivação dos atendimentos do SIAV estão discriminados no Anexo I da presente Lei, cabendo aos agricultores providenciar a aquisição de quaisquer medicamentos que não se encontrem no rol previsto nesse Anexo.

CAPITULO IV

Do Serviço de Apoio Agrônômico aos produtores rurais

Art. 15. O SIAA está disponível aos agricultores cadastrados como produtores rurais junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, e se destina a promover as seguintes ações:

- I - Acompanhamento e Assistência Técnica da Municipalidade;
- II - Incentivo ao reflorestamento através de repasse de mudas de essências Florestais, produzidas ou não em viveiro da municipalidade;
- III - Promoção da profissionalização dos agricultores através de cursos de capacitação.

Art. 16. O agricultor que solicitar o atendimento do SIAA terá à sua disponibilidade os profissionais técnicos necessários para atendimento das demandas produtivas, de acordo com as ações requisitadas.

Art. 17. Não haverá custo para o atendimento no âmbito do SIAA, exceto quanto aos serviços que não dependam exclusivamente da Prefeitura Municipal de Schroeder, situação em que tais custos deverão ser arcados pelo produtor rural.

CAPITULO V

Disposições Finais

Art. 18. A concessão de quaisquer dos benefícios instituídos nesta Lei processar-se-á mediante a assinatura, pelo beneficiário, de termo de compromisso e execução como forma de contrapartida dos incentivos solicitados:

- I - execução de práticas de recuperação e conservação do solo, em especial, de combate à erosão, no imóvel que o beneficiário tenha posse, ou seja, proprietário;
- II - substituição gradual do uso de agrotóxicos por métodos e elementos de controle de plantas espontâneas (ervas daninhas), insetos e outros agentes externos, que não agredam ou poluam o meio ambiente;
- III - obrigatoriedade de preservação de área de verde nativa ou reflorestada, correspondente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) das áreas de posse ou propriedade do beneficiário, quando aplicável.

Art. 19. Para execução de quaisquer dos benefícios instituídos nesta Lei, é indispensável que o interessado instrua requerimento, comprovando no mínimo os seguintes documentos:

- I - Identidade e cadastro de pessoa física;
- II - Domicílio residencial no Município de Schroeder(SC);
- III - Comprovante de propriedade ou arrendamento de imóvel, no Município de Schroeder(SC);
- IV - Possuir bloco de notas de produtor rural cadastrado no Município de Schroeder (SC), ou imóvel cadastrado como de utilização agrícola no cadastro imobiliário municipal de Schroeder(SC);
- V - Comprovante de negativa de débitos tributários com o Municí-

pio de Schroeder(SC).

Art. 20. O Poder Público Municipal providenciará as formas de cobrança das taxas previstas nesta Lei, de modo que, ao final, todo o valor arrecadado seja depositado nos cofres da Municipalidade, a título de "Receitas Diversas", sendo tais valores revertidos em prol das ações discriminadas nesta Lei.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 1.473/2005.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

LEI No 1.799/2010

Anexo I

Listagem Básica de Medicamentos do SIAV

Antibióticos:

Enrofloxacin 10% em frascos de 50 ml
Benzilpenicilina benzatina 600000UI+benzilpenicilina procaína 300000UI+ benzilpenicilina potássica+Diitreptomicina base + Estreptomicina base com 15 ml de água para injeção para diluição
Oxitetraciclina base em frascos de 50 ml
Diaceturato de 4,4' diazoamino dibenzamidina em frascos de 30 ou 100 ml

Antiflamatários:

Diclofenaco Sódio em frascos de 50 ml
Flunixinina meglumina em frascos de 50 ml

Anti-espasmódico:

N-butil brometo de hioscina + dipirona Sódica em frascos de 50 ml

Hormônios:

Ocitocina em frascos de 5ml ou 50 ml

Anestésicos:

Cloridrato de lidocaína + epinefrina em frascos de 50 ml
Cloridrato de xilazina em frascos de 10 ml

Outros materiais:

Luva de procedimento caixa de 50 pares
Luva de palpação pacote com 25 luvas
Algodão pacote com 500g
Gaze pacote com 500 unidades
Lâmina de bisturi 24 caixas com 100 ou unitário
Agulha 40x12 caixa com 100 unidades
Agulha 30x8 caixa com 100 unidades
Seringa 2ml caixa
Seringa 10ml caixa
Seringa 5ml caixa
Seringa 3ml caixa
Fio para sutura catgut 0 e 2-0
Fio para sutura Nylon 0 e 2-0
Álcool 70 %frasco de 1L
Iodo povidine frasco com 1L
Tintura de iodo frasco com 1L



Vitaminas e vermífugos:

-Tônico Revigorante: Vitamina E Acetato+ Vitamina B12 +Monoglutamato de sódio+ Cloridrato de L-lisina + glicina + DL-metionina + cloridrato de L-Arginina + L-valina + L - triptofano + cloridrato de L-Histidina + L-Leucina Selenito de Sódio Anidro + Sulfato de cobre + Cloreto de Cobalto + Cloreto de sódio + Cloreto de Zinco + Iodeto de Potássio + Hipofosfito de Cálcio + Cloreto de Magnésio em água de injeção em frascos de 100ml.

-Ivermectina 1% em frascos de 50 ml

-Doramectin 1% em frascos de 50 ml

-Cloridrato de levamisol 7,5 g em frascos de 100ml

-Albendazol micronizado via oral em frascos de 1L

-Vitamina K hidrossolúvel em frascos de 20ml

-Boroglutato de cálcio + glicerofosfato de sódio + cloreto de magnésio + cafeína + dextrose em frascos de 50, 100, 200, 500 e 1000ml

-Acetil-D-L metiimina +cloreto de colina +Cloreto de tiamina + Cloridrato de piridoxina + cloreto de L-arginina + ribovlavina + Nicotinamida + Pantotenato de Cálcio + Glicose em frasco de 100ml

Mata bicheiras, cicatrizante e repelente:

Sulfadiazina prata + cipermetrina + DDVP + alumínio + Butano + excipiente em frascos spray de 500ml

Lei No1.798/2010

LEI No1.798/2010

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, PARA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ABRIGAMENTO DE MENORES.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a firmar convênio com o Município de Guaramirim, para a execução de políticas públicas de abrigo de menores em situação de risco, como parte inerente da política de atendimento à criança e ao adolescente no Município.

§1º O abrigo atenderá crianças e adolescentes do Município que tenham seus direitos ameaçados ou violados, vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência e em situação de abandono, entre outros, e que necessitem de proteção.

§2º O abrigo não exclui a possibilidade de implantação do Programa Família Acolhedora de Crianças e Adolescentes, previsto na Lei n.º 1.781/2010, de Schroeder.

Art. 2º Para fins de abrigo de menores, o Município de Guaramirim destinará vagas no Serviço de atendimento na modalidade de Acolhimento Institucional, órgão componente da estrutura do Poder Executivo Municipal de Guaramirim, criado pela Lei Municipal n.º 3.723/2010, publicada em 17 de maio de 2010.

Art. 3º Para consecução dos objetivos desta Lei, o Município de Schroeder destinará, como contraprestação pecuniária, o valor mensal de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), provenientes do Orçamento Municipal - Exercício 2010, na rubrica 04.01.2.056 - Fundo Municipal de Assistência Social - Secretaria de Assistência Social - Diretoria de Assistência Social - Assistência a Criança e Adolescente.

Art. 4º As ações pertinentes a cada um dos participantes serão detalhadas no ato de convênio.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 1.796/2010

LEI Nº 1.796/2010

AUTORIZA A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS, PARA REALIZAÇÃO DA CAMPANHA "COMPRA FELIZ" - 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a conceder contribuição no valor de até R\$6.000,00 (seis mil reais), à Associação Empresarial de Schroeder - ACIAS, para utilização na Campanha "Compra Feliz" - 2010.

§ 1º Os recursos serão repassados até o dia 30 de outubro de 2010;

§ 2º O beneficiário deverá prestar contas à Prefeitura Municipal de Schroeder do valor repassado em até 60 (sessenta) dias após o repasse;

Art. 2º Os recursos repassados deverão ser utilizados especificamente no desenvolvimento das ações da Campanha "Compra Feliz" - 2010, a ser desenvolvida pela entidade beneficiada com o repasse;

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da Dotação Orçamentária 07.01.2.040.3.3.50.41.00 - Contribuições, proveniente da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, devidamente inscritos na Lei Orçamentária Anual do exercício corrente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 22 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Lei Nº1.795/2010

LEI Nº1.795/2010

CORRIGE A DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SCHROEDER, PREVISTAS NA LEI N.º 98, DE 18 DE MARÇO DE 1971.



FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica corrigida a denominação da Biblioteca Pública Municipal de Schroeder, cuja denominação passa a ser "Biblioteca Pública Municipal Cruz e Sousa".

Art. 2º A Biblioteca Pública Municipal Cruz e Sousa tem sede em prédio próprio do Poder Público Municipal, localizado à Rua Paulo Jahn, n.º 325, no Município de Schroeder.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as previstas na Lei n.º 98, de 18 de março de 1971.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Lei Nº1.797/2010

LEI Nº1.797/2010

AUTORIZA A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA VITÓRIA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a conceder contribuição no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), à Associação Recreativa e Esportiva Vitória, para cobrir custos relativos à participação da equipe de Bolão Feminino 23 no Campeonato Brasileiro de Clubes Bola 23, a ser realizado na cidade de Marechal Cândido Rondon, no estado do Paraná, no período de 8 a 11 de julho do corrente ano.

§ 1º Os recursos serão repassados até o dia 1º de julho de 2010;

§ 2º O beneficiário deverá prestar contas à Prefeitura Municipal de Schroeder do valor repassado em até 60 (sessenta) dias após o repasse;

Art. 2º Os recursos repassados deverão ser utilizados especificamente no desenvolvimento das atividades relativas à participação da equipe de Bolão Feminino 23 no Campeonato Brasileiro de Clubes Bola 23.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da Dotação Orçamentária 05.01.2.039.3.3.50.41.00 - Contribuições, proveniente da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Setor de Esporte, devidamente inscritos na Lei Orçamentária Anual do exercício corrente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.

2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 22 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Lei Nº1.800/2010

LEI Nº1.800/2010

AUTORIZA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SCHROEDER STRASSE FM.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a conceder subvenção social no valor total de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), à Associação Rádio Comunitária Schroeder Strasse FM, para execução do Projeto Divulgue Schroeder, cujo objetivo é a divulgação dos pontos turísticos do Município, das ações nas áreas de educação, saúde e assistência social, em caráter educacional e de orientação, dentre outras atividades relativas à comunicação social à população.

§ 1º Os recursos serão repassados mensalmente, com início a contar do mês de julho de 2010, e parcelas mensais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

§ 2º O beneficiário deverá prestar contas à Prefeitura Municipal de Schroeder do valor repassado em até 30 (trinta) dias após o repasse;

§ 3º O repasse da parcela do mês subsequente está condicionado a Prestação de Contas da parcela anterior.

Art. 2º Os recursos repassados deverão ser utilizados conforme plano de aplicação mensal a ser objeto de ajuste entre as partes.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da Dotação Orçamentária 05.03.2.027.3.3.50.43.00.00 - Subvenção Social, proveniente da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Setor de Cultura, devidamente inscritos na Lei Orçamentária Anual do exercício corrente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 22 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete



Lei Nº1.801/2010

LEI Nº1.801/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal abrir um Crédito Suplementar Especial, na Lei Orçamentária vigente no valor de R\$60.000,00 (Sessenta mil reais), nas seguintes dotações:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

3.3.50.41.00.00.00.00.0.1.0052.0 - ContribuiçõesR\$14.000,00

3.3.50.41.00.00.00.00.0.1.0000.0 - ContribuiçõesR\$46.000,00

Art. 2º Os recursos para a cobertura do Art. 1º serão oriundos da anulação parcial dos elementos orçamentários abaixo discriminados, constantes da Lei Orçamentária Anual nº1.757/2009 de 16 de outubro de 2010.

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

3.1.71.11.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Transferência a Consórcios Públicos - Pessoal CivilR\$10.000,00

3.1.71.13.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Transferência a Consórcios Públicos - Obrigações PatronaisR\$ 4.000,00

3.1.71.11.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transferências a Consórcios Públicos - Pessoal CivilR\$35.000,00

3.1.71.13.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transferências a Consórcios Públicos - Obrigações PatronaisR\$11.000,0

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 22 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Lei Nº1.802/2010

LEI Nº1.802/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal abrir um Crédito Suplementar Especial, na Lei Orçamentária vigente no valor de R\$12.000,00 (Doze mil reais), nas seguintes dotações:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUT.DAS ATIVIDADES CULTURAIS 3.3.50.46.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Subvenções SociaisR\$12.000,00

Art. 2º Os recursos para a cobertura do Art. 1º serão oriundos da anulação parcial do elemento orçamentário abaixo discriminado, constantes da Lei Orçamentária Anual nº1.757/2009 de 16 de outubro de 2010.

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA

03.02.04.122.0003.2.004 - MANUT.DO SETOR DE GESTÃO INFORMÁTICA E PROTOCOLO

3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa JurídicaR\$12.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 22 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002120/10

DECRETO Nº 002120/10 DE 22 DE JUNHO DE 2010

Abre crédito especial - anulação de dotação no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001801/10 de 22 de Junho de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

3.3.50.41.00.00.00.00.0 - ContribuicoesR\$ 14.000,00

3.3.50.41.00.00.00.00.0 - ContribuicoesR\$ 46.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE



3.1.71.13.00.00.00.00 - Transf. a Consórcios Públicos - Obrigações Patrona R\$ 11.000,00
 3.1.71.13.00.00.00.00 - Transf. a Consórcios Públicos - Obrigações Patrona R\$ 4.000,00
 3.1.71.11.00.00.00.00 - Transf. a Consórcios Públicos - Pessoal Civil R\$ 10.000,00
 3.1.71.11.00.00.00.00 - Transf. a Consórcios Públicos - Pessoal Civil R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 22 de Junho de 2010
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS
 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
 Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002121/10

DECRETO Nº 002121/10 DE 22 DE JUNHO DE 2010

Abre crédito especial - anulação de dotação no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001802/10 de 22 de Junho de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 12.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 05.03 - SETOR DE CULTURA
 05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
 3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R\$ 12.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
 03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA
 03.02.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO, INFORMÁTICA E PROTOCOLO
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 12.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 22 de Junho de 2010
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS
 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
 Chefe de Gabinete

Resolução N.º 01/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER

RESOLUÇÃO N.º 01/2010

Estabelece normas para aprovação de aluguel do imóvel da Igreja Cristo; prestação do recebimento de equipamentos; aprovação prestação de contas; aprovação para realização de Fórum.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Schroeder (SC), instituído pela Lei Municipal n.º 818, de 05 de outubro de 1993, no uso de suas atribuições legais e

Considerando a reunião ordinária realizada na data de 12 de março de 2010, em que discutiram-se a aprovação do aluguel do imóvel da Igreja Cristo no valor R\$ 1.800,00/mês para a academia, profissionais do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e os profissionais psicóloga, terapeuta ocupacional, nutricionista fonoaudióloga, avaliador físico. O CMS (Conselho Municipal de Saúde) recebeu um computador e uma impressora que estão instalados e adequado ao CMS, e aprova o recebimento de equipamentos como televisão, DVD, antena parabólica, etc., para o fortalecimento do controle social e apoio ao Programa de Inclusão Digital; Aprovação da prestação de contas do FMS (Fundo Municipal de Saúde) dos meses de outubro, novembro e dezembro de dois mil e nove; Aprovação da realização de Fórum para escolha dos conselheiros não governamentais, através de convite para todas entidades inscritas no Conselho de Assistência Social.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a ata n.º159/2010 sobre assuntos a seguir: aluguel do imóvel da Igreja Cristo no valor de R\$ 1.800,00/mês; prestação do recebimento de equipamentos para o CMS; prestação de contas do FMS dos meses de outubro até dezembro de dois mil e nove; realização de Fórum para escolha de conselheiros municipais de saúde não governamentais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 15 de março de 2010.

JERRI LUCIANO KLABUNDE
 Presidente do CMS

Resolução N.º 02/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER

RESOLUÇÃO N.º 02/2010

Estabelece normas para aprovação de pagamento de consulta ortopédica infantil; aprovação do Pacto pela Saúde - Indicadores 2010/2011; aprovação do Pacto Ambiental, Vigilância em Saúde e Sanitária - PAVS 2010/2011.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Schroeder (SC), instituído pela Lei Municipal n.º 818, de 05 de outubro de 1993, no uso de suas atribuições legais e



Considerando a reunião ordinária realizada na data de 30 de abril de 2010, em que discutiram-se a aprovação do pagamento de consulta ortopédica infantil para dar continuidade ao tratamento para D.F.C.C. - 11 anos, com recursos do Fundo Municipal de Saúde até o momento em que haja aumento da oferta SUS, visto que era atendido enquanto estava acolhido institucionalmente no Lar da Criança Marcos Valdir Moroso; Aprovação do Pacto pela Saúde - Indicadores 2010/2011; aprovação do Pacto Ambiental, Vigilância em Saúde e Sanitária - PAVS 2010/2011.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a ata n.º 160 sobre assuntos a seguir: pagamento de consulta ortopédica infantil; Pacto pela Saúde - Indicadores 2010/2011; Pacto Ambiental, Vigilância em Saúde e Sanitária - PAVS 2010/2011.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 03 de maio de 2010.
JERRI LUCIANO KLABUNDE
Presidente do CMS

Resolução N.º 03/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
RESOLUÇÃO N.º 03/2010

Estabelece normas para aprovação de pagamento de exame OCT (Tomografia de Coerência Óptica; Aprovação de compra de ultrassonografia; Aprovação do Pacto pela Saúde - Planilha de Pactuação das Responsabilidades - TCG (Termo de Compromisso de Gestão); Aprovação do Plano Municipal de Saúde; Aprovação do Relatório Anual de Gestão.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Schroeder (SC), instituído pela Lei Municipal n.º 818, de 05 de outubro de 1993, no uso de suas atribuições legais e

Considerando a reunião ordinária realizada na data de 28 de maio de 2010, em que discutiram-se a aprovação do pagamento de exame OCT (Tomografia de Coerência Óptica para A.W.; Aprovação de compra de vinte ultrassonografias/mês; Aprovação do Pacto pela Saúde - Planilha de Pactuação das Responsabilidades - TCG (Termo de Compromisso de Gestão); Aprovação do Plano Municipal de Saúde gestão 2009 - 2012; Aprovação do Relatório Anual de Gestão 2010 ano base 2009.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a ata n.º 162 sobre assuntos a seguir: aprovação de pagamento de exame OCT (Tomografia de Coerência Óptica; Aprovação de compra de ultrassonografia; Aprovação do Pacto pela Saúde - Planilha de Pactuação das Responsabilidades - TCG (Termo de Compromisso de Gestão); Aprovação do Plano Municipal de Saúde; Aprovação do Relatório Anual de Gestão.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 31 de maio de 2010.
JERRI LUCIANO KLABUNDE
Presidente do CMS

Aviso de Pregão Presencial N° 18/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 18/2010 - FMS
PROCESSO N°. 31/2010-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço POR ITEM nº. 18/2010 - FMS.

OBJETO: aquisição de material permanente para as Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 12 de julho de 2010 às 08h45min.

Abertura do Processo: 12 de julho de 2010 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder
A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 24 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial N° 55/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 55/2010 - PMS
PROCESSO N°. 107/2010-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço POR ITEM nº. 55/2010 - PMS.

OBJETO: Aquisição de tubos para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de julho de 2010 às 08h45min.

Abertura do Processo: 09 de julho de 2010 às 09h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 24 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal



Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços No 19/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS No 19/2010 - FMS

PROCESSO Nº. 32/2010-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS do tipo menor preço POR ITEM nº. 19/2010 - FMS.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de julho de 2010 às 14h.

Abertura do Processo: 09 de julho de 2010 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder
A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 24 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

I Errata de Edital Pregão Presencial Nº. 16/2010-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

I ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2010-FMS

PROCESSO Nº. 27/2010-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata e inclusão de item referente ao objeto do Edital de Pregão Presencial nº. 16/2010-FMS, aquisição de material odontológico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), ficando assim determinado:

Leia-se:

1.1. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

a) Data: 07 de julho de 2010.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3 - O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 07 de julho de 2010 às 09h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1 - C.

7.1.14. Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em nome da fabricante do material. (para os materiais em que tal autorização é obrigatória, de preferência constar o número do item a que se refere).

Inclusão:

7.1.15. Licença de funcionamento expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da sede do licitante, válida para o ano em exercício.

Schroeder, 23 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Termo de Homologação da Chamada Pública No 02/2010-PMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA No 02/2010-PMS

O Prefeito Municipal FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o credenciamento da rádio:

- REDE DE COMUNICAÇÕES PÉROLA DO VALE LTDA.

Sendo o valor a ser pago de R\$ 22,00 (Vinte e dois reais), por inserção de 30 segundos, para o credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias AM e FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guarimir, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC.

Schroeder, 23 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2010-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 31/2010 - DL

Processo Nr.: 111/2010

Data: 23/06/2010

Folha: 1/2

Fornecedor: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Código: 10016

Endereço: ROD. BR 101 KM200 Nº5.018

Cidade: SÃO JOSÉ - SC

CNPJ: 06.224.121/0003-65

Inscrição Estadual: 254873057

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para revisão de 500 (quinhentas) horas da Escavadeira Hidráulica New Holland, E215B, ano de fabricação 2010 lotada na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	FILTRO ELEMENTO SEPARADOR - 87393393	UN	271,76	271,76
2	1,00	FILTRO DE ÓLEO MOTOR - 87638113	UN	189,00	189,00
3	2,00	FILTRO DE COMBUSTIVEL - 87638196	UN	148,63	297,26
4	1,00	ÓLEO 15 W 40 - 20 LITROS - NH330H	UN	206,00	206,00
5	1,00	CONJUNTO ELEMENTO FILTRO 87564844	UN	330,00	330,00
6	1,00	CONJUNTO ELEMENTO FILTRO 87564846	UN	410,83	410,83
7	1,00	ÓLEO NH 140 - 20 LITROS	UN	199,00	199,00
8	4,00	ÓLEO NH 46 - 20 LITROS	UN	295,00	1.180,00
9	1,00	ÓLEO NHAF20W30 - 20 LITROS	UN	218,89	218,89
10	1,00	SEERVIÇOS DE TROCA DE ÓLEO E FILTROS	UN	600,00	600,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

TEXTO

De acordo com pedido feito pela Secretaria de Obras e serviços Urbanos o período de garantia ofertado pelo fabricante é de 1 (um) ano sem limites de horas, contado a partir da data da entrega técnica. A manutenção da máquina é exclusiva de fornecedor original da mesma, sendo que a entrega técnica ocorreu dia 01 de março de 2010.

SCHROEDER, 23 de Junho de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 31/2010 - DL

Processo Nr.: 111/2010
Data: 23/06/2010

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 21 de Junho de 2010

Valor da Despesa: 3.902,74 (três mil novecentos e dois reais e setenta e quatro centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APOS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2010-FAS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 6/2010 - DL**

Processo Nr.: 16/2010
Data: 23/06/2010

Folha: 1/2

Fornecedor: ROSANGELA FÁTIMA ZARICHTA ME
Endereço: RUA JOÃO AMBROSIO DA SILVA, Nº 824
Cidade: SÃO JOSÉ - SC
CNPJ: 07.612.050/0001-79

Código: 11638

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em desinsetização e desratização no Centro de referencia de Assistência Social - CRAS, da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	<p>CRAS - imóvel de 259,83m², subdividido em 05 salas, 02 baheiros, 01 cozinha e uma área aberta.</p> <p>DESINSETIZAÇÃO</p> <p>A desinsetização deverá ser realizada na área interna e externa para controlar insetos rasteiros (baratas, traças, formigas e aranhas.) Com produtos específicos com elevado poder residual na formulação solução concentrada. Devido à alta estabilidade de formulação SC (solução concentrada), as moléculas não se evaporam e não se dispersam, portanto, a calda para aplicação interna não causa manchas e não deixa resíduos visíveis. A desinsetização deverá ser realizada em todos os pontos internos e externos que possam ser fontes de alimentação, procriação ou passagem, batentes de portas e janelas, ralos, banheiros, cantos superiores e inferiores e outros possíveis pontos de infestação.</p> <p>Obs. Incluso área de cobertura.</p> <p>Equipamentos Utilizados:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Bomba manual de baixa pressão;</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Atomizador Elétrico;</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Pulvilhadeira.</p> <p>Produto utilizado na Dedetização:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Princípio Ativo: Deltametrina</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Grupo Químico: Piretróides</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Fórmula Química: C22H19Br2NO3</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Antídoto: Anti-Histamínico e tratamento sintomático.</p> <p><input type="checkbox"/></p> <p>DESRATIZAÇÃO</p> <p>O controle deverá ser feito com a utilização de produtos que matam o animal por ingestão, sempre colocado em porta iscas inviolável ou posto de iscagens fixos, formaremos um anel sanitário de proteção, na área externa da residência.</p> <p>As vistorias mensais de acompanhamento (monitoramento), com a finalidade de reabastecer os pontos de iscagem, monitorando áreas críticas e sugerindo mudanças que se façam necessárias (barreira física), para o sucesso do trabalho.</p> <p>Todos os produtos utilizados, em respeito à legislação vigente, possuem seus registros no Ministério da Saúde e possuem suas A.U.Ps (Autorização de Uso de Produtos).</p> <p>A permanência da porta iscas no local ficará como uma barreira evitando a procriação e o aparecimento dos mesmos.</p> <p>Obs. O monitoramento será de no mínimo 03 meses podendo se estender se possível.</p> <p>Tempo de Garantia: 6 meses</p> <p>Deverão ser instalados:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 06 porta iscas</p> <p>Produto utilizado na desratização:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Ingrediente Ativo: Difethialone</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Grupo Químico: Benzothioipiranona</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Fórmula Bruta: C31H23BrO2S</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Antídoto: Vitamina K1 e tratamento sintomático.</p>	UN	370,00	370,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 6/2010 - DL

Processo Nr.: 16/2010
Data: 23/06/2010

Folha: 2/2

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

De acordo com pedido feito pelo setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social a necessidade da desinsetização e desratização é devido ao aparecimento de vezes e urina de rato sob algumas mesas e dentro do depósito onde são armazenados os alimentos para a cesta básica.

SCHROEDER , 23 de Junho de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER , 21 de Junho de 2010

Valor da Despesa: 370,00 (trezentos e setenta reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 12/2010-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 12/2010 - DL**

Processo Nr.: 33/2010
Data: 23/06/2010

Folha: 1/2

Fornecedor: VEÍCULOS STEIN LTDA

Código: 6040

Endereço: RODOVIA BR-101 KM 41

Cidade: JOINVILLE - SC

CNPJ: 82.607.870/0001-98

Inscrição Estadual: 250.133.768

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para manutenção para manutenção do veículo Sprinter Benz 313, placa MEK7789, na cor branca, ano 2005/2006, diesel, chassi 8AC9036726A935774, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	ÓLEO MOTOR	UN	9,00	90,00
2	5,00	ADIT. RAD. GS333 - QOM5251	UN	28,37	141,85
3	1,00	FILTRO LUBRIFICANTE SPRINTER CDI	UN	77,49	77,49
4	1,00	FILTRO RACOR SPRINTER CDI	UN	85,83	85,83
5	1,00	ANEL DE VEDAÇÃO 14MM ALUMINIO	UN	0,77	0,77
6	1,00	FILTRO DIESEL COM SENSOR SPRINTER	UN	104,97	104,97
7	1,00	MANGUEIRA	UN	7,08	7,08
8	1,00	ABRAÇADEIRA 13 X 16 L14MM PC 031628	UN	2,24	2,24
9	1,00	SERVIÇO DE TROCA DE AGUA DO RADIADOR	UN	47,50	47,50

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

TEXTO

De acordo com pedido feito pela Secretária de Saúde e Assistência Social o motor do veículo Sprinter MEK 7789 necessita da troca de óleo, filtro lubrificante e o anel de vedação, filtro diesel com sensor, mangueira, abraçadeira, como garantia de 2 anos ou 100.000km, devendo ser feita a manutenção na empresa que forneceu o motor.

SCHROEDER, 23 de Junho de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 12/2010 - DL

Processo Nr.: 33/2010
Data: 23/06/2010

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Valor da Despesa: 557,73 (quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APOS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



DISPENSA LICITAÇÃO Nº 32/2010-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 32/2010 - DL

Processo Nr.: 112/2010

Data: 23/06/2010

Folha: 1/3

Fornecedor: DISTRIBUIDORA CURITIBA PAPÉIS E LIVROS S/A

Código: 11099

Endereço: AV. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 1762,

Cidade: CURITIBA - PR

CNPJ: 79.065.181/0001-94

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de livros de literatura para complementar as atividades pedagógicas da disciplina de Ética e Cidadania para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	POLITICA, A - MUNDO DE HOJE - ATICA ALEXIA DELRIEU/SOPHIE DE MENTHON	UN	13,88	13,88
2	1,00	PUBLICIDADE, A - MUNDO DE HOJE EDITORIA ATICA S/A ALEXIA DELRIEU / SOPHIE MENTHON	UN	13,88	13,88
3	1,00	PARA TODA CRIANCA EDITORIA ATICA S/A DESMOND TUTU	UN	31,64	31,64
4	1,00	LAURA JAFFE/LAURE SAINT MARC CONVIVENDO COM A VIOLENCIA EDITORIA ATICA S/A	UN	13,88	13,88
5	1,00	CACOETE - SONHO E FANTASIA EVA FURNARI EDITORIA ATICA S/A	UN	15,79	15,79
6	1,00	JUSTICA, A - O MUNDO HOJE EDITORIA ATICA S/A ALEXIA DELRIEU / SOPHIE DE MENTHON	UN	14,54	14,54
7	1,00	CONVIVENDO COM A ESCOLA EDITORIA ATICA S/A VARIOS	UN	13,88	13,88
8	1,00	CONVIVENDO COM A FAMILIA EDITORIA ATICA S/A	UN	13,88	13,88
9	1,00	AMIGOS - DHAMI - COLECAO AMIGOS EDITORIA ATICA S/A NARINDER DHAMI	UN	15,79	15,79
10	1,00	PANELA DA PAZ, A EDITORIA ATICA S/A HELOISA PRIETO	UN	18,32	18,32
11	1,00	AMIZADE IMPROVAVEL - QUERO LER INDIGO / IVANA ARRUDA LEITE / MARIA JOSE SILVEIRA EDITORIA ATICA S/A	UN	13,21	13,21
12	1,00	MEU OUTRO EU - VAGA LUME JR EDITORIA ATICA S/A MARCELO DUARTE	UN	17,20	17,20
13	1,00	TODA CRIANCA DO MUNDO MORA NO MEU CORACAO EDITORIA ATICA S/A RUTH ROCHA	UN	17,05	17,05
14	1,00	PATINHO FEIO, O - CONTO ILUSTRADO EDITORIA SCIPIONE S/A HANS CHRISTIAN ANDERSEN	UN	9,45	9,45
15	1,00	FANNY ABRAMOVICH TEIMAS E BIRRAS EDITORIA SCIPIONE S/A FANNY ABRAMOVICH	UN	15,79	15,79
16	1,00	JUNTOS SOMOS OTIMOS EDITORIA SCIPIONE S/A FRANZ-JOSEPH HUAINIGG	UN	16,42	16,42
17	1,00	POESIA PELA CIDADANIA EDITORIA SCIPIONE S/A ODETE RODRIGUES BARAUNA	UN	13,88	13,88
18	1,00	ARCA DE NINGUEM - DO RE MI FA EDITORIA SCIPIONE S/A MARIANA CALTABIANO	UN	13,88	13,88
19	1,00	VOCE PERTENCE A NOSSA FAMILIA EDITORIA SCIPIONE S/A FRANZ JOSEPH HUAINIGG / VERENA BALHAUS	UN	16,42	16,42



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 32/2010 - DL****Processo Nr.:** 112/2010
Data: 23/06/2010

Folha: 2/3

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
20	1,00	GUERRA E A PAZ, A - CARA OU COROA EDITORA SCIPIONE S/A BRIGITTE LABBE/MICHEL PUECH	UN	10,08	10,08
21	1,00	JUSTICA E A INJUSTICA, A EDITORA SCIPIONE S/A BRIGITTE LABBE/MICHEL PUECH	UN	10,08	10,08
22	1,00	LIBERDADE E RESPONSABILIDADE EDITORA SCIPIONE S/A BRIGITTE LABBE/MICHEL PUECH	UN	10,08	10,08
23	1,00	NATUREZA E POLUICAO EDITORA SCIPIONE S/A BRIGITTE LABBE/MICHEL PUECH	UN	10,08	10,08
24	1,00	PEQUENOS E OS GRANDES, OS - CARA OU COROA EDITORA SCIPIONE S/A BRIGITTE LABBE/MICHEL PUECH	UN	10,08	10,08
25	1,00	VIOLENCIA E NAO VIOLENCIA - CARA OU COROA EDITORA SCIPIONE S/A BRIGITTE LABBE / MICHEL PUECH	UN	10,08	10,08
26	1,00	MENINOS E AS MENINAS, OS EDITORA SCIPIONE S/A BRIGITTE LABBE/MICHEL PUECH	UN	10,08	10,08
27	1,00	DEIXA QUE EU FACO EDITORA SCIPIONE S/A BRIAN MOSES/MIKE GORDON	UN	11,35	11,35
28	1,00	ESSA RUA E NOSSA - VALORES EDITORA SCIPIONE S/A BEATRIZ MEIRELLES	UN	11,35	11,35
29	1,00	POR FAVOR EDITORA SCIPIONE S/A BEATRIZ MEIRELLES	UN	11,35	11,35
30	1,00	QUER UMA MAOZINHA EDITORA SCIPIONE S/A CLAIRE LLEWELLYN/MIKE GORDON	UN	11,35	11,35

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do incí artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas d mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

De acordo com pedido feito pela Secretaria de educação, Cultura, Esporte e Lazer a aquisição dos livros é devido ao pouco material pedagógico para a Disciplina de Ética e Cidadania nas unidades escolares, os livros adquiridos serão utilizados preferencialmente nesta disciplina pelos professores e pelos educandos. Os livros trazem como temas a Ética, os valores, respeito as diferenças, cujos temas estão ligados a proposta de trabalho da disciplina acima mencionada.

SCHROEDER, 23 de Junho de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 32/2010 - DL**

Processo Nr.: 112/2010
Data: 23/06/2010

Folha: 3/3

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 21 de Junho de 2010

Valor da Despesa: 414,74 (quatrocentos e quatorze reais e setenta e quatro centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. GEANDRO CHIARELLI, inscrito no CPF sob nº. 842.641.449-49, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 22 de julho de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 23 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Notas das Provas Objetivas - Processo Seletivo nº 01/2010 - SECEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER (SC), através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por intermédio da Comissão Responsável pela realização do Processo Seletivo de Professores Substitutos, profissionais de Nível, Ensino Fundamental incompleto, Médio e Técnico, para atuarem na Educação Especial, Educação Infantil e no Ensino Fundamental Municipal de Schroeder, a serem contratados por tempo determinado para o ano letivo de 2010, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 001/2010 / SECEL / PMS, resolve:

1.0 - TORNAR PÚBLICO

1.1 - A divulgação das Notas das Provas Objetivas dos candidatos inscritos no processo seletivo para suprir a vacância dos cargos efetivos, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, e Lei n. 1.690 de 28 de outubro de 2008 e Decreto n. 1.896 de 07 de novembro de 2008.

INSTRUTOR DE DANÇA

CANDIDATO	NOTA DA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
MARLI ROEDER SCHROEDER	9.25	01
DANIELE STRELOW	Candidatos desclassificados por ausência no dia da prova.	
FABRÍCIO SILVA		
JULIANO DA SILVA		
KARINA ALVES DE OLIVEIRA		
MARISA CESCONETTO		
RUAN BERTOLINO HILLESHEIM		
RUDINEI ERICH SCHROEDER		

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CANDIDATO	NOTA DA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
PAULO ROBERTO FERREIRA DE PAULA	6.75	01
RUBIANE CARLA ALCHIERI	6.0	02
MÔNICA GONÇALVES	5.5	03
FABIANO CAVIQUIO	5.0	04
ADRIANA CRISTINA PEREIRA	Candidatos desclassificados por ausência no dia da prova.	
ALAN CRISTIAN DE ANDRADE		
DIEGO BLOCH		
DIEGO LUIZ GROSSEL		
EDIVALDO COELHO MACHADO		
GEOVANI RIBEIRO DA SILVA		
IREZ FERREIRA		
ISMAEL DELAZZARI		
JOHNNY VIEIRA DAROSA		
JUCINEIA FORMIGARI		
JULIO ISMAEL SCHUTZE		
MARCIO ANDRE DA CONCEIÇÃO		
MARISTELA BORGONOVO		
RODRIGO KOWALSKI		
TATIANE GONÇALVES BAPTISTA		

PROFESSORES – A ou C - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CANDIDATO	NOTA DA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
TALITA HUANA WISCHRAL BATISTA	9.0	01
JAKELINE CHIODINI	8.5	02
VANESSA CRISTINA BASSO	7.75	03
ELSINIRA PORATH BORGMANN	7.75	04
SIMONE LINZMEYER DA LUZ	7.50	05
MARA VIEIRA	7.25	06
EUNICE ESTER GONÇALVES	7.0	07
CAROLINE RAFAELA CABRAL	6.75	08
SHEILA ADRIANA MÜLLER	6.50	09
JAQUILINE APARECIDA DA SILVA	6.50	10
JULIANACRIATINA MOHR	6.50	11
NATALIA DE BRITO LOPES	6.25	12
DAYANNE DO PRADO	6.25	13
PATRICIA DE LIMA	5.75	14
JULIANA NASARIO NASCIMENTO	5.75	15
PRISCILA APARECIDA RIGO	5.50	16
CLAUDIA APARECIDA POSTAI	5.0	17
ENEKELY ZIMMERMANN	5.0	18
VANDA SOARES DA LUZ	Nota inferior a 5.0 – Candidato desclassificado	
LILIA KLAUMANN	Nota inferior a 5.0 – Candidato desclassificado	
GIRLENE NASÁRIO NASCIMENTO	Nota inferior a 5.0 – Candidato desclassificado	
ELIANE MALGARETE GUIZA	Nota inferior a 5.0 – Candidato desclassificado	
RAIMUNDA PEREIRA DE SOUSA	Nota inferior a 5.0 – Candidato desclassificado	



SILVANA VOLLES	Nota inferior a 5.0 – Candidato desclassificado
ADENICE ÁUREA STEIN	Candidatos desclassificados por ausência no dia da prova.
ANDREA SANTOS	
ANDRESSA MICHELE HILLE	
CAMILA TRAMPUSCH CAVALHEIRO	
CLAUDETE DUARTE	
CRISTIANE KIENEN	
GISELI APARECIDA BOREGES NICOLINI	
IVANDRO LUIS VOIGT	
LUCINEIDE GARIBALDI QUINTINO	
MÁRCIA MARTINS DA SILVA DOMICOLI	
PATRICIA DIAS SILVEIRA	
SILMARA VIEIRA	
VALDIRENE FATIMA DE LIMA	

PROFESSORES – A ou C - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)

CANDIDATO	NOTA DA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
LUCIMARA VERIATO	7.75	01
VANDERLEIA PADILHA VERBINEN	6.75	02
DENISE MARIA DE MELO GUIMARÃES TEIXEIRA	6.50	03
MARINEY APARECIDA CARVALHO	6.25	04
ARLENE DA SILVA ROPELATO	6.0	05
ROBERTA MEIRELES GONZALES	6.0	06
SIMONE FEUSER	Nota inferior a 5.0 – Candidato desclassificado	
ANA PAULA MANGINI	Candidatos desclassificados por ausência no dia da prova.	
CRISTIANE GONÇALVES DE JESUS		
DULCE LARA SCHMITT		
GRAZIELA MENEZES DE CARVALHO NAGAI		
IRINEU JOSÉ VEIGA JÚNIOR		
JANETE FERNANDES DE OLIVEIRA		
LUCIANE DA SILVA LIMA ALVAREZ		
LUCIANIRA AMORIM DA SILVA		
MARCOS FABIANO NAGAI		
PATRICIA DE LIMA		
VARDILEI DOS SANTOS VICENTE		
WILMAR MATHIAS FILHO		

PROFESSORES – A ou C - PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO (SÉRIES FINAIS)

CANDIDATO	NOTA DA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
GRETCHEN LILIAN ZOZ	Candidatos desclassificados por ausência no dia da prova.	
MILTON AMORIM DE SOUZA SOBRINHO		

PROFESSORES – A ou C - PROFESSOR DE ÉTICA E CIDADANIA

CANDIDATO	NOTA DA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
JORDANA PRESTINI	Candidatos desclassificados por ausência no dia da prova.	
MELISSA GABRIELA LOPES BARCELLOS COIMBRA		
RELMS GONÇALVES SANTOS BENEVENUTTI		
SUSANA RIBEIRO BERNARDO		

PROFESSORES – A ou C - PROFESSOR DE GEOGRAFIA (SÉRIES FINAIS)

CANDIDATO	NOTA DA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
IRANI GODINHO DA ROCHA	7.75	01
WILLIAMS MAICON CARVALHO COSTA	Candidato desclassificado por ausência no dia da prova.	

PROFESSORES – A ou C - PROFESSOR DE HISTÓRIA (SÉRIES FINAIS)

CANDIDATO	NOTA DA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
MARCIO JOSE JUNG	5.50	01
DÉBORA DA LUZ SCHEFFER	Candidatos desclassificados por ausência no dia da prova.	
LUIS FERNANDO GOIS DA LUZ		
VALDINEI DERETTI		
VANUCCI BERNARD DEUCHER		

PROFESSORES – A ou C - PROFESSOR DE ALEMÃO

CANDIDATO	NOTA DA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
	Não houve inscrições	

PROFESSORES – A ou C - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CANDIDATO	NOTA DA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
	Não houve inscrições	

CARGOS RESERVADOS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

CANDIDATO	NOTA DA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
	Não houve inscrições	

SEREVENTE

CANDIDATO	NOTA DA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
EDINICE ALMEIDA FARIAS KEHL	9.25	01
MARIA DAS GRAÇAS CAMPOS	9.0	02
ANDREIA CZECHOWSKI OLIVEIRA	8.5	03
SUELI MARIANE EICHSTADT RAMOS	8.25	04
ANA PAULA QUEIROZ	8.25	05
SALETE MORGANA MACHADO	8.25	06
CLAIR MARIA VARGAS	8.0	07
MARIA LINDAMIR BORBA GREGÓRIO	8.0	08
IZABEL SANTOS DE CAMPOS	7.75	09
ROSANI SELKE	7.50	10
MARIA IRENE BOESING HENDGES	6.25	11



MARILZA CONCEIÇÃO FRANCO DOS SANTOS MAIA	Nota inferior a 5.0 – Candidato desclassificado
ADEMIR JOSÉ PEREIRA	Candidatos desclassificados por ausência no dia da prova.
ADRIANA MAFEZZOLLI	
ANTONIO PEREIRA	
BELONI ALVES DOS SANTOS FARIAS	
CLAUDIO FABRICIO ARNOLD	
CRISTINE AMORIM	
DILZA MARIA ROCHA	
DOROTEIA DE FARIAS WOLF	
ELIRIA ROCHA GUIMARÃES	
FRANCIANE SILVA	
JOÃO LEONI	
LENILDA SILVIA CARVALHO	
LUCIA VIEIRA HINGUEL BECK	
MARCIA GIGIELE MORENO	
MARIA DO CARMO COELHO DE BORBA	
NIDIA SIMONE SIEVERS SCHMIDT	
ROBERTO NOGUEIRA DE OLIVEIRA	
SANDRA OLIVEIRA	
SILVIA DA SILVA ERSEGO	
SIMONE MARIA CRESCENCIO	
TANIA APARECIDA MOTA DE SOUZA	
VANESSA AMARO DA SILVA	

2.0 - CONVOCAÇÃO

2.1 – Ficam convocados para apresentar os títulos os candidatos classificados que obtiveram nota igual ou superior a 5,0 (cinco), para que compareçam nos dias 25 e 28 de junho de 2010, das 08 às 12h e das 13h30min. às 17h, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, n 3.201, Centro, Schroeder, SC, para entrega dos títulos.

2.2 - No ato de entrega dos títulos, o candidato deverá preencher e assinar o formulário indicando o título apresentado, podendo ser obtido o formulário no site do município, no endereço eletrônico: www.schroeder.sc.gov.br ou no local da entrega da titulação.

Schroeder, 22 de junho de 2010.

Comissão do Processo Seletivo

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 0993/2010

Lei nº 0993/2010 de 24 de junho de 2010.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº. 960/2009, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº. 960 de 17 de dezembro de 2009 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS			
Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.10	CULTURA E TURISMO	
Proj./Ativ.	27.813.0019.1.013	Ampliação, Reforma e Conservação Praça Pública Municipal	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	24.000,00	

TOTAL.R\$ 24.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Órgão:	03.00	SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ.E FINANÇAS	
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS	
Proj./Ativ.	04.122.0000.2.007	Precatórios e Sentenças Judiciais	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	9.716,99	

Órgão:	07.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Proj./Ativ.	04.122.0017.2.045	Manutenção dos Serviços da EFACITUS	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	14.283,01	

TOTAL.R\$ 24.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 24 de junho de 2010.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei nº 0994/2010

Lei nº 0994/2010 de 24 de junho de 2010.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL PARA CRIAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 15.345,00 (quinze mil, trezentos e quarenta e cinco reais), o qual será onerado à conta da dotação orçamentária abaixo espe-



cificada:

Órgão:	10.00	SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Proj./Ativ.	10.302.0012.2.053	Manutenção do CIS-AMEOSC
3.1.71.11.00.00.00.00.0104	Vencimento e Vantagens Fixas e Pessoal Civil	1.427,09
3.1.71.13.00.00.00.00.0104	Obrigações Patronais	613,80
3.3.71.30.00.00.00.00.0104	Material de Consumo	230,18
4.4.71.52.00.00.00.00.0104	Equipamentos e Material Permanente	30,68
3.3.71.39.00.00.00.00.0104	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.434,60
3.3.71.36.00.00.00.00.0104	Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.086,92
3.3.71.47.00.00.00.00.0104	Contribuições Previdenciária s/ Serviços P.Fís.	521,73

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, a redução parcial e/ou total da dotação orçamentária constante da Lei de Meios vigente, a seguir especificada:

Órgão:	07.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ.	04.122.0017.2.045	Manutenção dos Serviços da EFACITUS
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	15.345,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional especial autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do Plano Plurianual para quadriênio 2010/2013 – Lei Municipal nº. 948 de 02 de outubro de 2009; da Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei Municipal nº. 952 de 13 de novembro de 2009; e, da Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº. 960 de 17 de dezembro de 2009 serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 15.345,00 (quinze mil, trezentos e quarenta e cinco reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 24 de junho de 2010.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Decreto nº 1314/2010

Decreto nº 1314/2010 de 24 de junho de 2010.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL PARA CRIAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, as disposições da Lei Orgânica Municipal, da Lei 960/2009 e especialmente da Lei 0994/2010,

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de um Crédito Adicional Especial na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 15.345,00 (quinze mil, trezentos e quarenta e

cinco reais), o qual será onerado à conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	10.00	SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Proj./Ativ.	10.302.0012.2.053	Manutenção do CIS-AMEOSC
3.1.71.11.00.00.00.00.0104	Vencimento e Vantagens Fixas e Pessoal Civil	1.427,09
3.1.71.13.00.00.00.00.0104	Obrigações Patronais	613,80
3.3.71.30.00.00.00.00.0104	Material de Consumo	230,18
4.4.71.52.00.00.00.00.0104	Equipamentos e Material Permanente	30,68
3.3.71.39.00.00.00.00.0104	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.434,60
3.3.71.36.00.00.00.00.0104	Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.086,92
3.3.71.47.00.00.00.00.0104	Contribuições Previdenciária s/ Serviços P.Fís.	521,73

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, a redução parcial e/ou total da dotação orçamentária constante da Lei de Meios vigente, a seguir especificada:

Órgão:	07.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ.	04.122.0017.2.045	Manutenção dos Serviços da EFACITUS
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	15.345,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional especial determinado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do Plano Plurianual para quadriênio 2010/2013 – Lei Municipal nº. 948 de 02 de outubro de 2009; da Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei Municipal nº. 952 de 13 de novembro de 2009; e, da Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº. 960 de 17 de dezembro de 2009 serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 15.345,00 (quinze mil, trezentos e quarenta e cinco reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 24 de junho de 2010.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Decreto nº 1315/2010

Decreto nº 1315/2010 de 24 de junho de 2010.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº. 960/2009, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, as disposições da Lei Orgânica Municipal, da Lei 960/2009 e especialmente da Lei



0993/2010,

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº. 960 de 17 de dezembro de 2009 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS			
Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.10	CULTURA E TURISMO	
Proj./Ativ.	27.813.0019.1.013	Ampliação, Reforma e Conservação Praça Pública Municipal	
	4.4.90.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	24.000,00

TOTAL. R\$ 24.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Órgão:	03.00	SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ.E FINANÇAS	
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS	
Proj./Ativ.	04.122.0000.2.007	Precatórios e Sentenças Judiciais	
	3.3.90.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	9.716,99

Órgão:	07.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Proj./Ativ.	04.122.0017.2.045	Manutenção dos Serviços da EFACITUS	
	3.3.90.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	14.283,01

TOTAL. R\$ 24.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 24 de junho de 2010.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 2.362/10

LEI Nº 2.362/10, DE 23 DE JUNHO DE 2.010.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Contratar Operação de Crédito com o Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Âmbito do Programa Pró-Transporte, por Intermédio Da Caixa Econômica Federal, e a Oferecer Garantias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por intermédio da Caixa Econômica Federal, (CEF) - instituição financeira credenciada, até o limite de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), no âmbito do programa Pró-Transporte.

Parágrafo Único - O valor da operação de crédito está condicionado à obtenção pela municipalidade, de autorização para a sua realização, em cumprimento aos dispositivos legais aplicáveis ao Endividamento Público através de Resoluções emanadas pelo Senado Federal e da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 2º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe o normativo do Senado Federal, bem como as normas específicas da Secretaria do Tesouro Nacional e do BNDES.

Art. 3º Os recursos oriundos das operações de crédito autorizadas por esta Lei, serão aplicados na execução de empreendimento integrante do Plano de Reurbanização do Trânsito da Área Central, que consiste especialmente em:

- I - Via elevada;
- II - Terminal Rodoviário Urbano; e
- III - Entorno das ruas, a cargo da Secretaria de Infraestrutura.

Parágrafo Único - As taxas de juros, os prazos, as comissões e os demais encargos serão os vigentes à época das contratações dos respectivos empréstimos, admitidos pelo Banco Central do Brasil, para registro de operações da espécie, obedecidas as demais prescrições, normas e condições fixadas pelo BNDES.

Art. 4º Em garantia das operações de crédito, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a ceder ao BNDES, parcelas da cota-parte do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e/ou parcelas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, ou tributos que os venham a substituir, em montantes necessários para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, na forma do que venha a ser contratado.

Art. 5º Para garantir o pagamento do principal atualizado monetariamente, juros, multas e demais encargos financeiros decorrentes das operações referidas nesta Lei, o Chefe do Executivo poderá outorgar ao BNDES, dar quitação das referidas obrigações financeiras, com poderes para substabelecer.



Art. 6º O prazo e a forma definitiva de pagamento do principal reajustável, acrescidos dos juros e demais encargos incidentes sobre as operações financeiras, obedecidos os limites desta Lei, serão estabelecidos pelo Chefe do Executivo com a entidade financiadora.

Art. 7º Anualmente, a partir do exercício financeiro subsequente ao da contratação das operações de crédito, o orçamento do Município consignará dotações próprias para a amortização do principal e dos acessórios das dívidas contratadas.

Art. 8º O Poder Executivo poderá utilizar-se da licitação de registro de preços realizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0601/10

PORTARIA nº 0601/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SANDRA BALDO, Agente Técnico Administrativo, do nível E-PE-SAU-I-D para o nível E-PE-SAU-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0602/10

PORTARIA nº 0602/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ANA CLAUDIA CAGNIN, Agente Técnico Administrativo, do nível E-PE-SAU-I-A para o nível E-PE-SAU-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0603/10

PORTARIA nº 0603/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora TERESINHA GUZI EYNG, Agente Técnico Administrativo, do nível E-PE-SAU-I-D para o nível E-PE-SAU-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0604/10

PORTARIA nº 0604/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI, Desenhista/Projetista, do nível E-PE-SAU-I-B para o nível E-PE-SAU-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.



Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0605/10

PORTARIA nº 0605/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ALDETE MARIA DONDONI DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0606/10

PORTARIA nº 0606/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DIRCE DE FÁTIMA ANTUNES DE LIMA SCHULTZ, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-C para o nível E-PE-SGE-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0607/10

PORTARIA nº 0607/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DIRLETE IGNES VIECELLI PERETTI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0608/10

PORTARIA nº 0608/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora HELENA CAMANA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0609/10

PORTARIA nº 0609/10
Concede Progressão por Merecimento



O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ILSE ALLEBRANDT DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0610/10

PORTARIA nº 0610/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora IVANETE FRANCISCA PINTO AMARANTE DALAMARIA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-C para o nível E-PE-SGE-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0611/10

PORTARIA nº 0611/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora IVANILDA

SANTINI MIOZZO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0612/10

PORTARIA nº 0612/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora JOCIANE OLIVEIRA DUTRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-C para o nível E-PE-SGE-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0613/10

PORTARIA nº 0613/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora LEONOR TORMEN CAMINTIA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.



WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0614/10

PORTARIA nº 0614/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARI FÁTIMA GONÇALVES SCHIPANSKI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0615/10

PORTARIA nº 0615/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA MARGARIDA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0616/10

PORTARIA nº 0616/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora NATALINA APARECIDA BERTO PIRES, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0617/10

PORTARIA nº 0617/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SONIA MARIA PITTOL PELISSARI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-C para o nível E-PE-SGE-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0618/10

PORTARIA nº 0618/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições



legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ADIR TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0619/10

PORTARIA nº 0619/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ADRIANA BERTÉ PELLIN, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0620/10

PORTARIA nº 0620/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ADRIANA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0621/10

PORTARIA nº 0621/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ADRIANA MARIA DE OLIVEIRA GAIO, Professora, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0622/10

PORTARIA nº 0622/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ADRIANE RIBEIRO MADRUGA, Especialista Educacional, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal



Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0624/10

PORTARIA nº 0624/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DIONE MARI CALDART, Agente de Serviços Administrativos, do nível CE05L para o nível CE05M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0625/10

PORTARIA nº 0625/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor JOSÉ CARLOS RAUPP, Agente de Serviços Técnicos, do nível CE09L para o nível CE09M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0626/10

PORTARIA nº 0626/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor MIGUEL ALBERTO VIECELLI, Agente de Serviços Administrativos, do nível CE05L para o nível CE05M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0627/10

PORTARIA nº 0627/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ARNALDO POSSANSKE, Agente de Serviços Técnicos, do nível CE09I para o nível CE09J, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0628/10

PORTARIA nº 0628/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor MAURO RO-



BERTO CANAL, Fiscal de Obras e Posturas, do nível CE13C para o nível CE13D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0629/10

PORTARIA nº 0629/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora IVANILCE SALETE PASSINI, Agente de Serviço Social, do nível CE12I para o nível CE12J, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0630/10

PORTARIA nº 0630/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora JUSTINA INES FRUET DE LIMA, Agente de Serviço Social, do nível CE12I para o nível CE12J, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0631/10

PORTARIA nº 0631/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora IRACILDA GIACOMINI GREGOLON, Agente de Serviços Técnico Administrativos, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0632/10

PORTARIA nº 0632/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SONIA APARECIDA ROSTIROLA, Agente de Serviços Técnico Administrativos I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR



Secretário de Administração

Portaria nº 0633/10

PORTARIA nº 0633/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora VERANI MARIA PAVIANI CARPENEDO, Agente de Serviços Administrativos, do nível CE05L para o nível CE05M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0634/10

PORTARIA nº 0634/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ADELE LUCIA BALDISSERA, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0635/10

PORTARIA nº 0635/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ADRIANA DAS GRAÇAS BERTO DE CAMPOS, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0636/10

PORTARIA nº 0636/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ADRIANA DE LIMA, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02H para o nível CE02I, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0637/10

PORTARIA nº 0637/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELMA PIRES BERTO, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível



CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0638/10

PORTARIA nº 0638/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0639/10

PORTARIA nº 0639/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora NEIVA BERTOTTO, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0640/10

PORTARIA nº 0640/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ADILES BENDER, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0641/10

PORTARIA nº 0641/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor NELSON SCHULTZ, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07L para o nível CE07M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração



Portaria nº 0642/10

PORTARIA nº 0642/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ROGÉRIO ANTONIO KUNZE, Professor, do nível MG02L para o nível MG02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0643/10

PORTARIA nº 0643/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ALMERINDA SCHNEIDER, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0644/10

PORTARIA nº 0644/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ANA NEVE FANTIN ASCARI, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0645/10

PORTARIA nº 0645/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ANTONINHA RODRIGUES CORREIA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02E para o nível CE02F, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0646/10

PORTARIA nº 0646/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora AZELINDA MARIA GIACOMINI BISOL, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.



Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0647/10

PORTARIA nº 0647/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor CARLOS ROBERTO FERREIRA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0648/10

PORTARIA nº 0648/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ARTUR PAZIN, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07L para o nível CE07M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0649/10

PORTARIA nº 0649/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor CARLOS JOSÉ MANENTI, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07L para o nível CE07M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0650/10

PORTARIA nº 0650/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CLELIA MARIA DE ALMEIDA, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0651/10

PORTARIA nº 0651/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,



RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CLEMENTINA SANTINA DEMENEK, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0652/10

PORTARIA nº 0652/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ANA MARIA KOPP VILABRUNA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0653/10

PORTARIA nº 0653/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ANA MARIA SETTI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a

1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0654/10

PORTARIA nº 0654/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ANA PAULA KALENIK, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0655/10

PORTARIA nº 0655/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ANA PAULA MENDES, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.



HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0656/10

PORTARIA nº 0656/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ANDREA MARIA RIGO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0657/10

PORTARIA nº 0657/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ARIANA SHEYLA TRAGANCIN SOMMER, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0658/10

PORTARIA nº 0658/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora BELONI TEREZINHA RIBEIRO FADANI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0659/10

PORTARIA nº 0659/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora BERNADETE APARECIDA DE ANDRADE, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0660/10

PORTARIA nº 0660/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora BERNADETE



MELO ZENERE, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0661/10

PORTARIA nº 0661/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora BERNARDETE BALESTRIN TRICHEZ, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0662/10

PORTARIA nº 0662/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CATIA MARIA BOCCA PIRES, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0663/10

PORTARIA nº 0663/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CELIA RAGADALLI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0664/10

PORTARIA nº 0664/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CELINA MIRIAN GAIO REI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração



Portaria nº 0665/10

PORTARIA nº 0665/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CHARLENE ZANON, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0666/10

PORTARIA nº 0666/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CLEIA REGINA GARCIA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0667/10

PORTARIA nº 0667/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CLELIA HELENA NODARI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0668/10

PORTARIA nº 0668/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ANGELO CLEOMAR DE OLIVEIRA, Auxiliar Operacional, do nível E-PE-OPE-I-C para o nível E-PE-OPE-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0669/10

PORTARIA nº 0669/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor CLAUDIO ROBERTO PISTORE, Orientador Educacional, do nível MG05F para o nível MG05G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.



Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0670/10

PORTARIA nº 0670/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ANA DELMAR RIBEIRO, Professora, do nível MG04F para o nível MG04G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0671/10

PORTARIA nº 0671/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ANA ROSA KOHLER ALVES MOREIRA, Professora, do nível MG02M para o nível MG02N, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0672/10

PORTARIA nº 0672/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora APARECIDA SERAFINI, Professora, do nível MG05N para o nível MG05O, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0673/10

PORTARIA nº 0673/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora BEATRIZ SCAPINELLO PERIN, Professora, do nível MG02P para o nível MG02Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0674/10

PORTARIA nº 0674/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,



RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora BERNARDETE TOMASI PADILHA, Professora, do nível MG02F para o nível MG02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0675/10

PORTARIA nº 0675/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CATIA TEREZINHA FERREIRA BARAÚNA, Professora, do nível MG04P para o nível MG04Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0676/10

PORTARIA nº 0676/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CLARICE BRANCALIONE MARTINS, Professora, do nível MG02P para o nível MG02Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0677/10

PORTARIA nº 0677/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CLOCI PERETTI, Professora, do nível MG04P para o nível MG04Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0678/10

PORTARIA nº 0678/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor CLODOMIR CORDEIRO, Professor, do nível MG04F para o nível MG04G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração



Portaria nº 0679/10

PORTARIA nº 0679/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CRISTIANE GUILL, Professora, do nível MG05I para o nível MG05J, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0680/10

PORTARIA nº 0680/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DÉBORA MARIA GOULART BUDO LORENZZONI, Professora, do nível MG05L para o nível MG05M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0681/10

PORTARIA nº 0681/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DENISE ZAGO, Professora, do nível MG04P para o nível MG04Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0682/10

PORTARIA nº 0682/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DIANES TEREZINHA ARGENTON, Professora, do nível MG05I para o nível MG05J, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0683/10

PORTARIA nº 0683/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DIRCE MARIA CERBATO, Professora, do nível MG04L para o nível MG04M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.



Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0684/10

PORTARIA nº 0684/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor DIRCEU LUIZ CENDRON, Professor, do nível MG04F para o nível MG04G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0685/10

PORTARIA nº 0685/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DIRLEI INVITTI DEFILTRO, Professora, do nível MG03P para o nível MG03Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0686/10

PORTARIA nº 0686/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora EDNA MARIA TEIXEIRA, Professora, do nível MG04F para o nível MG04G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0687/10

PORTARIA nº 0687/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora EDNISE XAVIER DA SILVA, Professora, do nível MG02P para o nível MG02Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0688/10

PORTARIA nº 0688/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,



RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELENICE SALETE SCHNEIDER, Professora, do nível MG04L para o nível MG04M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0689/10

PORTARIA nº 0689/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELIZETE BARBOSA DE BRITO DIESEL, Professora, do nível MG05M para o nível MG05N, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0690/10

PORTARIA nº 0690/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELIZETE VESCOVI SOERGER, Professora, do nível MG02P para o nível MG02Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0691/10

PORTARIA nº 0691/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CAROLYNE DE BARBA, Agente Técnico Administrativo, do nível E-PE-SAU-I-B para o nível E-PE-SAU-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0692/10

PORTARIA nº 0692/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ARLETE MARIA SÔNEGO, Professora de Educação Física Ensino Infantil e Fundamental, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR



Secretário de Administração

Portaria nº 0693/10

PORTARIA nº 0693/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CLAUDIA JU-DITE MARASCHIN, Professora de Educação Física Ensinos Infantil e Fundamental, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0694/10

PORTARIA nº 0694/10

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar ARNALDO POSANSKE, MARCELO RODRIGO VELOSO LIMA e MIGUEL ALBERTO VIECELI, para comporem a comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, a área de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), matriculada no Registro de Imóveis sob o nº 0942.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0695/10

PORTARIA nº 0695/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor DANIEL MAURICIO KUHN, Professor de Educação Física Ensinos Infantil e Fundamental, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0696/10

PORTARIA nº 0696/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor EDUARDO SOCHA FRANCIO, Professor de Educação Física Ensinos Infantil e Fundamental, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0697/10

PORTARIA nº 0697/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CLECIANE TARUHN TEDESCO, Professora de Artes Ensinos Infantil e Funda-



mental, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0698/10

PORTARIA nº 0698/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora BEATRIZ CANÔNICA ARALDI, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0699/10

PORTARIA nº 0699/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora BEATRIZ HELENA FIORELLI DA SILVA, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0700/10

PORTARIA nº 0700/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora BERNARDETE RETTORE LEMOS MORAES, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0701/10

PORTARIA nº 0701/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CAROLINE PASQUALIN, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR



Secretário de Administração

Portaria nº 0702/10

PORTARIA nº 0702/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CLAUDIA CARLA ZAGO MARTINS, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0703/10

PORTARIA nº 0703/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELIANE BALDO FANTINEL, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0704/10

PORTARIA nº 0704/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora EDINEIA LUDKE MANNES, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0705/10

PORTARIA nº 0705/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CLEZI TEREZINHA BALESTIERI, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0706/10

PORTARIA nº 0706/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CLEUSA FÁTI-



MA VEDOVATTO, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0707/10

PORTARIA nº 0707/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CLEUNICE SALETE DALLAZEM VIECELLI, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0708/10

PORTARIA nº 0708/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ALICE MARIA BISCARO CANTELLI, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a

1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0709/10

PORTARIA nº 0709/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CASSIANE MORIGGI BRESCIANI, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0710/10

PORTARIA nº 0710/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora GRAZIELA PERONDI RIBEIRO, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração



aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0711/10

PORTARIA nº 0711/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor DEOMIR GHELLER, Professor de Ensino Fundamental Séries Finais 5ª a 8ª, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0712/10

PORTARIA nº 0712/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CRISSIANE APARECIDA DE OLIVEIRA BAVARESCO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0713/10

PORTARIA nº 0713/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DAIANE PATRICK SOARES, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0714/10

PORTARIA nº 0714/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DANIELE GALLI BRESSAN, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0715/10

PORTARIA nº 0715/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,



RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DAYSE VIVIANE FERREIRA DE DEUS TRENTTO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0716/10

PORTARIA nº 0716/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DIRLEI PALHANO PINTO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0717/10

PORTARIA nº 0717/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora EDIR ROSA MULLER, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a

1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0718/10

PORTARIA nº 0718/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELAINE ALVES DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0719/10

PORTARIA nº 0719/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELAINE MARTINS, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.



HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0720/10

PORTARIA nº 0720/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELIANE APARECIDA WERNER, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0721/10

PORTARIA nº 0721/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELISANE DE CASTILHO DE ALMEIDA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0722/10

PORTARIA nº 0722/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELISANGELA RIBEIRO DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0723/10

PORTARIA nº 0723/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELIZETI ZANI FRARÃO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0724/10

PORTARIA nº 0724/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DANI VICARI ZAGER, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0725/10

PORTARIA nº 0725/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DIRCE GAIO DALLAGNOL, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0726/10

PORTARIA nº 0726/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DIRCE SALETE DE MORAIS, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02D para o nível CE02E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0727/10

PORTARIA nº 0727/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DIRCEY SALETE DE ALMEIDA LARA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0728/10

PORTARIA nº 0728/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora EDITE DA SILVA E SOUZA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0729/10

PORTARIA nº 0729/10



Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DOROTI LHEWICHESKI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0730/10

PORTARIA nº 0730/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELDEGARTH IRMA MOLDENHAUER, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0731/10

PORTARIA nº 0731/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELIS REGINA BRUSCHI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0732/10

PORTARIA nº 0732/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor EDISON DE OLIVEIRA BITENCOURT, Agente de Serviços Administrativos, do nível CE05L para o nível CE05M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0733/10

PORTARIA nº 0733/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor EFREM NAOR DOS SANTOS MOURA, Agente de Serviços Administrativos, do nível CE05J para o nível CE05L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a



1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0734/10

PORTARIA nº 0734/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELOÁ SANTA BOLZANI PIROLLI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0735/10

PORTARIA nº 0735/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ENRIETE BIRNFIELD, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0736/10

PORTARIA nº 0736/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ILDETE DE FÁTIMA RODRIGUES ZIMMERMANN, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0737/10

PORTARIA nº 0737/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora INES ELVIRA SCHNEIDER, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0738/10

PORTARIA nº 0738/10
Concede Progressão por Merecimento



O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora IRENE MARCELINA BORGES NESI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0739/10

PORTARIA nº 0739/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora IRMA SALETE PEREIRA DOS SANTOS, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0740/10

PORTARIA nº 0740/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora IVETE ZILDA

GALLI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0741/10

PORTARIA nº 0741/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora JAQUELINE CRISTINA SCHNEID DA COSTA, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0742/10

PORTARIA nº 0742/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora LIZ ANDREA SAORIN BALBINOTTI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.



Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0743/10

PORTARIA nº 0743/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora LIZETE CAMARA HUBLER, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0744/10

PORTARIA nº 0744/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELSA FURST, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0745/10

PORTARIA nº 0745/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ESTER RAUK BERTO DO PRADO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0746/10

PORTARIA nº 0746/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora EUNICE CASTILHO FINGER, Professora, do nível MG02P para o nível MG02Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0747/10

PORTARIA nº 0747/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,



RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora FABIANA BRUSCHI BARBOSA COLISSI, Professora, do nível MG05J para o nível MG05L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0748/10

PORTARIA nº 0748/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora FÁTIMA ANSI-LIERO DAROS, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0749/10

PORTARIA nº 0749/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora FLAVIA GONSALVES DE MENESES ARALDI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a

1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0750/10

PORTARIA nº 0750/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor FLAVIO DE CARVALHO, Professor, do nível MG04C para o nível MG04D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0751/10

PORTARIA nº 0751/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor HELY DE FREITAS E SILVA, Professor, do nível MG04L para o nível MG04M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.



HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0752/10

PORTARIA nº 0752/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora FRANCELIA FORTES, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0753/10

PORTARIA nº 0753/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora FRANCIELE ANNE MENEGAZZO, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0754/10

PORTARIA nº 0754/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora FRANCIELI ZARDO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0756/10

PORTARIA nº 0756/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora GELCI MARIA MATANA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-C para o nível E-PE-SGE-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0757/10

PORTARIA nº 0757/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora GEMA BOMBASSARO ZAGO, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0758/10

PORTARIA nº 0758/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora GEMANIR FELCKILCKER BETU, Professora, do nível MG02J para o nível MG02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0759/10

PORTARIA nº 0759/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora GEOVANA GEMELLI EGER, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0760/10

PORTARIA nº 0760/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora GERMANI PADILHA DOS SANTOS, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0761/10

PORTARIA nº 0761/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora GERUSA COELHO DE FREITAS TEO, Professora, do nível MG02E para o nível MG02F, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração



Portaria nº 0762/10

PORTARIA nº 0762/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora GISELE PE-REIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0763/10

PORTARIA nº 0763/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora GLECI TEREZINHA DA ROSA, Professora, do nível MG05P para o nível MG05Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0764/10

PORTARIA nº 0764/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora GRAZIELA GOETTEMES, Professora de Educação Física Ensino Infantil e Fundamental, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0765/10

PORTARIA nº 0765/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora GRAZIELE PERAZZOLI RIGO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0766/10

PORTARIA nº 0766/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora IDA TEREZA BUSS DONZELLI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a



1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0767/10

PORTARIA nº 0767/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora IEDA MARIA CESCO MIOZZO, Professora, do nível MG04P para o nível MG04Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0768/10

PORTARIA nº 0768/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ILIZANGELA FERRAZ, Professora, do nível MG02F para o nível MG02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0769/10

PORTARIA nº 0769/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ILONIR MARIA ZONTA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0770/10

PORTARIA nº 0770/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora IRACEMA MARTINS FERREIRA, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-C para o nível E-PE-MAG-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 7 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Extrato do Contrato nº 221/2010

Contrato Nº.: 221/2010
Data de Assinatura: 10/06/2010
Fornecedor....: SÉCULOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFA-



TOS DE CIMENTO LTDA
Valor.....: R\$ 14.462,50 (catorze mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
Licitação.....: Tomada de Preços nº 03/2010
OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA JOSÉ LAZZARI (378 M²), INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO.

Extrato do Contrato nº 222/2010

Contrato Nº.: 222/2010
Data de Assinatura: 10/06/2010
Fornecedor.....: BB CONSTRUÇÕES LTDA
Valor.....: R\$ 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais)
Licitação.....: Tomada de Preços nº 03/2010
OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS LUIZ FERLIN SÊNIOR (368,90 M²), ANTÔNIO PINTO (940,10 M²), VIRGÍNIA BRUSCHI (962,50 M²), MÁXIMO SANTINI, AFONSO MACHIENAVIE E LUIZ CARLOS MACHIENAVIE (2.182,30 M²), INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO.

Extrato do Contrato nº 223/2010

Contrato Nº.: 223/2010
Data de Assinatura: 10/06/2010
Fornecedor.....: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Valor.....: R\$ 21.889,31 (vinte e um mil e oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos)
Licitação.....: Dispensa de Licitação nº 14/2010
OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO ENTRE A CRECHE IRMÃ BONAVITTA E O CEMITÉRIO LUTERANO, LOCALIZADO NA RUA BULCÃO VIANA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

Extrato do Contrato nº 224/2010

Contrato Nº.: 224/2010
Data de Assinatura: 10/06/2010
Fornecedor.....: VIDEFERRO INDÚSTRIA DE FURGÕES E COMÉRCIO DE FERRO LTDA
Valor.....: R\$ 12.798,00 (doze mil e setecentos e noventa e oito reais)
Licitação.....: Pregão Presencial nº 107/2010
OBJETO.....: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE CERCA A SER UTILIZADA NO AJARDINAMENTO DA AVENIDA MANOEL ROQUE.

Extrato do Contrato nº 225/2010

Contrato Nº.: 225/2010
Data de Assinatura: 10/06/2010
Fornecedor.....: CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA
Valor.....: R\$ 1.000,00 (um mil reais)
Licitação.....: Pregão Presencial nº 107/2010
OBJETO.....: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE CERCA A SER UTILIZADA NO AJARDINAMENTO DA AVENIDA MANOEL ROQUE.

Extrato do Contrato nº 226/2010

Contrato Nº.: 226/2010

Data de Assinatura: 10/06/2010
Fornecedor.....: MECÂNICA AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA
Valor.....: R\$ 7.866,70 (sete mil e oitocentos e sessenta e seis reais e setenta centavos)
Licitação.....: Pregão Presencial nº 108/2010
OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO-DE-OBRA PARA MONTAGEM DA CAIXA DE CÂMBIO DO CAMINHÃO MBB 2213, PLACA MCL 5880, FROTA 53 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato do Contrato nº 229/2010

Contrato Nº.: 229/2010
Data de Assinatura: 11/06/2010
Fornecedor.....: ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA
Valor.....: R\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais)
Licitação.....: Pregão Presencial nº 39/2010-FMS
OBJETO.....: AQUISIÇÃO DE LANCETAS DESCARTÁVEIS E TIRA-TESTES PARA USO NO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DIABETES MELLITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL, BEM COMO EM EVENTOS DE PREVENÇÃO REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE SAÚDE.

Extrato do Contrato nº 230/2010

Contrato Nº.: 230/2010
Data de Assinatura: 11/06/2010
Fornecedor.....: MERCADO RZ LTDA
Valor.....: R\$ 23.940,00 (vinte e três mil e novecentos e quarenta reais)
Licitação.....: Pregão Presencial nº 20/2010-FMAS
OBJETO.....: AQUISIÇÃO DE 570 (QUINHENTOS E SETENTA) UNIDADES DE CESTAS BÁSICAS PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AOS IDOSOS PELO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

Extrato do Contrato nº 231/2010

Contrato Nº.: 231/2010
Data de Assinatura: 14/06/2010
Fornecedor.....: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
Valor.....: R\$ 2.326,68 (dois mil e trezentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos)
Licitação.....: Dispensa de Licitação nº 15/2010
OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REVISÃO DOS 10.000 KM (DEZ MIL QUILOMETROS) DOS CAMINHÕES IVECO EUROCARGO, ANO 2009, PLACAS MGK 6526, MGK 5546 E MGK 6616, FROTA 164, 166 E 168 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato do Contrato nº 232/2010

Contrato Nº.: 232/2010
Data de Assinatura: 14/06/2010
Fornecedor.....: DRESCH & CIA LTDA
Valor.....: R\$ 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos reais)
Licitação.....: Pregão Presencial nº 109/2010
OBJETO.....: AQUISIÇÃO DE TRATOR NOVO, COM TRAÇÃO NAS QUATRO RODAS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Extrato do Contrato nº 233/2010

Contrato Nº.: 233/2010
Data de Assinatura: 14/06/2010
Fornecedor.....: MEPEL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Valor.....: R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)
Licitação.....: Pregão Presencial nº 109/2010
OBJETO.....: AQUISIÇÃO DE TANQUE ESPECIAL COM CAPACIDADE DE 6.000 LITROS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA.



Extrato do Contrato nº 234/2010

Contrato Nº.: 234/2010

Data de Assinatura: 16/06/2010

Fornecedor....: FLORKAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor.....: R\$ 12.372,50 (doze mil e trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)

Licitação.....: Pregão Presencial nº 110/2010

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE E MPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO-DE-OBRA PARA CONserto DA CAIXA, HIDRÁULICO, TOMADA DE FORÇA, SUBSTITUIÇÃO DA TAMPA DO HIDRÁULICO E SOLDAR O TANQUE DE COMBUSTÍVEL DO TRATOR VALMET 785/4 E ENSILADEIRA DA FROTA 93 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Extrato do Contrato nº 235/2010

Contrato Nº.: 235/2010

Data de Assinatura: 18/06/2010

Fornecedor....: FUNILARIA GUBIANI LTDA

Valor.....: R\$ 2.519,40 (dois mil e quinhentos e dezenove reais e quarenta centavos)

Licitação.....: Pregão Presencial nº 111/2010

OBJETO.....: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA SER UTILIZADO NO MUSEU DO VINHO "MÁRIO DE PELLEGRIIN"

Extrato do Contrato nº 236/2010

Contrato Nº.: 236/2010

Data de Assinatura: 21/06/2010

Fornecedor....: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Valor.....: R\$ 1.863,17 (um mil e oitocentos e sessenta e três reais e dezessete centavos)

Licitação.....: Dispensa de Licitação nº 16/2010

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA REVISAO DAS 500 (QUINHENTAS) HORAS DA MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555-3, FROTA 179 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato do Contrato nº 237/2010

Contrato Nº.: 237/2010

Data de Assinatura: 21/06/2010

Fornecedor....: FUNERÁRIA SÃO JUDAS TADEU LTDA

Valor.....: R\$ 43.175,00 (quarenta e três mil e cento e setenta e cinco reais)

Licitação.....: Pregão Presencial nº 22/2010-FMAS

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE URNAS MORTUÁRIAS E SERVIÇOS DE TRANSLADO PARA AUXÍLIO FUNERAL ÀS PESSOAS CARENTES.

Extrato do Contrato nº 238/2010

Contrato Nº.: 238/2010

Data de Assinatura: 21/06/2010

Fornecedor....: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA

Valor.....: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Licitação.....: Tomada de Preços nº 01/2010-FMAS

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DA INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Extrato Beneficiários Bolsa Família junho/2010

BENEFICIÁRIOS PROG. BOLSA FAMILIA MÊS DE JUNHO/2.010

ADAIANA APARECIDA DA SILVA ROSA
ADELAIDE DA SILVA
ADELAIDE FARIAS VIEIRA
ADELAR ALVES DE BOLBA
ADELINA APARECIDA BAPTISTA SANTOS
ADELINA FRANCISCA LOPES
ADELIRE MORATELLI
ADILSON LUIZ LOPES
ADOLINO BALDOVINO BRAATZ
ADRIANA APARECIDA COSTA
ADRIANA ARMILIATTO
ADRIANA BORGES
ADRIANA DIAS DE OLIVEIRA
ADRIANA FOGACA
ADRIANA LOPES MASTALER
ADRIANA LUZIA RIBEIRO
ADRIANA NUNES CAVALHEIRO
ADRIANA PASQUALI
ADRIANA RIBEIRO DA SILVA
ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS
ADRIANA RUFINO
ADRIANA TEREZINHA DO PRADO
ADRIANA VON MUHLEN
ADRIANE LOPES DA ROSA
AGELITA DA SILVA
ALCEU FERREIRA
ALCIDIA PEREIRA DOS SANTOS
ALCIDINA APARECIDA CHAVES PAIM
ALDEIDI DE SOUZA
ALESSANDRA SILVANA DIAS
ALESSANDRA TEREZINHA DOS SANTOS
ALICE NERIS DE OLIVEIRA
ALUCINDA DE FATIMA LOPES
ALVERINA BATISTA ANTUNES
ALZIRA ALVES DA LUZ
ALZIRA MARTINS LEITE
AMARILDO ANTONIO FANTIN
AMELIA FERREIRA SALLES
AMELIA MEDEIROS
ANA CLARA GALVAO
ANA CLAUDIA MACHADO
ANA CRISTINA ALMEIDA DOS SANTOS
ANA FLAVIA GOMES
ANA JOAQUINA RIBEIRO DOS SANTOS
ANA LUCIA APARECIDA DOS SANTOS
ANA LUCIA DOMINGUES DE SOUZA
ANA MARIA ALVES DOS SANTOS
ANA MARIA DE LIMA
ANA MARIA PERES DA LUZ
ANA MARIA PINHEIRO

ANA PAULA DE OLIVEIRA
ANDREA MARCIA APARECIDA MUHLBRANDT
ANDREA MIRANDA
ANDREIA ANTUNES DA CUNHA
ANDREIA ANTUNES DE LIMA
ANDREIA PIRES DOS SANTOS E LIMA ANHAIA
ANDREIA RUFINO
ANELISE LOPES CAVALHEIRO
ANGELA APARECIDA DA SILVA
ANGELA GORETI COLERE
ANGELICA CRISTINA PIRES
ANGELICA MACIEL
ANGELINA DE FATIMA MORAES
ANGELITA DE JESUS DOS SANTOS RIBEIRO
ANGELITA FABIANA CONTE
ANGELITA GOMES
ANGELO CARLINHO PASSOS RIBEIRO
ANTENOR DOS SANTOS
ANTONIA ANTUNES MACIEL
ANTONIA APARECIDA GONCALVES
ANTONIA DALMAZO
ANTONIO BARETTI
ANTONIO FERNANDES
ANTONIO JURACY RIBEIRO
APARECIDA SEBASTIANA DIAS DOS SANTOS
ARISTIDES ANTUNES REI
BARBARA CRISTINA CAPONI
BEATRIZ APARECIDA DOS SANTOS
BEATRIZ PALAMICINI
BERNADETE APARECIDA MUELLER CORDEIRO
BERNADETE DE FATIMA WERLE
BERNADETE MIORANZA NEVES
BROMILDA VIEIRA
CARLA MICHELE KATSCHOR
CARLOS CLODEMIR VIEIRA DA SILVA
CARMELIA DE FATIMA PEDROSO
CARMELINDA CHAVES CAMARGO
CARMEM ANDREIA MACHADO PORTO
CARMEM DOS SANTOS
CARMEN APARECIDA CORDEIRO
CAROLINA ANTONIA FENILI
CAROLINA IURKEVICZ
CATARINA DA LUZ
CATARINA FELIX
CATARINA QUEIROZ
CATARINA RODRIGUES DE OLIVEIRA
CATLEN DE LURDES ROSI
CECILIA APARECIDA FERNANDES DA SILVA
CELIA APARECIDA GONCALVES DE M OLIVEIRA
CELIA REGINA ALVES

CELINIA GAIO
CENIRA PIRES
CIMEIA FARIAS
CINTIA APARECIDA DA LUZ
CINTIA SCOPEL
CIRLENE DAL PIZZOL
CLAIR ZONERE FRUET
CLARICE APARECIDA IURKEVICZ
CLARINDA RODRIGUES DA SILVA MARIAN
CLAUDETE APARECIDA DE GOES
CLAUDETE APARECIDA DO AMARAL
CLAUDETE GRANDO
CLAUDETE RODRIGUES DE CAMARGO
CLAUDIA APARECIDA SOARES
CLAUDIA CONCEICAO OZORIO PARTYKA
CLAUDIA PORTELLA
CLAUDIA SOVRANI
CLAUDIMIR VALER
CLAUDINO CAMILO FRANCA
CLEBER QUEVEDO SANTOS
CLECI DE OLIVEIRA GOMES
CLEICIAMAR ZANELLA
CLEIDE DIAS
CLEIDE RIBEIRO ALVES PIRES
CLEIDES DA LUZ
CLENIR SANDRI TURCATTO
CLEOMAIR SANDRA MARA DE OLIVEIRA
CLEONI DA SILVA SANTOS
CLEONICE APARECIDA MARTINS
CLEONICE DE FATIMA CAMARGO FERREIRA
CLEONICE DE JESUS DOS SANTOS ANTUNES
CLEONICE DE SOUZA MACHADO ROBERTI
CLEUDES PEDROSO DE QUADROS
CLEURECI APARECIDA VARELA PIMENTEL
CLEUSA APARECIDA DE LIMA ZARVELISKI
CLEUSA APARECIDA DOS ANJOS
CLEUSA DE FATIMA FERNANDES
CLEUSA DE FATIMA MANDELLI
CLEUSA MARIA DA SILVA
CLEUSA ROVEDA LOPES FERREIRA
CLEUSA TEREZINHA COITO PEREIRA
CLEUSA TEREZINHA CORDEIRO
CLEUZA CORREIA
CLEUZA PRESTES PADILHA
CONCEICAO APARECIDA CARVALHO
CREUZA DOS SANTOS
CRISLEI CRISTIANE FIUZA
CRISTIANA DA SILVA
CRISTIANA ERDMANN DE LIMA
CRISTIANE DA SILVA DE OLIVEIRA



CRISTINA CANDIAGO XAVIER DE BARROS
CRISTINA JACINTO DE OLIVEIRA
DAIANA RIBEIRO
DAIANE DA ROSA
DAIANE DA SILVA
DAISI DOS SANTOS
DALMIR PAULO MARINHO DE MELLO
DALZIZA ALVES PINTO
DANIELA ALVES VENTURA
DANIELA APARECIDA DOS SANTOS SIQUEIRA
DANIELA DE CASTRO
DANIELA FREITAS
DANIELA KLEINKAUF PEREIRA
DASMERSI DIAS
DEBORA ANTUNES DE LIMA
DEISE PIASSON
DEIVID EZEQUIEL FERNANDES
DEJANIRA ANTUNES CRUZ
DELONI DE FATIMA CARVALHO DOS SANTOS
DENILSE RIBEIRO DOS SANTOS
DENISE APARECIDA RIBEIRO
DENISE DA ROSA
DENISE DOS SANTOS
DENIZE PACHECO
DERCI CONCEICAO DE BARROS DA SILVA
DERILDES TEREZINHA RIBEIRO
DIANA DE GODOY
DILAMAR FERNANDES
DILCEMA APARECIDA TOMAZ FIGUERO
DILETA DE JESUS LIMA FERREIRA
DILVA FERNANDES GARIPUNA
DIMARI CHAGAS
DIRLEI ALVES DA LUZ
DIRLEI ALVES DA SILVA
DIRLENE PIRES
DIVANIR BARONCELLO GRIZZANA
DOLVINA RUBINI
DOMINGOS COSER
DORALINA DA SILVA
DORLI DE FATIMA RAMOS
DORVALINA ANTUNES DE CAMARGO
EDENIZIA DE FATIMA ALMEIDA
EDERLI TEREZINHA OLIVEIRA
EDILA DA SILVA FURTADO
EDINEI RODRIGUES DE ALMEIDA
EDITH BATISTA
ELAINE APARECIDA FAITEN
ELENA MARIA GARCIA
ELENITE NORMA IURKEWICZ FANTIN
ELI DORVINA GONCALVES

ELIANA DA SILVA
ELIANA MARIA NAWROSKI
ELIANE APARECIDA FANTIN DE ASSIS
ELIANE FERNANDES PONTES
ELIANE GOMES ALVES
ELIANE RODRIGUES DE MELLO
ELIDES TEREZINHA ROSA
ELISANGELA KOKOWIC
ELISANGELA PIRES
ELISETE ANTUNES MACIEL
ELIZABETE DOS SANTOS
ELIZABETH PONTES FERREIRA
ELIZANDRA ALVES DE ANDRADE
ELIZANDRA TEREZINHA DA VEIGA
ELIZANGELA DALAMARIA
ELIZETE DE FATIMA DA VEIGA
ELIZETE NUNES FRANCA
ELIZETE VIEIRA BISCARO RIBEIRO PONTES
ELLY DOS SANTOS
ELOIR RIBEIRO DE SOUZA
ELOISA ALVES RIBEIRO
ELOIZA APARECIDA CESCA
ELSA LEBKUCHEN ALBUQUERQUE
ELVENI MARTINS DE CAMPOS DA SILVA
ELY BENTO CAMARGO
ELZA DA SILVA DE FIGUEIREDO
EMILIA DOS SANTOS ANDRADE
ENI MARIA DOMINGOS RIBEIRO DA SILVA
ENI VICENTE DA SILVA
ERENI ANA ALVES DOS SANTOS
ERNA ELISABETH EHLERT TOMASCHESKI
ESTELA MARA APA RUZYCKI
ETELVINA ALVES MOREIRA
EUGENIA LOPES SANTANA
EVANIR DAS CHAGAS
EVANIR OLIVEIRA DE MATTOS
FABIANA APARECIDA DOS SANTOS PEDROSO
FABIANA ROSA
FABIANE BORGES DA SILVA
FABIANE LOPES CARDOZO
FATIMA APARECIDA CORREA DE LIMA
FATIMA APARECIDA DA CONCEICAO
FATIMA APARECIDA LEITE
FATIMA FERREIRA MENDES
FATIMA MARIA MANDELLI DA SILVA
FATIMA MARIA MAZZARDO GARCIA
FATIMA TELLES DE OLIVEIRA
FERNANDA APARECIDA DA SILVA
FERNANDA CAMPAGNIN
FERNANDA DAIANA DA SILVA

FERNANDA GOMES
FERNANDA GREGOLOM
FERNANDA REGINA RAMOS FERNANDES FRANCA
FLAVIA DE ALMEIDA
FLAVIA MARIA FRESQUI
FLORINDA DE JESUS OLIVEIRA
FLORINDA TRINDADE
FLORISIA RODRIGUES SOARES
FRANCELINA APARECIDA COSTA
FRANCIELE ALOISA SPORR
FRANCIELI PONTES
FRANCIELI RIBEIRO DE LIZ
GENELCI APARECIDA DE DEUS
GENI GRASPKI
GENI MARTINS DOS SANTOS
GENIANI LEIA DA SILVA
GENIR FATIMA DA SILVA
GENOEFA DA ROSA
GESIANY GLORIA LIMA DA SILVA
GESSY DE FATIMA RUFINO
GIANE PASA
GILDA APARECIDA DE ASSIS MOREIRA KOHLER
GILDETE APARECIDA THIBES
GIOVANA KARINA TORCHATTO
GIOVANA REICHARDT
GISELE CORONETTI
GISELE MORAIS
GISELE OLCANHESKI
GISLAINE PAN
GIZIELEM APARECIDA CARDOSO
GLAUCIA ANTONIA DA SILVA CREPALDI
GLAUCIA DIAS
HELENA DE FATIMA DA SILVA
HELIA APARECIDA PADILHA
IDALINA ALVES BOLBA
IDENIR MASSAROLLI
IGNES DE OLIVEIRA CARDOSO
ILDA ALVES ZAMPIVA
ILDA FERREIRA DE SALES
ILZA TEREZINHA DA SILVA
INES JUSTINA MORATELLI BURATTO
INES MARIA SURDI
INEZ DE FATIMA DA ROSA DA SILVA
INEZ MAFALDA DE LIMA
INGRA CELIA DOS SANTOS
IONICE MORAES
IRACEMA APARECIDA DOS SANTOS MARTINS
IRACEMA BOEIRA DA SILVA
IRACEMA LOURDES FERNANDES LISBOA
IRACI DA ROSA MARTINS

IRACI FERNANDES GABRIEL
IRACI IRIA CERBATTO
IRACILDE APARECIDA DIAS
IRENE FERREIRA TERRA
IRENE PINTO
IRENE RODRIGUES
IRENE SILVA
IRES RISSARDI ESTREME
IRES SALETE GUZZI
IRINEI FAITEN
ISAURA GONCALVES DIAS
IVANETE TEREZINHA RANDON
IVANILDE DE LOURDES FERREIRA
IVANIR ANTUNES RIBEIRO
IVANIR DOS SANTOS
IVANIR GOES CARINHATO
IVANIR MARTINS DOS SANTOS
IVANIR PEREIRA DOS SANTOS
IVANIR PEREIRA DOS SANTOS
IVETE APARECIDA FARIAS DOS SANTOS
IVETE APARECIDA RODRIGUES PALERMO
IVETE DA APARECIDA GERALDO
IVETE FARIAS
IVETE MARIA RIBEIRO DA SILVA DE MEIRA
IVETE PEREIRA DOS SANTOS
IVETE ROSSI GOLIN
IVETE VIEIRA CARDOSO
IVONE BORGES DOS SANTOS
IVONE CORREIA LEITE
IVONETE APARECIDA CORDEIRO SOTEL
IVONETE BOEING PORTELA ALBERTON
IVONETE DE MOURA
IVONETE GOULART DA SILVA
IVONETE PEREIRA DOS SANTOS
IVONETE RODRIGUES DA SILVA
IZABEL DOS SANTOS
IZABEL LUCIANE SALLES
JACIR LUIZ ANDREIS
JACIRA APARECIDA DA SILVA
JAIR RODRIGUES DE AZEVEDO
JANAINA DA SILVA
JANAINA RIBEIRO KUSTER
JANAYNA APARECIDA MIRANDA
JANDIRA BATISTA DOS SANTOS
JANDIRA MOREIRA
JANE APARECIDA GONCALVES DA SILVA
JANETE ANTUNES
JANETE APARECIDA DE CAMARGO
JANETE APARECIDA GONCALVES DOS SANTOS
JANETE CATARINA CAMARGO LARA



JANETE DA PARECIDA MARQUES
JANETE DE OLIVEIRA
JANETE GENIS
JANETE GONCALVES DA SILVA
JANETE GUEDES DE MORAIS
JANETE RODRIGUES DE CAMARGO
JANETE RODRIGUES DE OLIVEIRA
JANETE TEREZINHA ANTUNES DE LIMA
JANICE NAIR ERCEGO
JAQUELINE MORAIS
JEANE APARECIDA SOVRANI
JEANETE GRIGGIO
JENIFFER ELOISA DA SILVEIRA
JIZELI TEREZINHA ANTUNES GOMES
JOAO BATHISTA
JOAO QUEROBIN
JOCEANE APARECIDA GOMES
JOCELAINE FERREIRA BUENO
JOCELEI PEREIRA
JOCELI ROSA
JOCELIA ALVES DE OLIVEIRA TESTA
JOCELIA SALES DA SILVA
JOCELITO GONCALVES DA SILVA
JOELMA DOS SANTOS
JORECI MENDES
JOSANE PEREIRA
JOSIANE ALVES DOS REIS
JOSIANE FATIMA ZANOL
JOSIANE FERREIRA
JOSIELE LARANJEIRAS
JUCELEI MARIA ANTUNES DE CASTRO
JUCELI MARLENE SILVEIRA
JUCELIA ALVES DE MORAIS
JUCELIA DE LIMA ZAGO
JUCIELE APARECIDA MIRSCH
JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES
JUCIMARA RUZYCKI
JUCINELIA LARA DE MORAIS
JUDI FRANCIOZI
JUDITE PINTO
JULIANA APARECIDA DA LUZ BATISTA
JULIANA APARECIDA MARTINS DA COSTA
JULIANA APARECIDA TOMAS FIGUEIRO
JULIANA BARBOSA DE LIMA
JULIANA FRIEBEL
JULIANE HELENA GUZZI
JULIETTE DEVENS WEBER
JULY FRANCIOZI
JURACI DA FONSECA DE SOUZA
JURACY MARTINS

JUSSARA DE OLIVEIRA
JUVILDES ANTONIA DA SILVA
KEROLEIN NAIARA DO CARMO NAVROSKI
LAIDE VEIGA
LAUDELINA DA SILVA
LAURA APARECIDA COLLACO PONTES
LAURENTINO ALMEIDA PINTO
LEANDRINA CONCEICAO DIAS DA SILVA
LEIA ANTUNES DE PRADO
LEIDIANE DA LUZ BATISTA DA ROSA
LEILA MARA DOS SANTOS
LENICE EVA APARECIDA RODRIGUES DA LUZ
LENINHA ALVES MOREIRA
LENIR SANDRI
LENITA TRINDADE
LENOIR TEREZINHA DA SILVA SOUZA GUMIEIRO
LEONETE MARIA ZONTA
LEONI TOMAS VIEIRA
LEONICE APARECIDA DUARTE DE SOUZA
LEONIDES ROSA
LEONILDA HONORATO FERREIRA BARROS
LEONINA PEDROSO
LEONIRA BARBOSA DE LIMA
LEONIRA HENING
LEOPOLDO DA LUZ
LESSANDRA FORTES
LETICIA LAZZARI
LIBIA GOIS TRINDADE
LIDIA GONCALVES DOS SANTOS
LILIAN MARIA FERNANDES DA SILVA
LINDAMAR DENARDI MICHELON
LOERI TEREZINHA DRUN MACHADO
LOIRI SALETE CORREA
LORDES APARECIDA ROSA
LORECI DE ALMEIDA
LORENA ALVES GARCIA
LORENI APARECIDA BALBINOT ALLEBRANDT
LORENI RODRIGUES DE QUEIROS PINTO
LORETE ANCILIERO
LOUDES DE OLIVEIRA
LOURDES DE FATIMA ANTUNES
LOURDES XAVIER DA SILVA
LOURI ANTONIESCA SCHULZ
LOYR MEIRA
LUANA CARVALHO DOS ANJOS
LUANA DOS SANTOS
LUCELIA DE FATIMA CORREA
LUCIA AMANCIO DA SILVA
LUCIA DA SILVA
LUCIA DE FATIMA FERNANDES

LUCIA DE FATIMA GUIMARAES
LUCIA JULIANOTTI GONCALVES
LUCIA ROSA DA SILVA
LUCIA TEREZINHA MORANDO DE OLIVEIRA
LUCIANA APARECIDA DE FREITAS
LUCIANA DE CASSIA PADILHA
LUCIANA DOMINGOS
LUCIANE DE LIMA
LUCIANE FRANCIELI DA SILVA
LUCIANE TEODORO DE ANHAIA
LUCIANI CRISTINI GOMES
LUCILA RODRIGUES DA SILVA
LUCIMAR ANTUNES DE LIMA
LUCIMAR CALDEROLLI
LUCIMAR DE FATIMA ALEXANDRE
LUCIMAR DENARDI DALANHOL
LUCIMAR PEPES DOS REIS FERNANDES
LUCIMAR RODRIGUES DA SILVA
LUCIMARA DE JESUS
LUCINDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
LUCINDA SALETE ALVES DA ROSA
LUCINEIA BARBOSA
LUCINEIA DE JESUS
LUCINEIA SANDRI
LUZIA DOS SANTOS DOMINGOS DE OLIVEIRA
LUZIA THIBES DE CAMPOS
MADALENA TEREZINHA ARGENTA
MAGDA REGINA FONTOURA MACHADO
MARCELINA CRUZ DA SILVA
MARCELINO RODRIGUES
MARCIA ALVES DE MORAES
MARCIA APARECIDA ALVES DOS SANTOS
MARCIA BASTIAN
MARCIA DA SILVA
MARCIA DIAS
MARCIA DIAS DOS SANTOS
MARCIA FAGUNDES DAS CHAGAS DE MEIRA
MARCIA HOLDEFER
MARCIA MARIA MOREIRA
MARCIA MIRANDA
MARCIA MOREIRA DOS SANTOS NERES
MARCIA PELLIN
MARCIA REGINA GOMES
MARCIANA SANGALETTI
MARCIELI REGINA DOS SANTOS BARBOSA
MARCILENE DOS SANTOS
MARGARETE APARECIDA DE MATTOS
MARGARETE APARECIDA MALMAN
MARGARETE ATT
MARGARETE DA SILVA SANTOS

MARGARETE SOARES
MARGARETH APARECIDA DE AVILA
MARI TEREZA ALVES DA SILVA
MARIA APARECIDA DA FONSECA
MARIA APARECIDA DA SILVA BALDISSERA
MARIA APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
MARIA APARECIDA MOREIRA
MARIA APARECIDA MOREIRA
MARIA APARECIDA PETROVITZ
MARIA BATISTA DOS SANTOS
MARIA BERNADETE GARIPUNA
MARIA CARNEIRO DE ALMEIDA
MARIA CAROLINA PINTO
MARIA CATARINA DE MORAIS
MARIA CLARICE MORAIS
MARIA CLEUNIR DE OLIVEIRA
MARIA CLEUSA DE MOURA
MARIA CONCEICAO DIAS DAS NEVES
MARIA CONCEICAO RUTH SCHMIDT
MARIA CUSTODIA MIRANDA
MARIA DA APARECIDA GALASSANS DZINGELESKI
MARIA DE FATIMA KUHN
MARIA DE FATIMA MOREIRA
MARIA DE LOURDES VOLFF
MARIA DE LURDES PLANS DE LIMA
MARIA DE LURDES VENTZ ZANAO
MARIA DE SOUZA
MARIA DO CARMO DE LIMA
MARIA DOS PRAZERES RIBEIRO
MARIA DOS SANTOS FARIAS
MARIA EDIR DE OLIVEIRA
MARIA ELOIR DOMINGUES DE MORAES
MARIA ENEDIL SOVRANI
MARIA ESTELA GARCIA CALIS TIL
MARIA EVA SILVEIRA
MARIA FATIMA ALVES
MARIA FIORENTINA BALESTRIN
MARIA FORTES
MARIA GRACIELA DA ROSA
MARIA HELENA DEMICIANO
MARIA HELENA DIAS
MARIA HELENA RIBEIRO THIBES
MARIA HELENA RODRIGUES
MARIA INES FERREIRA BRANDAO
MARIA IRACEMA MOREIRA DA SILVA RODRIGUES
MARIA ISOLINA DE ANDRADE
MARIA IZABEL DA VEIGA
MARIA IZABEL RAMOS
MARIA LEMOS
MARIA LEONIR GONCALVES DOS SANTOS



MARIA LUCIA BATISTA
MARIA LUCIA DA SILVA
MARIA LUIZA CHAVES
MARIA LUIZA DE GODOY
MARIA LUIZA OSORIO MOREIRA
MARIA MADALENA OLIMPIO KANARSKI
MARIA MONICA FERNANDEZ ALVAREZ
MARIA NEUCI CORREA
MARIA OLGA ATT
MARIA PERCILIANA DOS SANTOS
MARIA REGINA GOIS TRINDADE
MARIA SALETE ALVES
MARIA SALETE BARETTI CARDOSO
MARIA SALETE DOS SANTOS PANTERA
MARIA SALETE FERREIRA BELUSSO
MARIA SALETE KNOP
MARIA SALETE VALLE
MARIA SOLANGE FERNANDES
MARIA SUELI DE ALMEIDA
MARIA TERESINHA BATISTA
MARIA TEREZINHA DE CASTILHO
MARIA TEREZINHA SANTOS TEDESCO
MARIA ZELINDA MORAIS
MARIA ZENIR DOS SANTOS CANAL
MARIANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES
MARIANA ELIZETE RIBEIRO
MARIBEL MARIA CARLESSO
MARIDA DO SOCORRO DOS SANTOS
MARILDA SALETE MEIRA
MARILDE APARECIDA LINS
MARILDE FATIMA DOS SANTOS PRADO
MARILDE PADILHA DOS SANTOS GONCALVES
MARILDE ZANON
MARILEI BORGES
MARILEI RUZYCKI
MARILENE FATIMA MORAIS
MARILENE FERREIRA
MARILENE GONCALVES DIAS PELENTIR DE OLIVEIRA
MARILETE DOS SANTOS
MARILI GISLAINE GALDINO
MARILIA ELIAS VARELA
MARILISA TEREZINHA MEIRA
MARILU PIRES
MARILUCIA GUEDES DE LIMA
MARINA RUFINO DOS SANTOS
MARINES DAMBROS DE MELLO
MARINES DOS SANTOS
MARINES DOS SANTOS
MARINES ONEGREIRO
MARINEZ DALAZEN BALBINOT

MARINEZ GONCALVES
MARINO ORTIZ
MARISA APARECIDA DE AVILA
MARISA APARECIDA DE SOUZA
MARISA CONSTANTINO DOS SANTOS
MARISE PINHEIRO
MARISETE RODRIGUES DE BARROS KIRSCH
MARISTELA ALONCO
MARISTELA APARECIDA ZANELLA
MARISTELA CORREA DE LIMA
MARISTELA DE LIMA FRANCO
MARISTELA INEZ COSMA
MARITANI DIAS
MARIZA FERNANDES LISBOA
MARIZA MARQUES
MARIZA MORAIS DE OLIVEIRA
MARIZA RODRIGUES DA SILVA
MARIZANE VAZ
MARIZETE DOMINGUES DA ROSA
MARIZETE NARKOSKI VEIGA DOS SANTOS
MARIZETE RIBEIRO DOS SANTOS
MARIZILDA DE FATIMA RIBEIRO ORBANO
MARLEI ALVES DE ANDRADE
MARLENE APARECIDA CAMARGO
MARLENE CORDEIRO DE CAMPOS
MARLENE GOMES DAS ALMAS
MARLENE KAMINSKI
MARLENE LUIZ DOS SANTOS
MARLENE NATALIA BARP KUCINSKI
MARLENE TEREZINHA TEDESCO
MARLI APARECIDA GONCALVES
MARLI APARECIDA MACIEL
MARLI APARECIDA MOREIRA DA SILVA
MARLI DORNELIS
MARLI FATIMA TEDESCO
MARLI IVONE GAIO
MARLI MOREIRA DOS SANTOS
MARLI NEVES DE MIRANDA
MARLI RODRIGUES DOS SANTOS
MARLI TEREZINHA DA CRUZ
MARLI TEREZINHA RODRIGUES
MARTA DE LIMA CAMPOS
MARTA FATIMA ANTUNES
MARTA ISABEL DE OLIVEIRA
MARTA LOCATELLI
MARTA MOREIRA
MARTA PELLIN
MEDIANEIRA DE FATIMA CAMARGO DE ARAUJO
MERCEDES DOS SANTOS CORREA
MERI TEREZINHA ALVES DOS SANTOS MACIMAVICINS



MEURIN CRISLEI SOUZA MOREIRA
MICHELE DA SILVA FURTADO
MILTON MORAIS
MIRIAM DA SILVA
MIRIAM FERNANDES
MIRIS ALVES DOS REIS
MONICA DOS SANTOS DA SILVA
MONICA ESTER VIER
MONICA GONCALVES DA SILVA
MORGANA PRISCILA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
NADIA ANTUNES CARVALHO
NADILSE LUZIA PELINTIER
NADIR MARIA XAVIER DE OLIVEIRA
NADIR RIBEIRO
NADIR TEREZINHA WALGINSKI ALTHAUS
NAIANI APARECIDA PIRES DUARTE
NATALINA CALISCTIL
NAYR DOMINGOS DA FONSECA
NEIDE APARECIDA ALVES
NEIDE GIMBARSKI
NEIDIR TEREZINA DIAS DOS SANTOS
NEIVA HECKLER
NEIVA SANTINA DELANY PERETI
NEIVA VARELA
NEIVANIR RODRIGUES
NELCI APARECIDA CHAVES BRANCO
NELCI APARECIDA MICHELON FRUET
NELCI DE SOUZA
NELI LUCI ANTUNES
NELI RODRIGUES DE QUEIROS
NELINA ROQUE BRANDINO DOS SANTOS
NEUSA APARECIDA RIBEIRO
NEUSA DE FATIMA POLICENO
NEUSA LISBOA MARTINS DOS SANTOS
NEUSA MARIA DOS SANTOS
NEUSA MOREIRA DA SILVA
NEUSO JESUS MORAES
NEUZA APARECIDA CORREA
NEUZA TEREZINHA MARTINS DOS SANTOS
NILDA FRANCISCA MENGUE TURMINA
NILDA IOLANDA LEMES
NOELI DE SOUZA ZENERE
NOELI GENIS MELERE
NOELI LOURENCO DE MELLO
NOELI MORAIS GHELLER
NOELI TEREZINHA VALERIO
NOEMI DA SILVA
NOEMY DA SILVA ALVES
NOERCI FONTES DE RAMOS DOS SANTOS
ODETE APARECIDA GAIO

ODETE CONCEICAO
ODETE DIAS
OLINDA APARECIDA DOS SANTOS
OLVIDE CLARA GUZZI
ONDINA CANONICA
ONEIDE VALMIR GOMES
ONILDO UBIALI
ORDALINA PEREIRA DE MORAIS
ORESTES PEREIRA
ORILINA PERETTI
ORQUELI DOS SANTOS GUERREIRO
OSNI LOPES CARDOSO
OSNIR NUNES DOS SANTOS
OTACILIO ANTUNES DE SOUZA
OTACILIO LUIZ DE ABREU
OTILIA DAS GRACAS CORDEIRO
OTILIA ENILZA ANTUNES NEVES
OZANA ALVES
PATRICIA APARECIDA FERREIRA NERIS
PATRICIA APARECIDA RAYZER TESKE
PATRICIA RODRIGUES DOS SANTOS ANJOS
PAULO CLOVIS DE OLIVEIRA
PRISCILA GLORIA XAVIER LEAO
RAIMUNDA MATILDE RIBEIRO DE OLIVEIRA
RAQUEL DA SILVA BOEIRA DE ANDRADE
RAQUEL KEI DA SILVA
RAQUEL PERRONE ANSELMO
RAQUEL SALETE PAZ
RAQUEL VANESSA VOLPATTO
REGIANE DIAS
REJEANE ALVES DE BOLBA SANTOS
RELEODIR APARECIDA NUNES COSTA
RENARCI GABRIEL RIBEIRO
REVAILDA APARECIDA COSTA
RITA DA SILVA
RITA DE CASSIA DE LARA
RITA DE CASSIA OLIVEIRA
RITA SIQUEIRA
ROSA APARECIDA NUNES
ROSA DIAS MOREIRA ALVES
ROSA GENIS QUARESMA
ROSA MARIA LINS
ROSALINA LEONIDA WINK
ROSALINA MACHADO FIABANE
ROSALINA RUBINI
ROSANA DE FATIMA DELFE
ROSANA FERREIRA
ROSANA RODRIGUES DA FREITAS
ROSANA VEIGA
ROSANE ANTUNES



ROSANE APARECIDA DE OLIVEIRA DA SILVA
ROSANE ATT
ROSANE DA LUZ RIBEIRO
ROSANE DE OLIVEIRA
ROSANE DE SOUZA
ROSANE OLIVEIRA
ROSANGELA APARECIDA COSTA
ROSANGELA KOKOWIC
ROSANGELA PANTERA
ROSE APARECIDA MAFI
ROSE PELENTIR
ROSE RIBEIRO DOS SANTOS
ROSELAINÉ NARDES MELO DE SOUZA
ROSELEI GUARNIERI
ROSELENE ADAM
ROSELI APARECIDA DOMINGUES BARETTI
ROSELI CAMPOLIN DOS SANTOS
ROSELI DA ROSA
ROSELI DE ALMEIDA
ROSELI DE SOUZA
ROSELI FATIMA VICENTE
ROSELI FOGACA
ROSELI MOTTA
ROSELI OSMARIN BATISTA
ROSELI PANTERA
ROSELI RODRIGUES RIBEIRO
ROSELITA TEREZINHA PINTO
ROSEMARI RIBEIRO DO NASCIMENTO
ROSEMERÉ BATISTA DE JESUS PINTO ALVES
ROSEMILDA DA SILVA CARRAO
ROSENAIDE MARIA DE RAMOS
ROSENI VARELA GONCALVES
ROSILENE DREHMER
ROSILENE MARIA DALLAGNOL
ROSIMAR APARECIDA DOMINGOS
ROSIMAR DA SILVA
ROSINHA DE CAMPOS
ROSITA APARECIDA RODRIGUES
ROZELI POLICENO
ROZMARI FATIMA ALBANI
RUBIA DAIANI RAMOS
RUTE DE OLIVEIRA
RUTH MARA DA SILVA
RUY NORATO DO AMARAL
SALETE ALONSO DE SOUZA
SALETE ANTUNES DE MOURA
SALETE CORDEIRO DE LIMA DEICHE
SALETE DE SOUZA MACHADO FRANCA
SALETE FAE
SALETE FAGUNDES MAZUREK

SALETE FARIAS
SALETE FERNANDES MEDEIROS
SALETE MORAES
SALETE SCUCIATO FANTIN
SALETE TELLES DE OLIVEIRA
SAMANTA DE SOUZA
SAMIRA RIBEIRO DE GODOY SALGADO
SANDRA APARECIDA BARBOSA
SANDRA APARECIDA BATISTA
SANDRA BRIGIDA MIGUEL
SANDRA CATIA FERREIRA DA SILVA
SANDRA LUCIA WAZLAWICK
SANDRA MARA RODRIGUES
SANDRO DO PRADO
SARA GONCALVES RYBANDT
SEBASTIANA ANTUNES PEREIRA
SEBASTIANA DOS SANTOS RIBEIRO RODRIGUES
SEBASTIANA RIETER
SEMILDA WEYAND FACCHIN
SERGIO FERNANDO ALVES
SERGIO LUIZ MERGERT
SIDNEIA APARECIDA VARELA
SILMARA APARECIDA MANDELLI
SILMARA PEREIRA
SILMARA REGIANE DOS SANTOS
SILVALINA FERREIRA
SILVANA APARECIDA FALCHETTI A RIBEIRO
SILVANA APARECIDA LOPES
SILVANA ARMILIATTO
SILVANA CARDOSO DE LIMA
SILVANA CRUZ DA SILVA
SILVANA ESTREME
SILVANA SAROTREL COSSA
SILVANIA TERESINHA DA SILVA
SILVIA DIAS
SILVIANE APARECIDA DE LIMA
SIMONE BATISTA DE OLIVEIRA
SIMONE GONCALVES ALVES
SIMONE JOSE MARIA
SIMONE NUNES
SIMONE RODRIGUES DE OLIVEIRA
SIRLEI APARECIDA FELIX
SIRLEI APARECIDA HECKLER
SIRLEI DE FATIMA DA ROSA
SIRLEI DOMINGOS
SIRLEI FATIMA MACIEL
SIRLEI FERREIRA DE SALLES KUSTER
SIRLEI GUEDES FERREIRA
SIRLEI MACIEL
SIRLEI MARIA CARNIEL

SIRLENE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
SIRLENE GOMES
SIRLEY APARECIDA DA VEIGA CORDEIRO
SOELI TEREZINHA PETRY
SOLANGE ALVES DOS SANTOS
SOLANGE COSTA VALIERI
SOLANGE FELIX BATISTA
SONIA APARECIDA ANTUNES DE LIMA
SONIA DE OLIVEIRA FERREIRA
SONIA MARIA DOS SANTOS BRANCO
SUELI BARTH CORDEIRO SANTOS
SUELI DA SIVA
SUELI FERNANDES
SUELI FILOMENA SOMMARIVA
SUELI PADILHA
SUELI PEREIRA DUARTE
SUELI RIBEIRO
SUELLEM FABRICNEI
SUSANA ANTUNES
SUZANA COSTA
SUZANE APARECIDA QUEIROZ
SUZETE ALVES DE ANDRADE
TANIA REGINA ALVES
TANIA REGINA ALVES
TANIA REGINA MENEZ NERES
TATIANA SILVEIRA DRUN
TATIANE DE GOES SOUZA
TATIANE GRAZIELA DE OLIVEIRA
TATIANI BATTISTELLA SCHIEVELBEIN
TERESA DIAS JACINTO
TERESA FRIEBEL
TERESINHA DE JESUS PAZ
TERESINHA PASTORE BRIDI
TEREZA ALVES RIBEIRO DA SILVA
TEREZA BORG
TEREZINHA ALVES MOREIRA
TEREZINHA APARECIDA GONCALVES
TEREZINHA APARECIDA GUINDANI
TEREZINHA APARECIDA PEREIRA
TEREZINHA CORREA DE LIMA FAITEN
TEREZINHA DA SILVA KOHLER
TEREZINHA DE A DE O TONIAZZO
TEREZINHA DE FATIMA ALMEIDA LAVRATTI
TEREZINHA FERNANDES FRANCA
TEREZINHA FERREIRA
TEREZINHA GHELLER ROBERTI
TEREZINHA LOPES CARDOZO
TEREZINHA MOREIRA RODRIGUES
TEREZINHA ORBANO
TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS

TEREZINHA RODRIGUES
TEREZINHA ROSANI DE SOUZA
TEREZINHA SALETE DE LIMA
TEREZINHA TELLES DE OLIVEIRA
TEREZINHA VIEIRA CARDOSO
THAIZA DA COSTA
VALDECIR FERNANDES
VALDIR SERAFINI
VALDOMIRO LINS
VALDOMIRO MOREIRA
VALERIA SILVEIRA
VALMIR DE MELLO
VANDA APARECIDA TIBES FERREIRA
VANDERLEIA ANTUNES SILVEIRA
VANDERLEIA DONDONI PANHO
VANDERLEIA ELIAS VARELA
VANESSA APARECIDA GONCALVES
VANESSA TAIANE DE ANDRADE
VANEZA QUADROS DE GOIS
VANILCE BARETTI
VANILDA APARECIDA PIRES
VERA LUCIA FERREIRA
VERA LUCIA GOMES DE OLIVEIRA
VERA LUCIA HEEMANN
VERA LUCIA PASSAGLIA
VERA LUCIA TIDRE
VERA MARIA DOS SANTOS
VERA MARIA DOS SANTOS SILVA
VERALUZ DA ROSA
VERONICA DE FATIMA DE OLIVEIRA
VERONICE LIZ DA SILVA
VERONILDA FERRAZ
VILMA RODRIGUES BUENO
VILMA WANDSCHEER TEODORO
VITALINA BONFIN OLIVEIRA
VITORIA LEITE GUIMARAES
VIVIANE GOMES ALVES
VIVIANE LOPES
WLADENIZE APARECIDA COSTA NOWAK
ZELI DE JESUS
ZELIA ANTUNES RODRIGUES
ZELINA SALES DA ROSA DE ARAUJO
ZENAIDE RODRIGUES NAZARZO DA SILVA
ZENAIDE TEREZINHA MEDEIROS
ZENILDA TEREZINHA DE SOUZA
ZENIR BATISTA DOS SANTOS
ZENIR CHRISTOFEL
ZENIRA JACINTO DA SILVA COLASSO
ZENITA ALEXANDRE BRESOLIN
ZENITA ELIZIO



ZULEIDE APARECIDA SOS SANTOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 84/2010

Ata de Registro de Preços nº: 84/2010

Data de Assinatura: 14.06.2010

Fornecedor....: TUMULARIA SÃO JUDAS TADEU LTDA

Valor.....: R\$ 3.680,00 (três mil e seiscentos e oitenta reais)

Licitação.....: Pregão Presencial nº 21/2010 - FMAS

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO-DE-OBRA PARA INSTALAÇÕES DE FOSSAS E PEÇAS HIDRÁULICAS CONFORME NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 85/2010

Ata de Registro de Preços nº: 85/2010

Data de Assinatura: 17.06.2010

Fornecedor....: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Valor.....: R\$ 12.379,15 (doze mil e trezentos e setenta e nove reais e quinze centavos)

Licitação.....: Pregão Presencial nº 40/2010 - FMS

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 86/2010

Ata de Registro de Preços nº: 86/2010

Data de Assinatura: 17.06.2010

Fornecedor....: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA

Valor.....: R\$ 15.872,00 (quinze mil e oitocentos e setenta e dois reais)

Licitação.....: Pregão Presencial nº 40/2010 - FMS

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 87/2010

Ata de Registro de Preços nº: 87/2010

Data de Assinatura: 17.06.2010

Fornecedor....: ELIDIANE TOMACHESKI ME

Valor.....: R\$ 3.560,00 (três mil e quinhentos e sessenta reais)

Licitação.....: Pregão Presencial nº 40/2010 - FMS

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 88/2010

Ata de Registro de Preços nº: 88/2010

Data de Assinatura: 22.06.2010

Fornecedor....: VIDEMANG COMÉRCIO DE MANGUEIRAS E CONEXÕES VIDEIRA LTDA

Valor.....: R\$ 17.737,60 (dezessete mil e setecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)

Licitação.....: Pregão Presencial nº 112/2010

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMAS HIDRÁULICOS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.